



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CCE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM**  
**LINHA DE PESQUISA: MÍDIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES**

**ISADORA NASCIMENTO PEREIRA DE SOUSA**

***DA TURMA DA MÔNICA A TURMA DA MÔNICA JOVEM:***  
**ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO NO REGIME**  
**DISCURSIVO DAS REVISTAS EM QUADRINHOS**

Teresina  
2021

**ISADORA NASCIMENTO PEREIRA DE SOUSA**

**DA *TURMA DA MÔNICA* A *TURMA DA MÔNICA JOVEM*:  
ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO NO REGIME  
DISCURSIVO DAS REVISTAS EM QUADRINHOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para aprovação no Mestrado em Comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo Fortes Said.

Linha de Pesquisa: Mídia e Produção de Subjetividades

Teresina  
2021

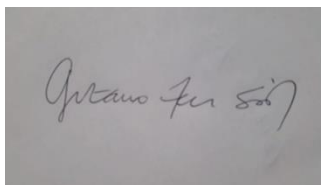
**ISADORA NASCIMENTO PEREIRA DE SOUSA**

**DA TURMA DA MÔNICA A TURMA DA MÔNICA JOVEM: ANÁLISE SOBRE A  
CONSTRUÇÃO DO GÊNERO NO REGIME DISCURSIVO DAS REVISTAS EM  
QUADRINHOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Fortes Said, na linha de pesquisa Mídia e Produção de Subjetividades.

Dissertação aprovada em: 03 de setembro de 2021

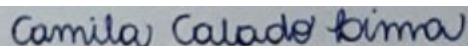
**BANCA EXAMINADORA:**



---

Prof. Dr. Gustavo Fortes Said

Presidente



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Calado Lima

Examinadora Interna



---

Prof. Dr. Pedro David Russi Duarte (UNB/UDELAR)

Examinador Externo

## DEDICATÓRIA

*Às mulheres que vieram antes de mim e retiraram boa parte das pedras que se encontram  
no caminho dos nossos objetivos e sonhos.*

## AGRADECIMENTOS

*Ainda que o maior sentimento de gratidão do universo invada meu corpo e minha mente enquanto escrevo isso, jamais serei capaz de colocar em palavras escritas tudo que sinto agora. Aos que puderem ler essa pequena parte desse trabalho difícil, saibam que o que estou sentindo é muito maior do que transpareço nessas frases.*

*Agradeço a todos os meus ancestrais que lutaram contra um projeto de nação que não os queria ver prosperar por terem resistido, mesmo a duras penas e às custas de muito sofrimento. Mais um diploma não é exatamente o maior sinal de prosperidade nem de felicidade, mas eu consegui em nome dos que lutaram bravamente lá atrás para conseguirem apenas viver e de forma digna. Eu consegui em nome de quem não teve e não tem a oportunidade nem de ocupar espaços de conhecimento e de educação.*

*Agradeço a minha avó, minha única avó, Raimunda Maria, analfabeta, que, mesmo sem saber o que é um diploma direito, sempre me incentivou e acreditou no meu potencial. Além de tornar meus dias melhores e mais divertidos e me aliviar de toda a pressão interna.*

*Agradeço imensamente aos meus pais, que nunca mediram esforços para me oferecer o que eles não tiveram e me permitir seguir pelo caminho da educação. Nós, filhos, nunca entendemos bem o que nossos pais fazem ou querem para nós, mas eu tenho certeza que os meus pais, se pudessem, teriam escrito essa dissertação para mim. E eles escreveram a cada palavra de incentivo e de confiança na minha capacidade e no meu futuro.*

*Agradeço a minha irmã, Maria Sofia, que está aprendendo a ler e espero que um dia ela possa ler isso e entender a magnitude que a chegada e a presença dela têm em minha vida. É para ela e por ela que eu faço tudo que faço hoje. Desejo que um dia ela tenha noção da gratidão que tenho por cada gesto de carinho e atenção para ela tão naturais, mas que mudam a minha vida e me recolocam no eixo. Também agradeço ao meu irmão, Eduardo, por ter se esforçado mais para compreender esse momento.*

*Agradeço ao meu orientador, grande educador e conselheiro, Prof. Gustavo. Muitíssimo obrigada por cada palavra de consolo, por cada gesto de compreensão e por ter me apoiado incondicionalmente no momento mais difícil. Por sempre ter acreditado e apostado em mim e*

*no meu trabalho, mais do que eu mesma. O senhor foi mais que um orientador e isso é grandioso demais em tempos de relações tão frágeis.*

*Agradeço aos professores do PPGCOM e ao PPGCOM por terem contribuído para mais esse passo na minha formação, enquanto profissional e enquanto pessoa.*

*Agradeço a tod@s @s meus amig@s, aqui representad@s nominalmente por Ana Tereza, Juliana Teixeira e Rita Damasceno. Vocês foram essenciais para que eu chegasse até aqui hoje. Mais do que nunca, eu sei que não conseguimos ir a lugar algum sozinh@s e agradeço por ter vocês ao meu lado. Ouvindo todas as minhas reclamações e lamentações, me incentivando e confiando no meu trabalho. Além de tudo o mais que sempre falo. Muito obrigada por entenderem a ausência.*

*Agradeço a todos, absolutamente todos que passaram pela minha vida em algum momento e me ajudaram e me moldaram para caminhar até esse dia. A você que me recebeu na sua casa em algum dia, a você que me conheceu por meia hora, a você que me ouviu por alguns minutos. Saiba que você foi fundamental para formar quem eu sou hoje.*

*E, por fim, agradeço a mim mesma. Quando me propus e me preparei para mais esse desafio e compromisso, já imaginava que a trajetória seria longa e não tão fácil. Mas como a vida acontece enquanto estamos a planejando, foi ainda mais complicado lidar com sentimentos desconhecidos e difíceis. Saber que concluí essa etapa em meio a um turbilhão é um misto de emoções, mas o que se sobressai é a gratidão por ter finalizado essa etapa.*

## RESUMO

Ao receber o status de instituição constituinte da sociedade a partir da configuração social do que se entende por modernidade, a mídia, através dos meios de comunicação, se legitima como uma importante voz para a propagação e elaboração de discursos próprios. Diferenciando não apenas modelos de sujeitos, mas também imprimindo modos desses indivíduos atuarem e interagirem no seio social, o discurso midiático contribui para a hegemonização de formas de organização de uma sociedade. Um desses pontos que forma um grupo social e estrutura as relações ali entrelaçadas é o gênero, que não é rígido e muito menos pré-discursivo, mas sim fruto de um processo de aprendizagem por meio dos vários discursos que permeiam os sujeitos, como o midiático. É partindo dessa premissa que a aspiração maior desta pesquisa se conjectura: como o gênero e todas as questões que o cercam são construídos nas narrativas da revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*. Assim, este trabalho busca realizar um estudo de ordem qualitativa e comparativo entre as duas séries de revistas em quadrinhos mencionadas por meio da abordagem teórico-metodológica da análise de discursos, utilizando primordialmente as ideias de Maingueneau (2004), Charaudeau (2015), Verón (2004), com o intuito de descrever minuciosamente os elementos diretos e indiretos que se congruem para estabelecer como o regime de gênero é apresentado nas duas versões da Turma da Mônica, dado que uma é mostrada como continuação da outra. Para isso, produzimos essa dissertação com uma estrutura que combina a discussão teórica acerca do gênero e do que ele reverbera e pelo que é atravessado, por meio de autoras como Beauvoir (1970), Saffioti (2004), Connel e Pearse (2015; 2018), Hooks (2015), Davis (2015), com a análise acerca do que se encontra nos observáveis de pesquisa, composto por 24 edições da *Turma Mônica* e 24 edições da *Turma da Mônica*. Essas edições foram lançadas entre 2008 e 2009 e 2018 e 2019. A dissertação é estruturada em quatro capítulos, distribuídos por meio da argumentação ilustrada, em que os resultados da análise são dispostos junto à discussão teórica. Por fim, as considerações finais desvelam que o regime de gênero predominante nas duas versões da revista analisada caminha mais no sentido de manter a hegemonia daquele ideal de gênero imutável, sexista, misógino e desequilibrado.

**Palavras-chave:** Gênero. Análise de Discurso. Quadrinhos. *Turma da Mônica*. *Turma da Mônica Jovem*.

## ABSTRACT

Upon receiving the status of a constituent institution of society from the social configuration of what is understood by modernity, the media, through the means of communication, legitimizes itself as an important voice for the propagation and elaboration of its own discourses. Spreading not only models of subjects, but also imprinting ways for these individuals to act and interact in the social environment, the media discourse contributes to the hegemonization of forms of organization in a society. One of these points that forms a social group and structures the relationships intertwined there is gender, which is not rigid and much less pre-discursive, but rather the result of a learning process through the various discourses that permeate the subjects, such as the media . It is from this premise that the greatest aspiration of this research is conjectured: how the genre and all the issues surrounding it are constructed in the narratives of the comic books of *Monica and Friends* and *Monica Teen*. Thus, this work seeks to carry out a qualitative and comparative study between the two series of comic books mentioned through the theoretical-methodological approach of discourse analysis, primarily using the ideas of Maingueneau (2004), Charaudeau (2015), Verón (2004), in order to describe in detail the direct and indirect elements that come together to establish how the gender regime is presented in the two versions of Turma da Mônica, given that one is shown as a continuation of the other. For this, we produced this dissertation with a structure that combines the theoretical discussion about the genre and what it reverberates through, through authors such as Beauvoir (1970), Saffioti (2004), Connel and Pearse (2015; 2018 ), Hooks (2015), Davis (2015), with an analysis of what is found in the research observables, consisting of 24 editions of Turma Mônica and 24 editions of Turma da Mônica. These editions were released between 2008 and 2009 and 2018 and 2019.

**Keywords:** Gender. Discourse Analysis. Comics. *Monica and Friends*. *Monica Teen*.



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Conclusão do ensino superior, por sexo.....	41
Tabela 2 – Mulheres na política brasileira.....	42

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Preocupação com a estética corporal.....	48
Figura 2 – Rivalidade feminina.....	50
Figura 3 – Pejorativização da imagem feminina.....	52
Figura 4 – Conformação do estereótipo.....	54
Figura 5 – A nova Magali.....	57
Figura 6 – Padrão masculino.....	60
Figura 7 – “Fora” dos padrões.....	62
Figura 8 – O início na infância.....	68
Figura 9 – O amor.....	71
Figura 10 – Mônica e Cebolinha.....	72
Figura 11 – Mônica diferente?.....	74
Figura 12 – A guerra.....	75
Figura 13 – A norma.....	77
Figura 14 – O amor romântico.....	79
Figura 15 – O controle no relacionamento.....	81
Figura 16 – Falta de diversidade.....	83
Figura 17 – A ruptura de Mônica.....	87
Figura 18 – Irracionalidade.....	89
Figura 19 – Feminilidade x Masculinidade.....	92
Figura 20 – Masculinidade.....	94
Figura 21 – Invalidação do feminino.....	97
Figura 22 – Paternidade.....	98
Figura 23 – Sansão e o poder adquirido.....	100
Figura 24 – Sansão e o símbolo do poder.....	101
Figura 25 – Dependência.....	106
Figura 26 – Exceção.....	109
Figura 27 – Interseccionalidade.....	112
Figura 28 – Família negra.....	115
Figura 29 – Negritude na TMJ.....	116
Figura 30 – Quebra de barreiras.....	117

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.2. Discursos: modos de produzir e legitimar.....	15
1.3. Histórias em Quadrinhos.....	24
<b>2. GÊNERO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS.....</b>	<b>33</b>
2.1. Gênero e a dimensão discursiva.....	33
2.2. O modelo patriarcal na constituição da compreensão do gênero.....	39
2.2.1. Construção imagética: marcadores sociais do gênero.....	46
<b>3. A NORMA HETEROSSEXUAL E A IMPOSIÇÃO DO BINARISMO.....</b>	<b>65</b>
3.1. Relacionamentos amorosos: o discurso heteronormativo.....	65
3.2. Feminilidades x Masculinidades: o binarismo em vigência.....	87
<b>4. AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, CLASSE E RAÇA.....</b>	<b>103</b>
4.1. O tectonismo do gênero.....	120
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>128</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>138</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Influenciado e incentivado pela enorme popularidade dos quadrinhos entre as décadas de 30 e 50 do século passado – mesmo com toda a resistência de uma parte da sociedade civil e intelectual -, o então jovem repórter policial do jornal *Folha da Manhã*, precursor do atual *Folha de São Paulo*, Maurício de Sousa, publica, em 1959, a primeira tira dos desenhos que o acompanhavam desde a infância. Ilustrando, em três quadros, a história do cão Bidu e seu amigo, o aspirante a cientista, Franjinha – personagens de criação própria -, a tira foi o passo inicial para a história de sucesso da principal história em quadrinhos brasileira.

Em decorrência da repercussão dessa primeira publicação e por ser uma prática comum à época, o desenhista passou a publicar tiras semanalmente. Assim, novas personagens foram sendo criadas ao longo dos anos e caindo no gosto popular, como o garoto que troca a letra “R” pela “L”, Cebolinha, o seu amigo que não gosta de tomar banho, Cascão, o garoto da roça, Chico Bento, o dinossauro Horário, o elefante Jotalhão. Todos eles, de acordo com Maurício (2019), em entrevista concedida a nós, figuras inspiradas em pessoas do seu convívio.

Apesar do sucesso que vinham conquistando as histórias de Maurício de Sousa, a primeira aparição de uma personagem feminina acontece apenas em 1963. Baseada em sua filha mais velha homônima, nasce Mônica, a garota de arcada dentária protuberante, feições mais sisudas e corpo esteticamente fora do padrão de magreza difundido. No mesmo ano, o ilustrador cria a segunda personagem feminina, que viria a se tornar melhor amiga de Mônica: a comilona Magali, inspirada também em sua filha, que se torna outra figura importante na narrativa.

A popularidade das duas personagens supramencionadas, especialmente de Mônica, foi tamanha que, em 1970, o autor decide transformar as tirinhas em gibis sob a alcunha de *Mônica e sua Turma* – e, posteriormente, *Turma da Mônica* (TM), se tornando o mais popular e bem sucedido quadrinho brasileiro (SANTANA, 2005). Maurício sai da limitação das publicações jornalísticas para criar o próprio estúdio e fazer frente às revistas Disney.

Mais de 60 anos após aquela primeira tira, a *Maurício de Sousa Produções* é responsável não somente pelas produções quadrinhísticas – que conta com mais de 10 séries publicadas mensalmente e cuja tiragem anual oscila entre um milhão e meio e três milhões de revistas (SOUSA, 2018) -, mas também pelas produções televisivas, fílmicas, textos teatrais, parques

temáticos, espetáculos itinerantes, licenciamento dos mais de 400 personagens e exteriorização da marca (MAURÍCIO DE SOUSA PRODUÇÕES, 2020-).

Embora, como explica Maurício (informação verbal), a Mônica ou a Magali não tenham sido criadas em prol dos movimentos feministas que marcaram os anos 60, as personagens, especialmente a primeira, “se tornou [SIC] símbolo das moças que estavam também querendo essa liberdade de ação e reação e de objetivos”<sup>1</sup>.

Com o corpo fora dos padrões estéticos impostos às mulheres e comportamentos que rompem com os papéis sociais binaristas, ou seja, performances as quais, segundo Beauvoir (1970), Butler (2003), Connel; Pearse (2018), Louro (1997) e Saffioti (2004), os corpos delimitados biologicamente como femininos ou masculinos são induzidos a atuar desde antes do nascimento, Mônica, ao ser A dona da rua e nomear a turma, quebra com as expectativas sociais destinadas às mulheres e mostra outras possibilidades de modelizações de sujeitos às leitoras das revistas que estão em construção identitária.

Se, por um lado, Magali não demonstrava maiores preocupações com o encaixe de seu corpo nos padrões – quase – exigidos para a época e não se privava dos seus desejos culinários; por outro, a garota, com seu característico vestido amarelo e fome excessiva, estava, constantemente, repreendendo a melhor amiga por suas atitudes julgadas brutas em direção aos meninos, principalmente Cebolinha.

A postura adotada por Mônica, no entanto, é, essencialmente, reativa às freqüentes ofensas (“Baixinha! Gorduça! Dentuça!”) proferidas pelos garotos como forma de reduzir as conquistas, a força e a visível posição de igualdade - e, por vezes, até certa superioridade – na qual a garotinha com seu vestido vermelho se colocava. Ainda assim, Magali, nesse início, quase sempre sugeria, junto ao elenco masculino, que a amiga tivesse condutas mais adequadas ao seu “gênero”, isto é, mais femininas.

E se nas primeiras aparições Mônica tinha feições mais sisudas, comportamentos considerados mais agressivos – o uso da força muito frequente para não aceitar o lugar de subordinação e submissão que os garotos e a sociedade queriam lhe impor -, ao longo dos anos, é possível perceber alterações nas características físicas, mas também nas personalidades das personagens. Tais alterações foram motivadas, de acordo com Maurício (2019), pelas mudanças

---

<sup>1</sup> Entrevista com Maurício de Sousa concedida por telefone a autora no dia 14 de dezembro de 2019. Duração: 20min.

de hábitos, costumes e aceitação da sociedade e do público-leitor, fazendo com que a Mônica batesse nos garotos com menos frequência, por exemplo.

Mesmo com essas transformações no decorrer dos anos em direção a uma suavização da compostura dita excessivamente ostensiva de Mônica, a personagem não perde a sua essência de relativa transgressão para o contexto no qual foi criada e conseguiu se popularizar, se tornando um ponto de referência há muitas gerações. Além de ser embaixadora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e de firmar parceria com a ONU Mulheres na luta pela promoção do empoderamento das mulheres.

A modificação mais sensível, no entanto, acontece apenas em 2008 (quase 50 anos após a publicação da primeira tira) com o lançamento da série de revistas *Turma da Mônica Jovem* (TMJ), na qual as personagens, antes crianças, agora são retratadas na faixa dos 16 anos e com histórias que envolvem questões ditas próprias da adolescência, como romances, preocupações excessivas com o corpo, decisões sobre o futuro, entre outras.

Lançada em agosto de 2008 – ano do centenário da imigração japonesa ao Brasil – e no formato de mangá – quadrinhos típicos japoneses -, a TMJ foi criada para atender necessidades puramente estratégicas da Maurício de Sousa Produções (MSP), que começou a sofrer com queda nas vendas dos gibis. Sousa (2019) explicita que a ideia partiu da compreensão de que os leitores dos gibis tradicionais cresciam e perdiam o interesse naquelas histórias consideradas de crianças.

Então, é na *Turma da Mônica Jovem* que os clássicos personagens aparecem quase irreconhecíveis: Cascão toma banho ao menos uma vez por semana; Cebolinha não tem mais apenas cinco fios de cabelos e não sofre mais com a dislalia, que o fazia trocar a letra R pela L; Magali, embora continue faminta, possui uma preocupação excessiva em seguir dietas sem comprovação científica e acompanhamento profissional para manter o corpo dentro dos padrões aceitáveis; Mônica agora tem um corpo esbelto fruto de uma dieta, segundo informações do *site* oficial, além de ter toda sua história e atitudes atreladas a um complicado romance com Cebolinha.

Mesmo com essas profundas alterações, que, em um primeiro contato, podem dar a sensação de descaracterização as personagens que marcaram/marcam o imaginário de gerações de crianças, a série de publicações destinadas ao público infanto-juvenil é um sucesso, refletido nos números de vendas, e, como afirma o próprio Maurício (2019), é, hoje, o principal produto da MSP. A *Turma da Mônica Jovem* representa a maior tiragem entre todas as revistas da

Maurício de Sousa Produções, com uma média mensal de 225 mil exemplares (SOUSA, 2015) - números que eram alcançados quando as HQs eram a quarta mídia mais popular entre os jovens no Brasil.

A partir da percepção dessas mudanças consideráveis e da inevitável – e superficial – comparação entre as duas séries de revistas publicadas, essa pesquisa já parte do pressuposto que o gênero se estabelece como imprescindível no desenvolvimento das narrativas centrais e dos enredos dos personagens mais populares, bem como foi/é um dos ingredientes de sucesso que contribuíram para a popularização da *Turma da Mônica*. Chegamos a essa conclusão em virtude dos desdobramentos das histórias marcados por uma guerra dos sexos entre Mônica e Cebolinha, assim como pelo uso de feminilidades e masculinidades como contraponto constante nessa disputa de poder.

Isto posto, o presente trabalho pretende responder a seguinte indagação central: como o gênero é construído no regime narrativo das revistas da *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*? A questão principal que conduzirá abre possibilidades a questionamentos secundários: Quais os elementos que representam o regime de gênero que predomina nas narrativas das duas revistas? Como esses elementos se relacionam com o que está posto nos discursos predominantes? E qual a relação que se estabelece entre a quebra de barreiras ou a manutenção de hegemonia?

Buscando responder ao referido questionamento central, o objetivo geral se constitui em apontar os caminhos que estabelecem como o gênero é construído nas narrativas ficcionais da *Turma da Mônica* tradicional para a *Turma da Mônica Jovem* e refletir a respeito das características que o determinam como fundamental na construção de uma sociedade ou realidade social que reforce ou refute a estrutura em vigência.

Por sua vez, para satisfazer as demais questões, põem-se os seguintes objetivos específicos: A) descrever para entender como as questões relativas ao gênero são abordadas na *Turma da Mônica* tradicional e na *Turma da Mônica Jovem* e qual o regime de gênero criado no universo das narrativas dessas revistas; B) comparar como essa abordagem acontece em cada revista por meio da identificação das semelhanças e diferenças que podem tanto aproximar quanto distanciar as revistas; C) compreender como a construção e discussão das questões de gênero participam efetivamente e/ou são influenciadas pela realidade vigente; e D) Discutir se há uma quebra com o regime hegemônico ou se o que predomina é a manutenção do regime de gênero ocidental.

## 1.2. Discursos: Modos de produzir e formas de legitimação

Os discursos permeiam as nossas vivências, impõem as nossas experiências, conduzem as nossas performances, estabelecem o que é aceito socialmente a todo momento. Esses discursos são proferidos por instituições legitimadas para tal, como o senso comum, a ciência, o conhecimento filosófico, a religião.

Inicialmente, os estudos acerca dos discursos consideram para fins de análise e compreensão do funcionamento social apenas a dimensão textual, a mensagem que compõe determinado discurso, deixando de lado todo o contexto que permitiu a formatação do mesmo da maneira como foi feito e está sendo apresentado, crendo no sentido como dado, fixo e na unilateralidade do processo de validação de um discurso.

É somente com o desenvolvimento desses estudos que os sujeitos e, portanto, a conjuntura são incluídos nesse processo que passa a ser considerado como um ciclo retroalimentativo, no qual os sentidos são produzidos no bojo do percurso da mensagem (agora, enunciado). Isso é o que conjectura a teoria da enunciação, que, ao trazer o indivíduo como ponto fundamental, mostra a preocupação com a participação deste na construção de sentidos dado que ela depende da relação que se estabelece entre os personagens desenhados na situação de enunciação específica e também do contexto de produção e de recepção.

Isto é, a mensagem passa a ser formulada com vistas ao consumo. A referida circunstância favorece os estudos acerca do discurso midiático porque os meios de comunicação ganham validação por meio da capacidade de criar vínculos e de formar laços invisíveis, mas muito firmes com o seu público e com toda a sociedade de um modo geral. Tendo em vista a configuração estratégica de mensagens com fins persuasivos, é esse enlace que permite a produção de sentidos de acordo com os discursos que reverberam no meio social.

Recorrendo a aparente “obviedade” da semântica, segundo o dicionário de língua portuguesa Michaelis (2020), o substantivo masculino discurso é “fala proferida para o público; falação”. A versão online traz também a significação breve e simples para a filosofia, linguística e literatura. O objetivo, entretanto, não é nos atermos a essas explicações semânticas e que parecem simples demais para abranger algo que nos é tão complexo. A questão é entender como uma conceituação simplória também faz parte de um projeto discursivo maior e mais amplo.



Essa compreensão de discurso como uma manifestação oral, que é a que permeia o imaginário social, data do século XVI porque é apenas com o avanço dos estudos sociais e de linguística, em meados do século passado, que o termo ganha mais uma significação para o seu espectro, complexificando-o e tornando-o maciçamente presente no cotidiano.

E talvez esse entendimento mais acessível seja uma das barreiras que dificultam a ideia de que discursos são alguns dos alicerces que apoiam as estruturas – que não significam que sejam fixas, imóveis – integrantes de uma sociedade, como um baldrame é a base das construções civis.

Isto é, desconstruir a ideia de que quando se fala em discurso não necessariamente está relacionado ao evento/momento formal de alguma autoridade proferindo alguma fala em público, como nos comícios políticos, por exemplo, não é tão simples e rápido. Como entender que uma parte – ou a maioria dela – daquilo que é considerado natural, inato, como a organização de gênero ou características usadas para justificar o racismo, é, na verdade, fruto de discursos proferidos em contextos específicos de uma sociedade? Como internalizar que viver em sociedade é sofrer interferência direta dos discursos que a compõem?

Compreender que o gênero, a raça, a etnia, a classe, a religião, dentre outros, são construções impostas nos e pelos discursos passa por conceber que esses discursos perpassam todos os âmbitos constituintes de uma sociedade em todos os momentos e contextos possíveis, configurando relações sociais, construindo normas e regras, produzindo exclusões e inclusões, formando novos discursos.

Se as mulheres foram silenciadas e historicamente relegadas a um plano de quietude e inferioridade social, cognitiva, física, entre outros, não foi pelas características anatômicas, mas sim em nome e fruto de um discurso falocêntrico, que posiciona os homens em situação de dominação e superioridade.

Isso porque o discurso é desejado e expressa o desejo, luta por algo, especialmente o poder, por isso “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório” (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

Desse modo, se pode dizer que, guardada as devidas proporções, o discurso do qual estamos falando se parece com aquele ato de fala verbal proferido por uma pessoa detentora de certa notoriedade pública. Como? Um discurso de um candidato a cargo político ou de um cientista em alguma apresentação importante são feitos na intenção de convecerem alguém de

algo, mas sem deixar transparecer esse processo de convencimento ou, às vezes, até de imposição.

O discurso não é, pois, produzido e difundido ao acaso, aleatoriamente. Ele pode ser quase imperceptível por ser uma prática social, que, por meio da língua, materializa as formas de ordenação social que grupos hegemônicos desejam, e por estar firmemente enraizado nos mais diversos aspectos de uma sociedade, construindo-a e sendo construído por esse conhecimento produzido e transmitido pelos enunciados.

Segundo o francês Dominique Maingueneau (2004, p. 53), um discurso é uma forma de ação dado que falar é agir sobre o outro e “toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar etc) que visa modificar uma situação”. E embora o autor trabalhe mais especificamente com o discurso como um ato de fala verbal, ele não exclui que as suas proposições podem ser direcionadas a outras formas de expressão, como a não-verbal, justamente por não ser não apenas uma construção frasal, mas sim tudo o que ela mobiliza para que seja compreendida e interpretada.

Como o objetivo principal de um discurso é ser incorporado, se tornar hegemônico e, portanto, alterar a situação na qual se encontra, ele é produzido sempre com uma finalidade assumida por quem vai proferi-lo, seja pessoa física, jurídica, figura pública, instituição, autoridade.

Em suma, alguém ou algo que possui aceitabilidade social suficiente para causar algum impacto capaz de modificar um contexto dado que a posição deste enunciadador – termo que será trabalhado mais adiante – é fator de legitimação de um discurso (CHARAUDEAU, 2013; FOUCAULT, 1999). E que legitimação seria essa?

À ciência é – ou era - creditada confiança por toda a história de descobertas e avanços tecnológicos e melhorias nas condições de vida. Ao discurso midiático, parte-se do pressuposto de verdade em decorrência de um status de representação fiel da realidade. Ao Papa e à Igreja Católica é conferida credibilidade em nome de um histórico de poder e influência na formação das sociedades ocidentais por meio da crença e fé.

A assinatura de Maurício de Sousa, que, embora não produza mais as histórias que o alçaram ao estrelato, confere aos produtos que a levam a confiabilidade da verossimilhança das narrativas em quadrinhos mais famosas do Brasil. E ainda a um chefe de Estado e/ou Governo pelo cargo que ocupa e pela validação dele através do voto popular, no caso de democracias.

No caso do Brasil, por exemplo, o atual presidente da república, desde o início da pandemia do coronavírus no país, adotou uma postura negacionista quanto à gravidade da enfermidade para a saúde pública, para a economia nacional e para todos os problemas e desigualdades que foram acentuados com a falta de preparo e de projeto de combate e de redução de danos advindos com a conjuntura pandêmica.

Tal conduta produz eco não apenas nos reiterados pronunciamentos e entrevistas à imprensa, nos canais de comunicação direta – redes sociais – pessoais e oficiais do governo, mas também e, principalmente, nos comportamentos - contra-indicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) - professados pelo chefe de Estado que indicam e criam a sensação de uma suposta naturalidade da situação, além da negação de evidências científicas e do incentivo à ações de rejeição também pela parcela da população que o segue fielmente.

Incontestavelmente, qualquer tentativa de análise comportamental e discursiva do que representa o atual presidente da república brasileiro é superficial em meio a atual circunstância e a extrema polarização não só no nosso país, mas no mundo. O que se pretende, entretanto, é buscar concordar com a concepção de que práticas sociais enraizadas são molas propulsoras de discursos que se institucionalizam e se legitimam, especialmente quando reiteradas por quem adquiriu o direito autorizado (CHARAUDEAU, 2013; FOUCAULT, 1999) de validá-las ou difundí-las.

Ao passo que um discurso promove significações, isto é, interpretações do mundo, maneiras de tornar o mundo inteligível, já forjadas em determinado arranjo de espaço e de tempo, ele também formula o sentido social que cria essas ou outras significações (VERÓN, 1993). O discurso busca dar sentido pra certas configurações sociais, que só ganham alguma reverberação quando inseridas em contextos específicos porque “são os discursos sociais que irão produzir o cenário social em que as diversas identidades irão se manifestar. E é através das práticas discursivas que o homem agirá sobre o mundo” (MORAES, 2004, p. 39).

Essas práticas sociais – ou corriqueiras e, portanto, repetitivas, para tornar mais visível – existem nos e pelos discursos e apenas em conjunturas que as possibilitam conferem à realidade o seu caráter discursivo e simbólico. A construção do gênero, da forma como se encontra conjecturado até hoje (como exposto mais detalhadamente no capítulo anterior), só foi/é possível por estar pautado em uma estrutura patriarcal, machista, misógina, racista, classista, que se fez valer e é legitimado por meio dos discursos.

Desse modo, a atribuição de sentidos a essa realidade e às práticas que a configuram e que estabelecem as relações sociais e, assim, criam uma sociedade, um grupo social, só pode acontecer estando contextualizado, bem como o próprio discurso auxilia na produção desse contexto. O sentido, então, depende, diretamente, da conjuntura na qual está inserido e um discurso só existe quando em relação com outros discursos (CHARAUDEAU, 2013; MAINGUENEAU, 2004; VERÓN, 2004).

Um mesmo discurso pode gerar sentidos diferentes quando produzido e produzindo contextos distintos. Em decorrência disso, como colocado anteriormente, não há uma verdade absoluta no que tange a qualquer fato que envolva sujeitos e suas empreitadas sociais porque “[...] a verdade não está no discurso, mas somente no efeito que produz” (CHARAUDEAU, 2013, p. 63). Um discurso só é hegemônico porque é legitimado como tal no momento e no espaço da criação dos sentidos. O próprio discurso constrói o ambiente favorável para que ele se torne absoluto e se sobressaia sobre os demais, dado que ele deseja o poder.

E como esse processo acontece? Para não parecer que estamos falando apenas de algo que é completamente abstrato e pouquíssimo perceptível na vida real, o discurso ou um conjunto discursivo, como nomeia Verón (1993), se concretiza nos textos, sejam eles falados, escritos, expressos ou performados. E aqui ainda falamos em texto por se tratar de um resquício de quando os discursos passam a receber alguma importância e se popularizar enquanto objeto de estudo da linguística, que se propunha a analisar basicamente textos escritos.

A língua deixa de ser compreendida como um acontecimento ao acaso, no qual tudo que ela representa ou diz é aleatório. É como se as letras usadas para formar uma palavra, que vai dar o significado a um signo, se juntassem por meio de um sorteio ordenado e não porque estão inseridas em um código que depende de um sistema de significações maior e mais complexo, que define as formas como o mundo será visto.

Assim, a linguagem é o que efetivamente materializa as mensagens que os discursos querem produzir. O conjunto de textos, onde a língua ganha vida, por sua vez, são os discursos. É por meio deles que um discurso busca a legitimação e, conseqüente, hegemonia, configurando a sociedade, ditando exclusões e inclusões, produzindo performances, criando modelos de sujeitos e de relações sociais, embutindo no imaginário as visões de mundo desejadas por quem está no controle, inclusive a de que tudo aquilo que possa ser minimamente problemático é natural, provém da natureza, impassível de alteração.

Esses textos são como unidades de sentidos que, quando postas em grupo e existindo em determinado contexto, produzem os sentidos. Mais uma vez, o contexto é essencial para os discursos, uma vez que, por ser relacionais, são um produto social. Maingueneau (2004) explica, no entanto, que a conjuntura não é composta apenas daquele ambiente físico e temporal, mas também do que ele chama de cotexto (a linguagem) e do interdiscurso, que são os outros discursos se relacionando entre si. Ou as referências, a carga cultural existente usadas para produzir novos discursos e/ou mantê-los.

Em resumo, por forjar o ambiente social no qual os indivíduos interatuam, o discurso é um complexo processo de constituição de sujeitos, que os assumem em um contexto específico, portanto, em constante contato com outros discursos, que se transformam em condição para a existência mútua.

Além disso, está sempre direcionado a algum lugar - ou perspectiva – determinado pelo grupo social ao qual está submetido (porque é produto social desejado pelo poder e que o almeja), por isso pode ser entendido como um sistema de operações discursivas (VERÓN, 1993). Por fim, é interativo.

A inclusão dos sujeitos no processo discursivo não foi imediata, mas é a partir de então que se confere ao discurso o aspecto social, entendendo que o sujeito é um agente ativo que participa continuamente do ciclo de produção de sentido. Sim, porque de uma sequência linear, na qual a mensagem sairia do agente que a proferiu e seguiria sem interferências até o indivíduo, o atingindo passivamente, o processo passa a ser compreendido como um ciclo, aparecendo, assim, a enunciação (CHARAUDEAU, 2013).

Tratar o percurso que um discurso traça em sociedade como enunciativo é entender que se trata de um ato de comunicação, cujo enunciado – e não mais texto –, intencional, está sempre em circulação, sofrendo interferências de todos os lados. Como no movimento de um roda gigante, em que nunca se pode definir qual o primeiro banco ou casa, na circulação, não se consegue determinar com clareza quem, de fato, produziu o sentido e por que aquele sentido foi trazido à tona, quando aconteceu e por quais motivos. Entende-se que todo enunciado tem uma intenção e que é partindo dela que se elegem os métodos para legitimar um discurso.

Antes de iniciar qualquer exposição, é importante ressaltar que, conforme os objetivos definidos para responder ao problema de pesquisa, esse trabalho não pretende se ater a todo o processo de produção de sentidos que margeiam a sociedade. Porém, é necessário entender

como, por que e para que ele acontece, ou seja, compreender o ciclo que os enunciados percorrem para que sejam transformados em sentidos.

Como mencionado, a partir do momento que os estudos de discursos entendem a relevância da participação dos sujeitos, que é ativa, passa-se a concepção de que os sentidos não são fixos, não estão simplesmente dados nos discursos, mas sim são resultado de um desenvolvimento em constante movimento (VERÓN, 2004). Um conjunto discursivo não apenas contém esses sentidos e os impõem ao seu interlocutor como em uma sequência linear e sem interferência externa.

Evidente que um discurso visa se tornar absoluto, legitimado e busca impor os sentidos que quer para alcançar tal feito, mas não é um processo tão simples, principalmente porque os indivíduos não recebem os discursos passivamente, mas sim os assumem, os incorporam, como na aprendizagem de gênero, que é incessante, ininterrupto e acontece a todo momento ao longo de toda a vida.

É como esse ciclo fosse um ato comunicativo, em que se emite uma mensagem em busca de uma resposta, mesmo que o alvo dessa ação não compartilhe do mesmo contexto situacional, que pode gerar outro estímulo ao pioneiro desse movimento e, assim, sucessivamente, como as engrenagens de uma máquina que não podem ter seus movimentos paralisados e em que uma depende da outra para que execute sua função da melhor forma.

A fim de sistematizar esse circuito que uma mensagem percorre para a produção de sentidos e, de algum modo, simplificar e elucidar o processo de circulação do discurso para uma análise mais concreta e correta, alguns estudiosos, especialmente trabalhando com os meios de comunicação e a mídia como um todo, nomeiam as “engrenagens” e suas funções e as etapas que constituem o ciclo de produção dos sentidos.

Verón (2004) é quem distingue quem participa ativamente no processamento dos sentidos, evidenciando que emissor e receptor devem ser “separados” de suas figuras discursivas porque eles são reais, existem por si próprios. Enquanto que enunciatador e destinatário são as imagens construídas no e pelos discursos pelo próprio enunciatador, dado que é o discurso que configura o contexto no qual ele irá atuar.

Ou seja, o enunciatador é, na verdade, a posição que o emissor ocupa em relação ao enunciado, que é o dito, o conteúdo em si mesmo. E o destinatário é o que o enunciatador espera e deseja que o receptor seja para que seu enunciado seja incorporado. Esses partícipes, juntamente com a relação que eles estabelecem quando inseridos na conjuntura pré-

determinada, compõem o que o autor chama de dispositivo de enunciação, o meio pelo qual a enunciação – que são os modos de dizer, as possibilidades de formulação do sentido - se efetiva. É por meio desse dispositivo que é possível visualizar como o ciclo de circulação dos sentidos se organiza.

Assim, o sentido resultante do ato comunicativo depende da relação de intencionalidade que se instaura entre essas duas instâncias. Isso determina três lugares de pertinência: o da instância de produção, submetida a certas condições de produção; o da instância de recepção, submetida a condições de interpretação; o do texto como produto, que se acha, enquanto tal, submetido a certas condições de construção (CHARAUDEAU, 2013, p. 23-24).

A relação firmada entre essas duas instâncias, como se fossem dois lugares e momentos distintos, não é linear. É assimétrica. E apesar de haver uma correspondência entre elas, porque uma só existe em função da outra, prevalece um desequilíbrio entre as duas condições as quais estão submetidas. Tal desacordo é o que evidencia que a produção dos sentidos só se completa na instância de recepção e que, portanto, ele não está dado no enunciado e não é fixo.

Na verdade, o sentido que se quer destacar está presente sim no enunciado a partir do momento em que passa a ser conjecturado na instância de produção. Mas não há garantia alguma de que esse será o sentido resultante no momento em que se finaliza o processo de recepção – ou de reconhecimento, como Verón (1993; 2004) adota, que será explicado mais adiante. É importante ressaltar que não é como se pudéssemos demarcar temporal e espacialmente as etapas desse ciclo, mas assim o é feito para fins didáticos.

É por isso que Charaudeau (2013) e Verón (2004) falam em efeitos, e não em sentidos produzidos propriamente ditos, e que enunciação diz respeito aos modos de dizer apresentados no enunciado porque não há um sentido único, mas sim um campo de efeitos visados, desejados e produzidos na instância de produção sob o guarda-chuva de certas gramáticas – invariantes discursivas - de produção e que só se podem ser caracterizadas como tais se deixam suas marcas no discurso (VERÓN, 1993).

Perante ao leque de possibilidades de efeitos de sentidos visados, o destinatário tem relativa liberdade – ainda que inserida nas opções dadas pelo enunciador - para escolher o caminho de interpretação que quer seguir baseado nos referenciais (interdiscursos) que faz uso para conseguir reconhecer – por acreditar que esse processo deva acontecer entre figuras que

compartilhem senão dos mesmos, mas de códigos semelhantes, Verón usa, preferencialmente esse termo - o enunciado – ou não.

A produção dos sentidos, então, depende inteiramente do contexto, incluindo os fatores internos e externos, ao qual estão submetidos os partícipes, as peças-chave dentro das instâncias de produção e de recepção/reconhecimento (que não deixam de ser de produção também, dado que também produzem sentidos). E não necessariamente eles precisam compartilhar da mesma conjuntura situacional porque as condições na qual um enunciado foi produzido serão sempre as mesmas, independente de quais sejam as condições na qual ele será recepcionado (MAINGUENEAU, 2004).

Assim, “a circulação [...] é nomeada como dispositivo em que se realiza trabalho de negociação e de apropriação de sentidos, regidos por divergências e, não por linearidades” (FAUSTO NETO, 2010, p. 63). Negociação porque o enunciador, regido pelo contexto específico da produção, coloca em um complexo jogo as possibilidades de interpretação do enunciado baseadas em um destinatário que ele imaginou, mas que, segundo a conjuntura na qual está inserido, poderá ou não assumir alguma dessas opções.

Considerar os sujeitos como parte intrínseca na produção de discursos complexifica as relações e interações que se estabelecem no bojo desse circuito que a circulação percorre para que os sentidos ofertados no enunciado cumpram com a sua intencionalidade, que, para além do tipo de discurso, é ser assumido pelos sujeitos. Como estão mais complexas, elas precisam ser regidas por normas, como se fossem leis, que não são explícitas, mas também não são obrigatórias nem totalmente desconhecidas.

[...] o simples fato de entrar num processo de comunicação verbal implica que se respeitem as regras do jogo. [...] Entra em ação um saber mutuamente conhecido: cada um postula que seu parceiro aceita as regras e espera que o outro a respeite (MAINGUENEAU, 2004, p. 31).

Dominar essas leis é um dos aspectos que contribuem para que um discurso seja bem-sucedido, especialmente o midiático, que produz enunciados, ou seja, aquilo que é dito, o conteúdo, para que sejam interpretados a fim de seduzir e conquistar público. Assim, comunicar envolve uma série de escolhas, que vão desde os conteúdos e as formas até os efeitos de sentidos visados para influenciar o leitor, espectador, telespectador, formulando o que Charaudeau (2013) chama de estratégias discursivas.



A partir do momento que se percebe que do outro lado de uma linha – representando muito metaforicamente o caminho de um ato de comunicação – há sujeitos que não necessariamente receberão as mensagens enviadas exatamente como imaginam e querem os produtores destas, acrescenta à intencionalidade desses enunciados, um ingrediente a mais que fará bastante diferença. Além de, ao contrário do que se pensava, haver o firmamento de relações, fundamentais para que os objetivos sejam cumpridos, entre as duas pontas desse processo.

Os discursos reverberados pelos meios de comunicação são um grande exemplo de que esses enunciados passam a ser pensados e formulados visando, essencialmente, o consumo. Embora a comunicação seja da ordem pública, ela é gerida, com raras exceções, por empresas privadas<sup>2</sup>, que, inseridas na estrutura econômica capitalista, precisam gerar lucro, que está diretamente atrelado a sua repercussão em sociedade e, portanto, à capacidade que tem de fazer com que o seu produto seja comprado e consumido.

Por fim, como McCloud (1995, p. 42) defende, “todo criador sabe que um indicador infalível de envolvimento do público é o grau em que este se identifica com os personagens da história”. Isto posto, é precisamente nesse ponto que esse trabalho se pauta e tenta se conduzir: apontar, identificar e descrever como um importante formador social, o gênero, é estabelecido como estratégia de criação de conexão entre um produto midiático e o seu público.

### **1.3. Histórias em Quadrinhos**

Foram a imprensa e o desenvolvimento da prensa que conformaram os quadrinhos, em sua perspectiva ocidentalizada, da forma como conhecemos até hoje e simploriamente reconhecidos como as histórias divididas em quadros com imagens postas em sequência – pensada pelo enunciador. Isso porque foi a introdução de tiras em quadrinhos nos cadernos dominicais de grandes jornais da região de Nova Iorque e, posteriormente, nas edições diárias que alavancaram e incentivaram as disputas no mercado jornalístico (CIRNE, 1975, 2005; EISNER, 1985; MCCLOUD, 1995).

---

<sup>2</sup> E ainda quando gerenciadas por órgãos públicos, não significa que o que é produzido também não seja desejado que seja consumido.

Os leitores – e os novos – passaram a se interessar pelas narrativas publicadas, criar expectativas com o desenvolvimento das histórias e, assim, esperar pelas próximas edições dos jornais, assim como acontecia com as publicações folhetinescas literárias nos séculos XVII e XVIII no Brasil<sup>3</sup>. Além de favorecer e impulsionar as vendas de jornais, que estavam em franca derrocada, os próprios quadrinhos se popularizaram e iniciaram a sua consolidação enquanto meio de comunicação.

Algumas décadas depois, o movimento no Brasil foi semelhante, quando algumas editoras e desenhistas independentes buscam a popularidade dos jornais para propagar as produções quadrínisticas nacionais, bem como a imprensa também busca alavancar as vendas. Assim, cadernos infanto-juvenis foram criados tamanho o alcance das histórias em tiras publicadas; séries de quadrinhos surgiram e se popularizam impulsionadas pela imprensa, como o próprio observável de pesquisa desse trabalho, a *Turma da Mônica*, que nasce de tirinhas lançadas no Folha da Manhã – antigo Folha de São Paulo (CIRNE, 1975; SANTANA, 2005; VERGUEIRO, 2013).

Em um ambiente que incentiva e vive da competição, pautando a concorrência mercadológica entre os meios de comunicação, é fundamental se pensar em todo o percurso do enunciado que será produzido para se atingir a intenção maior de um discurso: conjecturar sentidos que o legitime, seja por meio de informar, por pregar, por entreter, etc., e que o torne amplamente comercializável.

Assim, ao estudar preferencialmente os processos em meios de comunicação, Verón (2004), Maingueneau (2004) e Charaudeau (2013) explanam que o enunciador deve traçar estratégias, que vão desde definir o público (receptor) a ser atingido, imaginar como esse público (destinatário) quer ser impactado por aquele produto, até a criar as condições – relacionadas aos aspectos estruturais, temáticos, intra e extralinguísticos de um enunciado – para que a mensagem proposta seja bem sucedida.

Ao iniciar a publicação de narrativas em quadrinhos, instigando os leitores de um jornal a acompanhar os desdobramentos da história, a criar expectativas quanto ao conteúdo que virá, a esperar, por exemplo, que o Cebolinha tenha insucesso nos seus planos porque a Mônica os descobre ou a torcer por um desfecho – finalmente – diferente, cria-se o que Fausto Neto (2007)

---

<sup>3</sup> Óbvio que com muito menos impacto pelas condições de propagação dos jornais à época e por uma população, em sua maioria, analfabeta.

explica como modos de vincular as ofertas e a instância de recepção/reconhecimento (ou demanda, não no sentido mais conotativo, mas sim de aguardar).

Dessa maneira, a mídia está sempre se autorregulando e na dependência da relação estabelecida com a sociedade para a configuração de estratégias que - mesmo que relativas prioritariamente ao seu discurso e as suas formas de enunciar, acabam sendo mercadológicas também – sejam capazes de criar vínculos com o seu público-alvo, a exemplo do que a indústria jornalística impressa estadunidense fez entre o fim do século XIX e início do século XX para superar uma crise e aumentar ainda mais os números de venda.

Nos quadrinhos, esse processo parece ser ainda mais intenso e palpável. A própria linguagem quadrinhística – já consolidada socialmente -, que é essencialmente visual, dado que o até o som, os movimentos e as palavras são representados apenas iconograficamente, pressupõe as experiências e a carga cultural do enunciador e do destinatário.

Essa linguagem ou gramática própria é repleta de símbolos, ícones, significações próprias, como os balões de fala em formatos específicos para representar emoções ou as sensações de movimento que podem indicar passagem do tempo (CIRNE, 1975, 2005). E para que a mensagem da narrativa seja compreendida é necessário prever ou conhecer, quando já estabelecida uma relação longínqua, os leitores e os códigos nos quais eles estão inseridos porque, preferencialmente, os enunciadores devem compartilhar dos mesmos referenciais a fim de conseguir criar estratégias que os façam entender todos os recursos utilizados (EISNER, 1985; MCCLOUD, 1995).

Desse modo, os leitores, de fato, precisam reconhecer os sentidos ali visados pelos produtores, participando ativamente e até com certo esforço intelectual, como defende Eisner (1985), na tentativa de entender uma linguagem pautada pela simplificação dos significados e, conseqüentemente, pela repetição dos símbolos para facilitar na escolha dos caminhos ofertados (CIRNE, 1975; MCCLOUD, 1995).

Ademais, em decorrência da limitação espacial, são os próprios leitores que preenchem, com evocações do seu imaginário, os vácuos existentes nas elipses (CIRNE, 1975), sarjetas (MCCLOUD, 1995) ou simplesmente espaços vazios entre um quadro e outro, no qual se perde uma ação, um ambiente ou uma mudança de tempo. Além de reconhecer os códigos, os destinatários acabam por reconhecer também os personagens e as narrativas, que raramente sofrem alguma alteração.

Esses foram alguns elementos e características que auxiliaram na escolha dos observáveis a serem estudados nessa pesquisa. Não apenas a repetição excessiva para fidelizar público, mas para criar identificação e relacionamento. Repetição que também favorece a criação de padrões e o uso de imagens mais comuns ao cotidiano do público-alvo, ou seja, a manutenção de determinadas figuras estereotipadas que facilitem a compreensão e a leitura imediata por parte dos leitores.

Dessa forma, por exemplo, é que se criam caricaturizam os personagens da *Turma da Mônica* com o objetivo de realçar características marcantes, como a força tida bruta de Mônica ou os dentes avantajados; a fome de Magali; a sede pelo poder de Cebolinha e a troca do “R” pelo “L”; ou o medo de água de Cascão. Mesmo processo que também acontece com personagens secundários. E que passam a ser trabalhados de forma distinta na *Turma da Mônica Jovem*.

Tais questões que se apresentam nas narrativas das revistas contribuíram no momento da análise, ajudando na identificação, separação e agrupamento de unidades relacionadas ao gênero e a todos os componentes de formação social que ele atravessa e pelos quais é atravessado. É esse processo que será descrito adiante.

Tendo em vista os objetivos, para a execução da pesquisa se pretende analisar, de modo mais geral, os discursos proferidos em relação ao gênero, com foco no que se constitui como elementos construtores de um regime de gênero específico produzido no interior das narrativas ficcionais das revistas. Para tal, a amostra é composta por 24 edições da *Turma da Mônica* publicadas entre 2008 e 2009 e 2018 e 2019, assim como 24 edições da *Turma da Mônica Jovem* lançadas nas mesmas datas.

Esta pesquisa é descritiva e assume um viés qualitativo, tendo em vista o objetivo geral pretendido neste estudo, o de analisar a construção do gênero pautado nos discursos em torno do que está direta e visivelmente ligado a esse gênero, bem como o que não está na superfície das histórias da *Turma da Mônica* tradicional e da *Turma da Mônica Jovem*, o que demanda um diálogo mais profundo com aspectos quase que essencialmente discursivos.

Para realizar a estudo de modo satisfatório, o procedimento pretendido e mais adequado são as ideias de enunciado apresentadas por Verón, nos anos 1980, e continuadas por Maingueneau (2004) e Charaudeau (2013), que busca descrever e analisar a especificidade dos discursos produzidos e propagados nos e pelos meios de comunicação.

Porque tanto a mídia complexifica a configuração das relações sociais e, conseqüentemente, os modos de compreensão do processo de produção de sentidos, como a própria análise de discursos passa a incluir os sujeitos como peça-chave nesse processo. Embora o processo de reconhecimento dos discursos seja desconhecido e imprevisível, Fausto Neto (2007) defende que ele se inicia na enunciação, nos modos de dizer, difundindo determinadas visões de mundo acerca de diversos temas, condicionando, portanto, a atuação do leitor a uma estratégia enunciativa.

Desse modo, o *corpus* deste trabalho é composto, à priori, de 48 edições da revista, sendo 24 da *Turma da Mônica* infantil e 24 da *Turma da Mônica Jovem*. E a coleta das revistas foi feita de agosto de 2008 a julho de 2009 e de agosto de 2018 a julho de 2019, totalizando dois anos de material a ser analisado. Essa seria a quantidade de tempo ideal ou mínima que Verón (2004) defende para uma análise satisfatória.

O intervalo de tempo foi determinado em função da *Turma da Mônica Jovem* – o contraponto que gerou o problema de pesquisa a que se pretende responder –, que tem sua primeira edição lançada apenas em agosto de 2008<sup>4</sup>. Desse modo, busca-se analisar o primeiro ano de publicação e estabelecer as diferenças e semelhanças com a *Turma da Mônica* tradicional, bem como fazer o mesmo percurso, porém com a comemoração de 10 anos da série infanto-juvenil para tentar perceber as mudanças entre as próprias revistas.

Então, o escopo da pesquisa é formado pelas edições de número 20 a 31 de 2008 e 2009 da *Turma da Mônica* tradicional, que são publicações especiais em comemoração à inauguração do Parque temático *Turma da Mônica*, na cidade de São Paulo; e de número 40 a 51<sup>5</sup> de 2018 e 2019. Da *Turma da Mônica Jovem*, por sua vez, as edições analisadas serão as que vão do número 1 ao 12 entre 2008 e 2009; e do número 21 ao 32 de 2018 e 2019<sup>6</sup>.

É importante ressaltar que as publicações da *Turma da Mônica Jovem* seguem uma ordem cronológica e apesar das histórias não serem sequenciais, os fatos principais se interligam e são,

---

<sup>4</sup> A nova série foi lançada no formato mangá, quadrinhos tipicamente japoneses, no mês de celebração do centenário da imigração japonesa ao Brasil, país com o maior contingente populacional desta nacionalidade fora do próprio Japão.

<sup>5</sup> A impressão é de que os números se repetem, mas houve uma reformulação dos gibis nomeados como *Turma da Mônica* no ano de 2015, lançando-se uma nova série como se fosse do zero.

<sup>6</sup> No caso da TMJ, adotou-se uma estratégia mercadológica que, de fato, recomeçou a contagem das edições quando se chegou à publicação 100, em novembro de 2016. Segundo Maurício de Sousa (2019), em entrevista concedida a nós, essa renovação aconteceu para criar ainda mais vínculos com os leitores dessa série, que são, em sua maioria, colecionadores das edições, gerando a sensação de que estariam sempre lendo algo novo.

frequentemente, retomados em cada edição lançada. Na *Turma da Mônica* infantil, por sua vez, há diversas publicações de gibis por mês intitulados com o nome dos personagens mais conhecidos: Mônica, Magali, Cebolinha, Cascão e Chico Bento; e do gibi da Turma, a modalidade escolhida para análise a fim de não privilegiar personagens e/ou narrativas específicas.

Também é fundamental destacar como são as estruturas das revistas analisadas. Como já afirmado, as edições da *Turma da Mônica* tradicionais, tanto entre 2008 e 2009 e entre 2018 e 2019, são divididas por histórias curtas, na qual a primeira é, geralmente, a maior e é a história que também está na capa e dá nome à edição. Assim, no geral, cada gibi é constituído por nove histórias e a clássica tirinha de três quadros na última página.

No caso da *Turma da Mônica Jovem*, desde o lançamento da primeira edição, as revistas são formadas por apenas uma história central, dividida em capítulos, e que podem ser espalhadas até em edições distintas, como as quatro primeiras edições, publicadas em agosto, setembro, outubro e novembro de 2008. Além disso, as narrativas se sobrepõem em um linha temporal sequencial, apesar de isso não significar que os personagens comemorem aniversário, por exemplo. Isto é, o Cebolinha e a Mônica iniciaram o relacionamento amoroso na edição de número 100, publicada em 2015 e, até o presente momento, eles continuam se relacionando.

Outro fator importante é que, por questões espaciais, o trabalho não apresenta exemplos concretos das 48 edições consideradas constituintes do *corpus* da pesquisa, mas apenas de 24 edições, sendo 12 de cada versão da revista. Ainda assim, os 48 números foram analisados com afinco e fizeram parte do processo de construção da análise e foram essenciais para o estabelecimento das unidades de análise que serão expostas no próximo tópico.

Por buscar expor as características do gênero e explicar como esse fenômeno se estabelece e se retroalimenta entre o que é real o que se constrói a partir dessa realidade, trata-se de um estudo descritivo e explicativo. Com método indutivo, a pesquisa será conduzida majoritariamente obedecendo a procedimentos qualitativos dado que o objetivo principal é interpretar o fenômeno e não apenas quantificá-lo.

Também se configura como um estudo de caso, haja vista que, ainda em se tratando de dois produtos distintos, são dois produtos estabelecidos pela mesma empresa e que se interligam por se colocarem como uma continuação. A *Turma da Mônica Jovem* quando surge se apresenta como sendo uma continuação das histórias e personagens da *Turma da Mônica* tradicional,

apenas em idades diferentes. É partindo do pressuposto que estudos de caso podem ser aplicados na ilustração de argumentação que propomos a estrutura de dissertação a seguir.

Por se tratar de um estudo de caso, que está completamente apto ao uso dessa estrutura, optamos por um percurso teórico-metodológico que melhor atendesse aos anseios do trabalho e para uma organização estrutural que pudesse satisfazer as nossas pretensões. Assim, nos utilizamos da argumentação ilustrada, que, resumidamente, consiste em ilustrar as escolhas teóricas da pesquisa com os resultados analíticos (TEIXEIRA, 2011).

Ou seja, a estrutura dessa dissertação não segue a ordem clássica: primeiro, a proposição de discussão de teorias e depois a apresentação dos dados. Não há um capítulo específico e exclusivo que demonstre essa disposição na escrita, mas sim uma combinação, em que os dados e exemplos ilustram os debates teóricos propostos no trabalho. Desse modo, as unidades de análise encontradas por meio dos observáveis estão dispersas junto aos capítulos a seguir.

Tal modelo foi possível mediante ao estabelecimento de tais unidades de análise ou grandes unidades de sentido. Importante destacar que o estabelecimento dessas unidades não se deu ativamente de fora para dentro da pesquisa, mas sim segundo o que está dado nos observáveis, resultando da análise minuciosa e do levantamento dos dados presentes nas edições selecionadas para compor o escopo deste trabalho.

Análise que se iniciou com a leitura das revistas a fim de se levantar os temas centrais de cada edição. No entanto, como a estrutura da *Turma da Mônica* tradicional é diferente da *Turma da Mônica Jovem*, não foi possível traçar um único tema que percorresse transversalmente toda a edição. A versão tradicional é composta por várias histórias que não possuem relação entre si e a versão direcionada ao público adolescente também discute várias questões em apenas uma edição. O que nos dificultou a escolha de revistas que tratassem somente de pontos relativos ao gênero.

Por isso, optamos por seguir outro modelo de análise, no qual buscamos por todos os elementos que se relacionassem direta ou indiretamente ao gênero, isto é, todos os âmbitos constituintes das relações sociais. Assim, dividimos todas as 48 edições não de acordo com os capítulos ou as histórias, mas em partes menores que apresentassem sentido em si próprias, nos aproveitando do conceito de bloco significacional de Cirne (1975), que explica se tratar de

uma área da página constituída em um espaço mais ou menos compacto da narrativa mediante o comportamento posicional dos quadros. Ou seja, uma área definida no espaço de sua extensibilidade, cujos limites gráficos indicam

o papel da leitura. O bloco é intrínseco às propriedades materiais da página e nela se completa (CIRNE, 1975,p. 60-61).

Esses blocos são compostos por mais de um quadro gráfico e são determinados, de acordo com o autor, pela articulação da página, por sua visualidade ou pela mudança de situação temática (ou corte espaço-temporal). Por se tratar de revistas que seguem uma estrutura mais simples e padronizada, boa parte dos blocos significacionais foram estabelecidos, neste caso, por alterações de tema ou de espaço-tempo.

Em cada um desses blocos, analisamos a presença de pontos referentes ao gênero, como relacionamentos, marcador identitário visual ou as relações entre os outros formadores sociais, tais quais: classe e raça. Assim, conseguimos chegar a denominadores comuns nas questões mais recorrentes abordadas pelas histórias presentes nos números analisados. Por meio desses assuntos “guarda-chuva”, determinamos as unidades de análise, quais sejam: marcadores identitários visuais, heterossexualidade normativa, feminilidades x masculinidades e interseccionalidade.

Os resultados encontrados com base nos objetivos estabelecidos e no percurso metodológico determinado foram divididos entre as duas séries de revistas para não gerar qualquer confusão nos modos de abordagem de cada veículo, bem como, visando melhor organização das ideias, serão apresentados divididos em grandes unidades de sentidos. Estas serão definidas segundo a recorrência de temas e características estruturais relacionadas às discussões levantadas acerca do gênero nas narrativas e estruturas dos quadrinhos aqui analisados.

A partir do momento que essas grandes unidades de sentido apareceram na análise, construímos a estrutura da dissertação, haja vista que apresentamos os resultados unidos à discussão teórica. Além disso, as unidades, por meio da descrição e sistematização destes resultados, desvelarão as estratégias de construção de sentidos. Isso porque a produção destes sentidos só é possível quando a mensagem percorre todo o ciclo de sua circulação, se efetivando apenas na instância de recepção, quando e onde a relação produto/leitor é firmada.

Desse modo, esta introdução se constitui como o primeiro capítulo de fato do presente trabalho, desvelando os aspectos teóricos-metodológicos da análise de discurso, com base nas discussões sobre enunciado e enunciação. O segundo capítulo, por sua vez, discute os alicerces do aparecimento do gênero como uma questão discursiva patriarcal e quais as consequências



deste modelo hegemônico para como as pessoas são impelidas a serem enxergadas em sociedade.

O terceiro capítulo se aprofunda nos debates acerca das formas de ordenação da sociedade que mantém as bases desiguais e privilegiadoras de minorias numéricas. Esse modelo patriarcal é sustentado por um discurso da heterossexualidade compulsória, que imprime a lógica binarista que pauta e justifica boa parte dessa desigualdade que marca as sociedades ocidentalizadas.

O quarto e último capítulo, por sua vez, discorre sobre a concepção de gênero que atravessa e é atravessado por quase todos os âmbitos constituintes de uma estrutura social, rompendo com o conceito de que se trata de algo pré-determinado, dado, imutável. Sendo, então, parte de uma construção da sociedade, como também, um construtor. Por isso, gênero não existe e não pode ser analisado isoladamente, mas sempre levando em consideração todas as questões sociais que formalizam e organizam as relações entre os sujeitos, especialmente nesta sociedade ocidental pautada por um modelo econômico capitalista que evidencia as interações de classe e minimiza as raciais e generificadas.

Por fim, nas considerações finais, procuramos finalizar os compromissos firmados nos objetivos gerais e específicos desta pesquisa, comparando as duas revistas, bem como apontando novos questionamentos que podem conduzir a novas pesquisas futuramente e hipóteses que podem responder a estas dúvidas latentes.

## **2. GÊNERO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS**

Durante boa parte da história da humanidade, as mulheres foram construídas e representadas socialmente a fim de ocupar espaços considerados inferiores e sem importância para a sociedade. A mulher foi constituída pelas instituições legitimadoras de conhecimento de cada época de forma que se estabelecesse um imaginário social acerca das expectativas e normas de conduta que ela deveria seguir.

Bem como, guardadas as devidas proporções de impactos, os homens também são impelidos a performar padrões de masculinidade, que ditam, não apenas os comportamentos de quem pertence ao dito sexo biologicamente comprovado masculino, mas também normatizam toda a sociedade porque aquilo o que provém do homem é a referência, o normal. Esses modelos de construção são o que ainda permeiam o imaginário e o que estão presentes na concretude da realidade de parte considerável da sociedade, especialmente daquela cujas bases estão assentadas na ocidentalização dos aspectos socioculturais e econômicos.

Entretanto, é a partir da – relativamente recente – introdução do termo e conceito de gênero no meio acadêmico e, conseqüentemente, social que se passa a compreender todas essas questões como construtos e construtores sociais (e não como dados fixos, naturais, determinados como destino da trajetórias sociais dos indivíduos). Mas, principalmente, entender que gênero também estrutura as relações firmadas socialmente e impacta não somente o dimensão individual dos corpos, mas também a sua condução e a estruturação de outros âmbitos constituintes da sociedade.

### **2.1. Gênero e a dimensão discursiva**

O objetivo dessa narrativa é tentar refletir acerca de como os pensamentos podem se tornar hegemônicos e construir verdades que se propagam quase como irrevogáveis para determinadas parcelas da(s) sociedade(s), que também regem a lógica de funcionamento e estruturação do mundo, ditas ocidentais. Ainda que possa parecer deslocado e sem propósito descrever um exemplo que, a priori, é bastante diferente das questões centrais que permeiam este trabalho, a intenção é tornar ainda mais evidente e real por meio de uma situação que seja

mais palpável e que também tenha algumas características em comum com tudo o que foi abordado anteriormente.

Isto porque, conforme pensam e conversam entre si, Homi K. Bhabha, Serge Moscovici e Stuart Hall entendem que esse processo de transformar pensamento em verdade parte da determinação de um Outro, da escolha de quem estará na outra ponta de uma régua imaginária, que mede o que é certo e errado, o que é melhor e pior. Enquanto isso, o grupo que ocupa a ponta que inicia essa mensuração é a referência, é o ideal a ser alcançado, mas ao mesmo tempo nunca atingido, como explica Beauvoir (1970) ao ilustrar a formação da imagem das mulheres sob a ótica masculina, mencionada no primeiro tópico do capítulo anterior.

O problema que gera as enormes discrepâncias sociais entre homens e mulheres – sem considerar, nesse momento, a fim de tornar a compreensão mais límpida, os demais recortes sociais que interferem na dinâmica social – não está nas diferenças físicas e psicológicas que, de fato, existem entre eles, mas sim na significação que tais distinções ganham ao serem inseridas em um modo específico de organização da sociedade.

Pautado pela realidade ocidentalizada, na qual esse trabalho se entrepõe, a produção de sentido que se sobressairá sobre as demais parte do princípio de um binarismo diametralmente oposto caracterizado por um desequilíbrio significativo entre os elementos. Ou seja, são as ideias e práticas difundidas hegemonicamente que: 1) pressupõem e naturalizam determinadas características sempre atreladas à presença de um sistema reprodutivo específico; 2) reiteram que os atributos masculinos são superiores aos femininos.

O que se quer dizer é que além de e por ser estruturante e estruturado das/pelas relações configuradas no seio social (SCOTT, 1995), o gênero também é discursivo (BUTLER, 2003). Também porque para além de ser influenciado e influenciar nos demais âmbitos constituintes de determinada forma de ordenação da sociedade, como economia, etnia/raça, religião, relações sexuais e, portanto, reprodutivas, educação, entre outros, o gênero se apresenta socialmente com maior evidência por meio do seu aspecto discursivo e do modo com os discursos organizam para que ele se mostre.

Como exposto no decorrer do capítulo anterior, o gênero é compreendido – especialmente se considerarmos o senso comum e o que está mais propagado entre as sociedades ocidentais – da maneira como o é até hoje em decorrência dos discursos maciçamente disseminados em função da manutenção do patriarcado enquanto base estrutural de uma sociedade que

necessitava – e ainda necessita – apregoar certos valores para que faça valer a organização socioeconômica defendida secularmente.

A ideia – equivocada - de que se é um gênero e, assim, este e tudo o que o cerca é inalterável provém de um discurso de heterossexualidade compulsória, cuja única configuração de relação amorosa/sexual possível seria aquela estabelecida entre pares diferentes (homens e mulheres). Os elementos deveriam ser distintos, entretanto complementares ao mesmo tempo. Daí a idealização de características que se opõem, mas que devido ao fato de o centro desta relação estar direcionado ao objeto fálico, os construtos masculinos são entendidos como melhores que os femininos.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (BUTLER, 2003, p. 195).

Esses discursos estão tão inscrustados que tornam qualquer coisa relacionada ao gênero natural e fazem parecer que tudo o que se discute em torno desse assunto é, na verdade, anterior ao discurso, isto é, existe independente de se haver um discurso que o legitime ou o refute. Ser um gênero significa que não há nada que se possa fazer para mudar o destino de ser mãe, por exemplo.

E não que estejamos fazendo algum julgamento quanto à maternidade ou a qualquer outra característica, comportamento ou papel normatizado segundo os sexos, mas sim ao quanto essas normatizações são redutoras e limitantes de possibilidades e oportunidades, como se tudo que ganhasse um nome tivesse que se encaixar em uma caixa que determinava exatamente o que é ser uma mulher e um homem.

Saffioti (2004, p. 120) esmiúça que o momento quando os homens passam a ter a ideia de que estão “controlando” a natureza, isto é, que estão transformando o natural em favor do bem-estar próprio, desenvolvimento e como justificativa para sobrevivência e evolução dentre as espécies, “foi crucial para estabelecer entre os homens e as mulheres relações de dominação-exploração”. Porque é a partir de então que se tem a percepção (que se transformará em discurso hegemônico) de que aquilo que provém da humanidade, que é cultural é maior e mais importante do que o que é “somente” natural.

Se até aí as mulheres eram tidas como o centro da vida e seres superiores pela capacidade de reprodução das espécies e poder de gerar e gestar a vida, toda essa aura vai sendo esquecida e substituída pelo discurso de que, na verdade, os homens é que detém todo o poder e controle, inclusive, da vida. E é justamente por isso que o gênero também é discursivo, dado que, como se pode ver – simploriamente – no exemplificado acima, é mutável, cuja determinadas concepções do que seja o gênero e de tudo o que ele implica só são possíveis inseridas dentro de um contexto que a valide.

Daí, conforme expuseram Connel e Pearse (2018), a colonização de outros povos ser feita por meio da imposição de crenças e costumes, como a catequização. Ou ainda, em momentos mais recentes, a imperialização acontecer, de modo mais sutil e, portanto, quase imperceptível, através da propagação cultural, como defendem Ariel Dorfman e Armand Mattelart (1978), em *Para ler o Pato Donald*. Para os autores, os quadrinhos de Walt Disney são uma importante ferramenta para entender a conquista e a impressionante proliferação da cultura estadunidense, especialmente, à época, do “*American Way of Life*”.

Ou na própria *Turma da Mônica*, que, direcionada a um público em plena formação psíquica, identitária, social, cidadã, pode contribuir significativamente no processo de aprendizagem de gênero, dado que os personagens e os enredos no qual estão inseridos são representações de um fragmento da realidade, mas se posicionam como totalidade. Assim, as modelizações de sujeitos, a configuração das relações sociais se constituem como referências para os leitores, que podem se influenciar pelos aspectos contravencionistas de Mônica, pelo relativo conservadorismo das demais garotas que a julgam a todo momento ou pelos comportamentos de rejeição a mudanças na ordem vigente dos garotos.

Outro exemplo é o movimento eugênico que, embasado principalmente em discursos de autoridades intelectuais, como médicos, políticos, escritores, da primeira metade do século XX no Brasil, que se utilizava da ciência e do poder de influência a fim de provar uma suposta superioridade da branquitude em relação as demais raças, em especial, aos negros, buscando provocar uma segregação em uma sociedade que estava em vias de miscigenação após a declaração de “libertação” dos escravizados.

Além de interferir nas questões raciais, fornecendo ainda mais subsídios e justificativas para a institucionalização e sistematização do racismo como estrutura de uma sociedade brasileira já escravagista e pós-colonial com ressonâncias são sentidas até hoje, a eugenia também auxilia na perpetuação do regime de gênero característico de base patriarcal. Isto pois,

ao passo que incentivava a prática de esportes por mulheres brancas de classe média, delimitava quais as atividades eram permitidas de acordo com os atributos tidos como naturais de cada sexo biológico (GOELLNER, 2008).

Mais tarde, as consequências disso ainda seriam percebidas com os casos de proibições sancionadas pelo Estado ao acesso de mulheres, tanto como praticantes quanto como público, a esportes considerados essencialmente masculinos, como o futebol. O esporte que, construído como a grande paixão nacional e usado como ferramenta de unificação de um território nacional tão extenso e de povos tão diferentes, é até hoje um espaço de pouco desenvolvimento e raríssimas oportunidades na modalidade feminina.

É óbvio que esse processo de formatação e consolidação de um(s) discurso(s) não é tão simples quanto esses básicos exemplos possam fazer parecer. Se trata apenas de uma tentativa de sobressaltar a relação – quase – direta entre os discursos propagados e as práticas e interações que regulam e estruturam uma sociedade e vice-versa, uma vez que também não é possível mensurar até onde um influencia o outro.

O que se pode notar é a importância de símbolos, como a maternidade e a divisão sexual no mundo dos esportes, para a manutenção de discursos hegemônicos, em específico, de ordens de gênero que auxiliem no reforço das pilastras que sustentam a organização social que se deseja. Especialmente porque, como defendem Connel e Pearse (2018), esses simbolismos são uma das dimensões que podem ser usadas para qualificar, descrever, compreender e identificar como esse gênero – multidimensional, consoante ao já apresentado neste trabalho – se organiza em sociedade.

Se, a medida que é entremeado, o gênero se entrelaça e, em consequência, gendrifica os aspectos incólumes à ordenação social, é, provavelmente, por meio dos símbolos que as formas como essas interações acontecem são mais perceptíveis. Por esse motivo, é que se pode pensar que questões de gênero estão relacionadas apenas ao âmbito individual, pessoal porque esses símbolos mais evidentes são alusivos à identificação pessoal (vestimenta, maquiagem, cabelo, comportamentos, dentre outros) e à forma como estes aspectos são apresentados e perpetuados nas representações reproduzidas em produtos culturais, como os midiáticos.

Questões ditas mais impessoais e que aparentem ter mais concretude, ser mais real do que uma representação, como a maternidade e a divisão sexual no esporte, são direcionadas a apagar a dimensão simbólica, construtiva e de discurso do gênero ao tentar naturalizá-lo como uma causa e não consequência. No entanto, “não há divisão de trabalho que possa se sustentar de

forma estável sem categorias simbólicas” (CONNEL, PEARSE, 2018, n.p., TRADUÇÃO NOSSA). É das representações simbólicas a incubência de exibir como uma ordem de gênero está estruturada e como ela foi formatada para que se apresentasse da maneira como está, além de corroborar para a legitimação dos discursos.

O casamento – enquanto cerimônia de celebração do amor e enquanto união legal do Estado de Direito -, por exemplo, é uma prática simbólica que serve aos interesses do discurso heteronormativo, uma vez que confirma a sacralidade de uma relação heterossexual imposta por uma sociedade com formação judaico-cristã, e aos anseios da concepção de amor romântico que, segundo Hooks (2018, p. 108), “em culturas patriarcais estava ligado a noções de paixão, a paradigmas de dominação e submissão, em que o pressuposto era de que uma pessoa daria amor e a outra o receberia”.

Ainda que possa representar um mero símbolo, o matrimônio e tudo o que vem com ele são fundamentais na perpetuação dessa sociedade opressora, machista, misógina, desigual, racista, classista porque é pelo simbolismo que as práticas sociais podem se justificar, como a violência de gênero sendo entendida como crime passionai; e um dos meios pelo qual os discursos podem se reverberar, como o amor romântico e a crença na eternidade, na monogamia, sendo usadas como propagadoras do discurso da heterossexualidade compulsória e de todas as desigualdades que uma relação como essas pressupõe segundo a ordem patriarcal.

É fato que a união matrimonial vem sendo resignificada em sociedades mais progressistas e com discussões sociais mais avançadas com a luta dos movimentos LGBTQIA+ e o reconhecimento pelo Estado de casamentos homoafetivos e, conseqüentemente, todos os direitos advindos com essa relação estável. O que só reforça o nosso ponto: se os símbolos podem ganhar novas significações, o gênero, como uma prática discursiva, também é completamente passível de mudanças, de resignificações (BUTLER, 2003; CONNEL, PEARSE, 2018), que podem ter como ponto de partida justamente esses discursos.

Mais uma vez, não se quer dizer aqui que o gênero não existe por si só, que ele só pode ser considerado em relação a algo, mas não se pode negar a interferência e a importância dos discursos em uma sociedade que se estrutura por meio do estabelecimento de relações entre os sujeitos. Assim como também não se pode achar que se trata de um assunto simples, de fácil entendimento no cotidiano.

Inclusive por se tratarem de estruturas, tanto as discussões em torno do gênero, quanto os discursos são marcados por uma complexidade impossível de mensurar em apenas um estudo

com tempo e espaço limitados, em especial neste caso, cujo observável para análise é um produto midiático, que é construído sob representações da realidade.

Por isso, é importante a busca pela compreensão do que são esses discursos tão comentados até então. Como saber se são realmente discursos? O que os caracteriza? Como eles se cristalizam e são legitimados? Como e por que se tornam hegemônicos? Por que e quais são validados? Como eles evoluíram no que diz respeito aos estudos? Qual é a percepção e a forma como eles compreendidos e analisados hoje?

## **2.2. O modelo patriarcal na constituição da compreensão do gênero**

Mesmo com a mudança nos padrões culturais, a descontinuação de alguns estereótipos relacionados às mulheres e as significativas conquistas de direitos em busca da paridade de gênero, boa parte impulsionadas pelos movimentos feministas, ainda há muito que se avançar na luta pela equidade. É o que demonstra a maioria dos indicadores socioeconômicos com recorte de gênero – e se acrescentar as categorias de classe e raça, os dados são ainda mais alarmantes – ao redor do mundo e no Brasil, por exemplo, por meio do estudo “Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado em 2018.

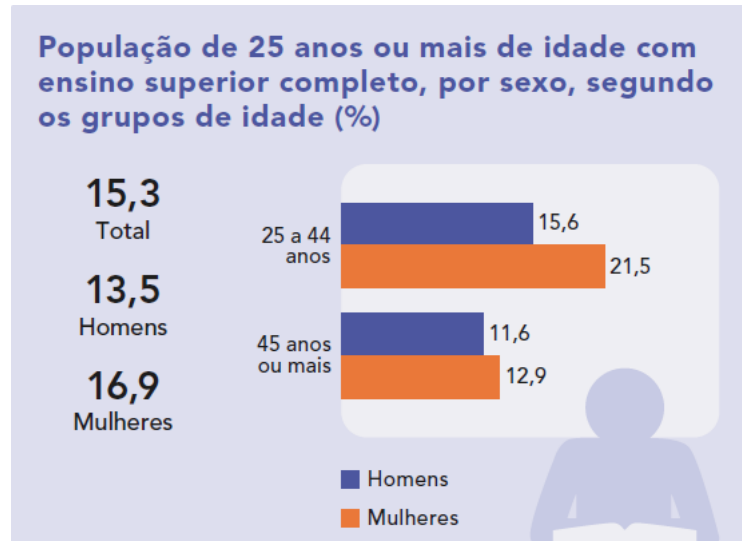
Se ao longo dos últimos 30 anos as mulheres tiveram mais acesso à educação (tanto básica quanto superior) e buscaram mais qualificação, esses números não se refletem no mercado de trabalho e nem na vida familiar. Embora, entre a população com 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, as mulheres representem 23,5% em comparação a 20,7% dos homens<sup>7</sup> (TABELA 1) e que 73,5% destas concluem o ensino médio em relação a 63,2% dos homens, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho foi de apenas 52,9% em detrimento de 72% entre os homens (IBGE, 2018).

**TABELA 1 – Conclusão do ensino superior, por sexo**

---

<sup>7</sup> É importante considerar os muitos anos de atraso nos quais as mulheres tiveram acesso à educação básica e à formação superior em relação aos homens.





Fonte: IBGE, 2018

Elas também são mais suscetíveis à desocupação e à informalidade, principalmente, em momentos de crise econômica e de saúde pública, como a que estamos atravessando em decorrência da pandemia de Covid-19<sup>8</sup>, e recebem, em média, segundo o levantamento do IBGE (2018), 25% menos do que os homens ainda que ocupem os mesmos cargos e possuam igual ou maior grau de instrução – que deveriam ser as variáveis determinantes para o estabelecimento dos rendimentos da força de trabalho.

Além disso, os encargos dos afazeres domésticos, pelos quais não se recebe compensação financeira, direitos trabalhistas ou reconhecimento social, estão, em sua maioria, sob responsabilidade das mulheres, que dedicam, medianamente, 18,1 horas semanais para o cumprimento destas tarefas contra 10,5 horas dos homens (IBGE, 2018). Essa responsabilidade é grande determinante na vida econômica feminina, sendo um empecilho ao ingresso e manutenção no mercado de trabalho, em especial em posições de liderança, dado que a cada 10 cargos gerenciais, elas ocupam apenas quatro.

<sup>8</sup> Em 31 de dezembro de 2019, a China reportou ao mundo o primeiro caso de Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus, na província de Wuhan. Menos de dois meses depois, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a situação de pandemia devido ao alto índice de alastramento da doença ao redor do mundo, à taxa de contágio e à taxa de mortalidade, muito superiores a H1N1, por exemplo. A pandemia tem impactado, durante todo o ano de 2020, aspectos econômicos, sociais, políticos de quase todos os países, especialmente daqueles mais afetados porque não conseguiram criar estratégias eficientes de combate e redução de danos. E a previsão é de que o contexto só sinta alguma melhora com o desenvolvimento de uma vacina que seja capaz de parar a transmissão pelo menos durante um ciclo.

E muito embora a população brasileira seja majoritariamente feminina, não é garantia de que esta maioria numérica esteja representada na vida pública, uma vez que apenas 16% são senadoras e 10,5% deputadas federais (TABELA 2), números abaixo da média mundial de 23,5% de representação política feminina (IBGE, 2018). A irrisória participação das mulheres na política, apesar das leis de cotas para candidaturas, coloca o Brasil com o pior resultado entre os países sulamericanos e ainda atrás de outros, como Ruanda (61,3%), México (42,6%), Senegal (41,8%), África do Sul (41,8%), Afeganistão (27,7%), entre outros.

**TABELA 2 – Mulheres na política brasileira**



Fonte: IBGE, 2018 (Dados de 20 de dezembro de 2017)

Sempre que há encontros das lideranças políticas e econômicas dos países, como a reuniões do G8, G20 e BRICS, é visível, por meio das inúmeras fotografias coletivas que viralizam, o enorme abismo entre a quantidade de mulheres e homens que ocupam os patamares mais altos da política mundial. Na campanha *More Women*, que se popularizou há alguns anos, a revista *Elle UK* retirou em programa de edição todos os homens dessas imagens e o que restava eram espaços praticamente vazios, com três, cinco ou menos mulheres participando dessas reuniões.

Além dessas questões econômicas e políticas, a desigualdade de gênero se revela também nos altos índices de violências contra as meninas e mulheres ainda mais evidenciados na atual conjuntura de pandemia e do conseqüente – e necessário – isolamento social. Se, de acordo com a Mlambo-Ngkuca (2020), diretora da ONU Mulheres, em 2019, 243 milhões de meninas e mulheres em todo o mundo sofreram violência sexual ou física por um parceiro íntimo, a tendência é que esse número seja ainda maior com a situação de confinamento compulsório – levando em consideração a enorme subnotificação que já acontece em contextos “normais”.

No Brasil, em análise realizada em seis estados das cinco regiões, houve um aumento de 40% nas denúncias de violência contra a mulher. Em São Paulo, por exemplo, os atendimentos a mulheres vítimas de violência aumentaram 44,9% e a quantidade de feminicídios em relação

ao mesmo período do ano anterior subiu 46,2% (BOND, 2020). No Piauí, somente na capital, usando como base o Centro de Referência Esperança Garcia, foram realizados 43 atendimentos no primeiro mês de isolamento (CENTRO, 2020).

O breve panorama mostra como o gênero e como todas as questões e discussões que pode desvelar podem ser percebidas nas sociedades contemporâneas. E mais do que isso, o apontamento dessas, que são apenas algumas, flagrantes desigualdades evidencia se tratarem de consequências de uma estruturação social de um sistema que determinou a formação de um pensamento hegemônico, constituindo-se a base sob a qual as culturas ocidentais seriam firmadas: o patriarcado. Mas o que é esse sistema, o que ele determina e como ele consegue se instalar e se manter em pleno funcionamento?

Em linhas gerais e até simplórias demais, o pensamento patriarcal estabelece que mais para os homens e menos para as mulheres, sejam privilégios, sejam oportunidades, e o inverso no que diz respeito a imposições e pressões. É o que determina que as diferenças sexuais marquem desigualdades sociais e, especialmente, desequilíbrio de poder, inscrevendo a dominação masculina como fator determinante para a organização social porque “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele” (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

Em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (1970) defende que os homens sempre estiveram apoiados pelo que denomina de privilégio biológico da força física e da não maternidade. Se, em algum momento da história da humanidade, houve qualquer indício de igualdade entre os sexos, para a autora não passava de utopia. Mesmo que as mulheres tivessem tanta importância na economia familiar e comunitária quanto os homens na era pré-histórica, elas estariam condenadas pelo seu destino da maternidade que as paralisavam e as deixavam inertes boa parte do tempo em uma época em que gravidezes não podiam ser evitadas.

Desse modo, os homens sempre conseguiram demonstrar que a força física e a capacidade de prover a comunidade eram superiores e mais importante que a geração de outros seres, por exemplo. Especialmente, quando passam a entender que eles seriam os detentores da “chave mestre” que possibilita o manejo da reprodução. Teria sido nesse momento, inclusive, que o patriarcado se firmou, ou seja, quando os homens começam a criar os códigos culturais para compreensão e regulação das práticas sociais.

É a partir desse ponto – que não acontece com um movimento de ruptura abrupta, mas sim como um processo longínquo – que há a criação da classificação hierárquica de dois polos

representados pelos corpos sexuados, com a inferiorização das mulheres e a universalização dos homens. Como reitera Beauvoir (1970), o pensamento hegemônico inscreve que o masculino é o natural, o positivo e o neutro também por se referir a todos os seres humanos, ao passo que o feminino é o negativo, o limitado, o vazio, que está sempre à espera de ser preenchido por outrem, nunca por si próprio.

O modelo patriarcal impõe, então, as regras que criam as diferenças sexuais e estabelecem a estrutura das relações sociais em função dessas distinções, hierarquizando-as: o homem sendo o centro, a norma, o dominador, e a mulher, a desviante, a dominada. A questão, portanto, não são as distinções biológicas - porque elas existem - e nem o papel que elas determinam na perpetuação da espécie humana – porque são realmente distintos e complementares -, mas sim as desigualdades impressas a partir delas na interpretação social do patriarcado.

Ao se estabelecer e ser mantido como sistema de organização social hegemônico nas sociedades ocidentais – ou o que hoje é conhecido como metrópole global, que expandiu, coercitivamente, seu poder e sua influência através das colonizações e do imperialismo -, o patriarcado se entranha em todas as expressões, práticas e relações sociais de tal forma que parece consequência de algo anterior, maior, e não a causa.

Naturaliza-se o desequilíbrio de poder entre os sexos como inevitável, enraizado desde suas origens, isto é, o gênero seria desigual em si mesmo e o que institui a hierarquia são as características físicas extremadamente diferenciadas. Entretanto e indo de encontro ao exposto por Beauvoir (1970), a socióloga brasileira, Heleieth Saffioti (2004), assume que o gênero não pressupõe desigualdade entre mulheres e homens, justamente por sua característica histórica.

Para a autora, nem sempre as sociedades foram desiguais. Houve momentos na história da humanidade em que a estrutura social era mais ou menos igualitária, como nas comunidades que viviam exclusivamente da caça e coleta: os homens eram responsáveis pela caça, que nem sempre era bem sucedida, assim, as mulheres, mães, responsáveis pela coleta extrativista, eram essenciais para o bom funcionamento da sociedade. Isto é, se a humanidade sempre foi generificada, inclusive com a divisão sexual do trabalho, as desigualdades estruturais não são tão antigas quanto se pensa.

O patriarcado, portanto, é apenas um dos determinantes das relações de gênero, que se instaura “[...] por conseguinte, na chamada ‘sombra e água fresca’ que os homens criaram sistemas simbólicos da maior eficácia para destronar suas parceiras. Este processo foi extremamente lento, graças à resistência das mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 60).

Nem sempre era o momento da ala masculina ir à caça, desse modo, os homens teriam bastante tempo livre para criar e estabelecer as bases da dominação-exploração da ala feminina, incluindo o pensamento de que os homens são mais indispensáveis à reprodução da espécie do que as mulheres, antes vistas como a célula-mater pela capacidade de conceber e dar à luz sozinhas. Em suma, a mulher controla a maternidade, a perpetuação, mas o homem controla e modifica a natureza, ou seja, ele detém o poder.

As sociedades pré-coloniais também podem demonstrar a imposição do modelo patriarcal no estabelecimento de novas formas de relações de gênero a partir da violenta colonização a qual foram submetidas. Uma infinidade de relatos dos próprios colonizadores revelam como os nativos se organizavam social e economicamente, especialmente no que diz respeito a configuração de gênero, e como essas estruturas eram distintas do pensamento patriarcal ao qual eles estavam acostumados e queriam instaurar nas culturas desses povos conquistados, seja daqueles territórios usados para povoamento, seja daqueles usurpados para exploração (CONNELL, 2016; CONNELL; PEARSE, 2018).

E se o cristianismo foi decisivo para a dominação dos povos nativos nos movimentos colonialistas e neocolonialistas, ele também é fundamental para que o pensamento patriarcal perdure até hoje e consiga encontrar bases para seu normal funcionamento apesar de todos os avanços e conquistas dos movimentos feministas em direção à equidade de gênero e à garantia dos direitos das mulheres.

A doutrina judaico-cristã, segundo Bell Hooks (2018, p. 112) “mais do que outras religiões”, além de ter influenciado fortemente na formação das sociedades contemporâneas tolerando, reproduzindo e pregando as determinações patriarcais, ainda se constitui uma barreira no caminho para a paridade entre homens e mulheres.

Os movimentos feministas insistem que um dos meios de se legitimar essa conquista é a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres, dado que o patriarcado determina o controle dos corpos femininos em vista de sua função de fêmea reprodutora e garante o total acesso dos mesmos aos homens apenas para assegurar a subordinação da mulher. Por isso, lutam há décadas em favor, por exemplo, da legalização do aborto seguro e gratuito em inúmeras nações.

E são as Igrejas Católica e Protestante, até hoje, as principais frentes de oposição na sociedade e na política – com as bancadas evangélicas e com a presumida laicidade da maioria dos Estados - aos direitos reprodutivos das mulheres, não só no diz que respeito às pressões

para não se modificar a legislação do aborto, como no Brasil, mas também quanto ao uso de métodos contraceptivos.

O Papa Francisco, tido como um cardeal progressista dentro do catolicismo e como uma figura de renovação para os dogmas seculares da Igreja, já se mostrou tendencioso a aceitar as relações homoafetivas, mas, ao mesmo tempo, se mostra completamente contrário, em reiteradas pregações na Praça São Pedro, no Vaticano, à legalização do aborto com o discurso do direito à vida.

É com esse mesmo discurso que o referido debate chega à esfera política, anuindo com a ideia de Saffioti (2004, p. 54) de que “do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”.

Mesmo que o próprio patriarcado queira se colocar – e todas suas ressonâncias – na esfera privada, ele é mantido por esse Estado patriarcal – e outras instituições sociais também patriarcais. E é justamente o Estado uma das principais ferramentas no combate a esse modelo hegemônico, possibilitando novas organizações das relações de gênero (BEAUVOIR, 1970; CONNELL; PEARSE, 2018).

É como uma estrutura que se retroalimenta: se o próprio Estado reproduz a dominação e superioridade masculinas, centraliza o poder nas mãos de homens, reforçando a ordem estabelecida pelo patriarcado, como essa estrutura pode ser modificada? Se o que predomina é a baixa representação feminina na política, espaço onde o Estado é produzido, como levar questões que buscam minar as desigualdades entre mulheres e homens ao centro das discussões também na sociedade civil? É em decorrência disso que, embora não se possa ignorar os avanços, ainda se vive em uma sociedade com bases do patriarcado.

Sistematizando e sintetizando o acima exposto, porque:

- 1 – não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. [...]
- 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4 – tem uma base material;
- 5 – corporifica-se;

6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

Uma das formas como o patriarcado se mostra mais incisivamente é por meio do sexismo, que se legitima detentor do poder de ação em favor da manutenção do status quo, e não apenas como um preconceito. Aqueles que possuem o poder, os dominadores, os preconceituosos, afirma Saffioti (2004), são indiscriminadamente incumbidos de proteger a organização da sociedade como o pensamento patriarcal determinou, ou seja, de um lado, a dominação, a superioridade; do outro, a subordinação, a inferioridade.

A ideologia sexista pode se ver refletida na ausência de mulheres na construção do conhecimento – não porque não sejam capazes ou não estejam de fato produzindo, mas sim por serem preteridas -, na contribuição igualitária para a economia que não ressoa em rendimentos, oportunidades e perspectivas iguais, na linguagem – nesse caso, portuguesa – que considera como neutro o masculino, nas direções sociais a que mulheres e homens são induzidos a seguir a fim de obedecer o padrão das relações de gênero, entre muitos outros.

Assim, às mulheres só são permitidas atividades consideradas mais leves, como remo, natação, ginástica, ciclismo, tênis – não à toa, a primeira participação feminina brasileira nos jogos olímpicos foi no tênis com Maria Lenk. Além disso, essa liberação da prática esportiva era restrita à elite branca dos centros urbanos em expansão, com acesso à formação educacional formal, que introduz a educação física como disciplina visando cumprir com a reprodução da hierarquia entre os sexos.

Porém, outro fato a se considerar é que parte desses desequilíbrios hierárquicos encontram ressonância e são justificados pelas marcações corporais usadas para colocar as diferenças biológicas dos sexos em pontos distintos na corrida pela sobrevivência social. É sobre como essas diferenças de imagem e a forma como elas são interpretadas e construídas que se trata a nossa primeira grande unidade de sentido percebida nas histórias dos observáveis deste trabalho. Ser a primeira não é aleatório, mas sim resultado do fato de que são as características mais sobressalientes em um primeiro contato, seja ele mais superficial, seja fruto de uma análise mais aprofundada.

### **2.2.1. Construção imagética: marcadores sociais do gênero**

Apesar de ser uma consequência do patriarcado, o sexismo se torna mais palpável, visível e perceptível porque se materializa nos corpos, ganha significados nas características físicas usadas para diferenciar homens e mulheres e nas normatizações sociais – violentas – utilizadas para justificar e manter esse sistema de diferenciações que naturalizam desigualdades. Inclusive entre as mulheres, socializando-as a aceitar esse desequilíbrio.

É dessa maneira que Mônica, mesmo e por representar uma contravenção aos modelos direcionados aos corpos generificados, é impelida a se encaixar nos padrões determinados socialmente não só por meio dos constantes insultos relacionados à sua aparência física proferidos pelos meninos – que será trabalhado com mais detalhes um pouco mais a frente -, mas também devido aos reiterados comentários e opiniões das meninas.

Graficamente falando, ao nos prendermos aos traços do desenho desde a primeira versão das personagens nos anos 1960, não é possível perceber diferenças, de fato, significativas entre Mônica e as outras meninas e menos que a possa classificar como tendo o corpo com mais peso e menos altura. Ainda assim, criou-se no imaginário, ao longo de todas essas décadas desde as primeiras tiras, a ideia de que ela realmente está fora dos padrões de magreza e de perfeição tão celebrados e destinados aos corpos femininos.

Embora o próprio Maurício afirme o receio em criar personagens femininas e a não intenção em criá-las em função de se tornarem símbolos feministas<sup>9</sup>, o surgimento de uma personagem em pleno contexto de efervescência e popularização de alguns movimentos feministas que, aparentemente, contestasse por meio de suas reações incisivas o modelo de mulher a ser seguido em sociedade foi atrelado a um movimento de empoderamento, que, de certa forma, perdura até hoje.

Contudo, quando nos aprofundamos nas histórias, é visível as constantes preocupações com a aparência que cercam, primordialmente, a Mônica, mas as outras garotas também, incluindo as mulheres que fazem parte dos núcleos juvenil e adulto. Em paralelo e em contradição ao exposto, o que se propaga é um forte incentivo ao encaixe da imagem nas normas ditadas pelas mais diversas instituições detentoras de influência por meio do discurso presente nas falas e atitudes das personagens femininas, como exemplificado na figura 1.

---

<sup>9</sup> Entrevista com Maurício de Sousa concedida por telefone a autora no dia 14 de dezembro de 2019. Duração: 20min.



**FIGURA 1 – Preocupação com a estética corporal**



Página 22 – História: Magali e Mônica em Assim, não dá!

Edição nº 21 – Setembro 2008 – Uma aventura no parque da Mônica: Dud Van Winkle

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada da revista.

A história já começa com a imagem acima. O que nos leva a induzir que o que precede a fala de Magali é, provavelmente, alguma queixa de Mônica quanto ao seu suposto sobrepeso e a imagem de “gorducha” que ela tem perante os demais colegas, cuja insatisfação pode ser confirmada por suas expressões corporais. A feição facial de tristeza com o olhar baixo e os ombros curvados, resultando em uma postura de quase derrota. Isso, por si só, já demonstra a preocupação da menina com o fato de não estar no mesmo padrão de magreza das outras personagens, que aparece em vários outros momentos das histórias da versão infantil com constantes reclamações acerca do seu peso e altura, além da dentição avantajada.

Para além disso, o que vemos na situação da figura 1 é que o sentimento de descontentamento é reiterado na fala de Magali como se o corpo de Mônica com um peso tido como acima de média fosse, de fato, um problema. E problemas requerem solução, que, no caso retratado, seria a atividade física, encorajada pela melhor amiga como a busca perfeita para a imagem ideal e não por questões de saúde, por exemplo.

Em momento algum, as narrativas da Turma da Mônica infantil, com as quais nos deparamos no escopo de análise, tratam a questão desse suposto sobrepeso como um provável problema de saúde ou como fato natural da fase de crescimento pela qual as personagens estão passando. Também não se naturalizam as diferenças normais entre os corpos, inclusive entre aqueles que são presumidos como iguais ou de extrema semelhantes, corroborando com a ideia

de que o gênero, como é construído até hoje, pressupõe normatizações que engessam os indivíduos e os conduz a se encaixar em modelos de representação (BEAUVOIR, 1970; BUTLER, 2003; LOURO, 1997).

A incitação de que Mônica não cumpre com o ideal para um corpo do sexo feminino não é exclusiva a Magali. Em outras tantas histórias analisadas, podemos ver com certa frequência a citação nas falas de outras garotas sobre dietas e incentivos ao emagrecimento para que, enfim, a dona da rua se sentisse satisfeita e bonita com seu corpo. No entanto, em determinados momentos, tais sugestões revelam outro aspecto que marca as relações estabelecidas em função das questões de gênero: a rivalização entre as mulheres.

De acordo com a autora estadunidense Bell Hooks (2018), a intensa preocupação estética estimula, em certa medida, a competição entre mulheres em busca da aprovação social padronizada pelo que se construiu como socialmente aceito e adequado aos corpos sexuados. Como um círculo vicioso, essa rivalidade é parte do que alimenta toda uma indústria de beleza feminina na corrida pelo corpo mais perfeito, pelo rosto mais harmônico, pelo cabelo mais bonito difundidos pelos modelos reproduzidos, em especial, na mídia de massa, incluindo a Turma da Mônica, que se prega como inofensiva.

É assim que Mônica também é diminuída quando as demais personagens a questionam acerca de suas características físicas, com tom de desprezo, e usam desse artifício para ganharem a admiração dos garotos. Tal fato é comum envolvendo duas personagens secundárias, Carmem e Denise, que, ao aparecerem, roubam a atenção de todos os meninos por serem consideradas as mais bonitas do bairro. O que apenas reforça o ideal de beleza padronizado em torno da pele branca, do corpo magro e esbelto, além das normatizações comportamentais que serão discutidas mais adiante.

O discurso incessantemente repetido na voz das outras garotas minam não apenas a relação entre elas, mas também a autoestima de Mônica e de todas elas, que acreditam ser necessário se adequar ao que é visto como normal e natural, tal qual exposto na figura 1. E ao passo que as histórias das revistas conduzem o leitor a um caminho de rompimento com os estereótipos que tanto limitam a vida das mulheres, há outra bifurcação que o leva a normalizar os padrões e aceitar que é preciso ir em busca deles, como na figura 2 abaixo.

#### **FIGURA 2 – Rivalidade feminina**



Página 15 – História: Turma da Mônica em A volta da bruxa Viviane

Edição nº 20 – Agosto 2008 – Uma aventura no parque da Mônica: A volta da bruxa Viviane

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada da revista.

A história da qual foi retirada a imagem gira em torno de um plano de vingança da figura lúdica da bruxa Viviane, que apareceu em algumas poucas histórias, haja vista que das outras vezes em que ela tentou atingir os quatro amigos de algum modo, sempre foi impedida pela união dos mesmos, nesses casos, liderados por Magali. Dessa vez, para seu plano ter sucesso, ela tenta provocar a desunião do grupo por meio de rivalização. Para isso, se disfarça como uma criança da mesma idade para que eles não a reconheçam.

Na imagem, Viviane<sup>10</sup>, já disfarçada, alimenta a rivalidade entre as duas amigas, mentindo que Magali tenha falado do peso de Mônica, porém como uma rara tentativa de elogio e de naturalizá-lo. A “vilã” dessa história sabe que a aparência é um ponto sensível para a

<sup>10</sup> Personagem do núcleo adulto com aparições pontuais e que alimenta uma rivalidade com Magali.

garotinha de vestido vermelho, como se pode ver com a reação de incredulidade da mesma e de receio dos garotos posicionados mais ao fundo do último quadro.

Ao saber disso, Viviane lança mão do artifício de cutucar a ferida para incitar uma rivalidade por meio de ofensas direcionadas à imagem, dado que Magali é a principal ouvinte das queixas de Mônica quanto a essas questões. E apesar do evidente sarcasmo, percebido pela expressão do corpo e rosto, na fala de Viviane, Mônica não cogita a possibilidade de realmente ser um elogio porque, provavelmente, enxerga seu peso como um grande defeito.

A curiosidade da situação ilustrada se dá devido ao que pode ser considerado como uma ambiguidade do discurso no mesmo quadro. Ao mesmo tempo que a bruxinha tenta mostrar que estar acima do peso padrão não é mais visto como prejudicial à imagem, ela usa os adjetivos pejorativos “baranga” e “barriguda” para qualificar alguém com sobrepeso. E ainda se utiliza do exemplo da cantora de pop estadunidense, Britney Spears, que à época, em 2008, estava atravessando um momento conturbado na vida pessoal e carreira, com problemas psicológicos, abuso de narcóticos, e havia perdido o posto de figura da mulher perfeita, principalmente por perder as características de corpo ideal.

Mesmo com os esparsos esforços para não complexificar questões em torno da aparência das personagens, especialmente as femininas, prevalece o fortalecimento das pressões já tão maciçamente impostas em outros ambientes sociais para o cumprimento de normas imagéticas do que foi construído como o corpo ideal para a mulher. Inclusive durante a infância, período do desenvolvimento humano no qual uma criança não deveria demonstrar qualquer sinal de preocupação quanto a uma questão como essa e não deveria ser impelida para tal. Fatos que se tornam ainda mais alarmantes quando reconhecemos que, em se tratando da versão infantil, não é uma preocupação que faz parte com tanta frequência nos núcleos juvenil e adulto.

O que acontece, no entanto, é exatamente o contrário, reforçado por toda a estrutura do ambiente criado nas histórias e também com grande contribuição dos personagens masculinos que, conduzidos pelos padrões de masculinidade e também de feminilidade, não aceitam se subordinar ou não controlar uma situação que envolve alguém do sexo oposto e buscam reafirmar a posição de superioridade que foram ensinados que deveriam ocupar, empreendendo constantes investidas para fragilizar o poder de Mônica e das meninas. E como isso é feito? Por meio da pejorativização da imagem – construída e percebida no universo da Turma como fora dos padrões - de Mônica.



Desde a primeira aparição da primeira personagem feminina de Maurício de Sousa, em uma tira do Cebolinha publicada em 1963 (como já relatamos no primeiro capítulo), essa é uma das narrativas centrais e mais conhecidas da revista em quadrinhos mais famosa do Brasil: a tentativa dos meninos, liderados por Cebolinha, de irritar Mônica proferindo insultos ao que foi produzido pelo discurso da revista como suas características mais marcantes.

Ainda que não conquistassem nada, sempre que Mônica passasse por eles, ela ouviria os gritos de “GORDUCHA! BAIXINHA! DENTUÇA” ou veria desenhos caricatos realçando, negativamente, tais aspectos. Dentro do escopo analisado, não encontramos uma realidade muito diferente. Em quase todos os gibis da Turma da Mônica tradicional, há referências explícitas a esses embates (figura 3).

**FIGURA 3 – Pejorativização da imagem feminina**



Página 22 – História: Magali e Mônica em Assim, não dá!

Edição nº 21 – Setembro 2008 – Uma aventura no parque da Mônica: Dud Van Winkle

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada da revista.

Retirado da mesma história da figura 1, o quadro acima é subsequente ao da imagem mencionada, no qual Magali incentiva o emagrecimento de Mônica. E em torno do que está representado na figura 3 que a história é construída. Após Magali aconselhar que com a corrida Mônica consegue perder peso, o que acontece é uma sucessão de ofensas proferidas pelo Cebolinha, Cascão e Xaveco e a clássica reação da garota: correr atrás deles para dar o troco pelos insultos gratuitos com o Sansão, seu coelho de pelúcia inseparável.

O que a situação e a sua alta recorrência em todo o contexto do universo infantil da Turma nos dizem é que, além dos inúmeros planos infalíveis – fracassados – de Cebolinha e dos garotos para pegar o Sansão e, assim, destruir a influência e retirar o poder de Mônica, as personagens masculinas também usam os supramencionados “xingamentos” como estratégia

para diminuir a confiança da menina, enfraquecê-la perante si mesma e fazê-la perder o respeito dos demais colegas.

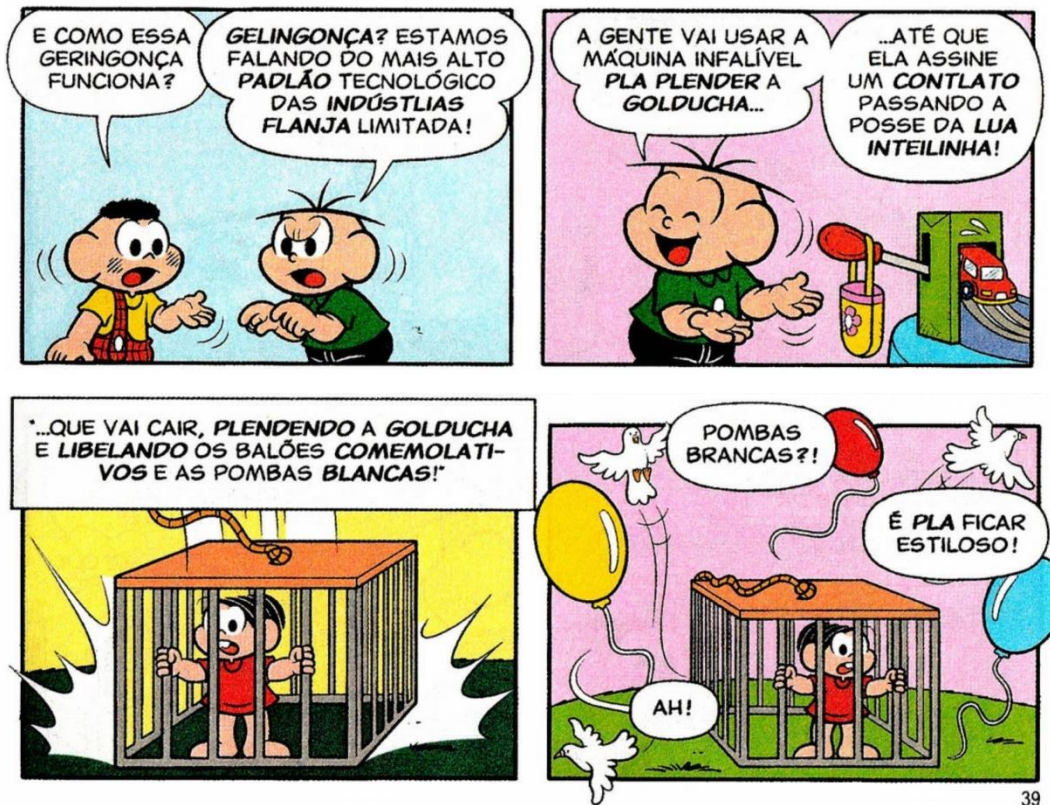
O ponto central disto é o reforço da crença patriarcal de que, para a mulher, a imagem que ela passa vem antes de qualquer coisa que a possa definir melhor e com mais destreza. Ou seja, por Mônica não corresponder aos padrões corporais difundidos e não transmitir o ideal imagético imposto para os indivíduos femininos, ela também não é digna de possuir o poder e nem de ocupar a posição social de liderança criada ali no contexto do bairro do Limoeiro entre as crianças.

Não afirmamos com rigor que não pode haver o desejo em se tornar um modelo. O problema reside quando as diversas instituições hegemônicas legitimam o enrijecimento de um modelo, seja ele de corpo, de comportamento, de conduta, de distribuição de oportunidades de desenvolvimento e crescimento social. Atrelar uma mulher, em especial uma garota de 7 anos, e tudo o que ela faz ao cumprimento ou não de regras sociais determinadas pelo patriarcado para alimentar uma estrutura de opressão, submissão, violências e desigualdades.

Por isso, há modos de imposições sexistas relativamente mais violentos porque são sutis, produtivos. Não demonstram com clareza que estão cercados de poder, boa parte por serem criadas e difundidas maciçamente por outras instituições patriarcais, especialmente as mídias de massa. É dessa maneira que se institui a legitimação de padrões, como se fossem caixotes onde todos os indivíduos tivessem que se moldar para caber e, em consequência, a punição para os que não se encaixam.

E por mais que seja um processo que se acredite acontecer apenas no seio social, ele se reproduz e é mantido, por exemplo, por meios como uma revista em quadrinhos aparentemente inofensiva, regada de muito humor e diversão e direcionada apenas ao lazer, sem a intenção de se aprofundar na discussão de questões importantes, como a difusão de estereótipos opressores. E isso é confirmado pelo fato de que as ofensas contra a aparência de Mônica são tão naturalizadas que não aparecem apenas nos momentos de confronto direto entre ela e os meninos ou entre ela e algumas das meninas, como já explicado, conforme demonstrado na figura 4 abaixo.

#### **FIGURA 4 – Conformação do estereótipo**



Página 39 – História: Cebolinha em A máquina infalível

Edição nº 43 – Novembro 2018 – A número um não pode faltar

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada da revista.

Em mais uma das várias histórias cuja trama é mais algum dos conhecidos planos infalíveis de Cebolinha e Cascão para pegar o Sansão, tirar o poder de Mônica e, enfim, serem os donos da rua, ou melhor, da “lua”, podemos perceber a naturalização do sobrepeso da garota como um estereótipo negativo, que se entranha em sua identidade e a caracteriza antes de qualquer outro aspecto, talvez, mais significativo.

A primeira menção a ela nessa história, no quadro de cima, que é o primeiro da página em questão, já a refere como “golducha”. Não é preciso especificar acerca de quem se fala. Quem é a única personagem “gordinha” da Turma da Mônica? Ou melhor, quem é a única personagem cuja características distintas das demais são usadas para definí-la de modo negativo? A resposta é óbvia para qualquer leitor assíduo e provável que até para os mais desavisados. Ainda que não esteja presente espaço-temporalmente no referido quadro, o adjetivo é usado para legitimar e esteriotipar a sua imagem, criando e/ou mantendo um código próprio de símbolos usados para facilitar o reconhecimento e fluir a leitura.

A complicação é que o estereótipo reduz uma identidade ou um indivíduo ou um grupo social ou um gênero a apenas um dos caixotes, como já afirmamos, fazendo com que qualquer diferença seja encarada como negativa e, por vezes, até proibida. É assim como Mônica é encarada e se encara nas narrativas com as quais nos deparamos no escopo de análise. Embora o intervalo de tempo entre a figura 3 e a 4 seja de 10 anos, não houve diferenças significativas na forma e frequência com que esse ponto é retratado e abordado. Porém, somente no próximo capítulo, a discussão em torno dessas distinções e mudanças ao longo do tempo será mais aprofundada.

Não é necessária a presença de Mônica para que a conformação do estereótipo aconteça. Na mesma página, como se pode ver no segundo quadro da figura 4 – que, na página original, é, na verdade, o último quadro – Cebolinha repete o uso da palavra e a história continua sem mencionar o nome de Mônica. E ao contrário do que acontece nos confrontos diretos, quando os adjetivos ganham tom ofensivo, nessa situação, o leitor é levado a interpretar não como um insulto, mas sim como um qualificador comum ou um apelido para se referir a alguém.

Inclusive, é possível dizer que há mais casos, dentre as edições analisadas, como esse, em que há uma suavização e normalização no uso de caracterizadores pejorativos relacionados à imagem, do que aqueles nos quais são retratados como ofensas diretas e, só então, relativamente problemáticos. Seja proferidos pelos garotos ou pelas meninas, mas, em especial, na Turma da Mônica Jovem, cujo passado como “gordinha” é usado como motivo de piada, ou incentivo para que Mônica não volte a engordar, ou como provocação, como veremos mais a frente.

O fato dessa preocupação estética – que é em via de mão dupla, uma vez que por meio das meninas se concretiza com as pressões para se adequar aos padrões e dos meninos com as atitudes pejorativas perante a imagem da mulher - reverberar e, de certa forma, até ser um ponto central das narrativas percorridas pela versão adolescente das personagens mostra o quanto o patriarcado e o sexismo sob o qual ele se finca estabelece normas que deverão ser cumpridas desde antes do nascimento.

Para Hooks (2018), a ideologia sexista, então, determina que todo o valor da mulher está na imagem, representada pela aparência criada pelo pensamento patriarcal e que varia de acordo com o contexto histórico. Hoje, por exemplo, um dos focos das indústrias da beleza e da moda, conduzidas pelos valores capitalistas e glamourizadas, em excesso, pelos meios de comunicação, impõem a cultura do autocuidado em busca de bem-estar e equilíbrio interno e externo.



É a aceitação dos cabelos naturais sem qualquer intervenção química, os cuidados com a pele (*skincare*) como estabelecimento da paz interior, a autopromoção de um corpo saudável, mas esculpido em academias de ginástica e por meio de dietas mirabolantes. O que se vê nos produtos midiáticos é, ainda, o culto ao corpo perfeito, sem “defeitos”, magro, branco, cabelo com aparência saudável, roupas adequadas ao gênero. E como se conquistar essa imagem perfeita? Para a Magali de 16 anos, rendendo-se às pressões lançadas às mulheres para o alcance do patamar padronizado.

Como já relatado no capítulo anterior, a estrutura da Turma da Mônica Jovem é um pouco distinta da tradicional. Então, quando do ano de lançamento da mesma, 2008, as oito primeiras edições (agosto de 2008 a março de 2009) trouxeram uma espécie de cartão de apresentação dos protagonistas, Mônica, Magali, Cascão e Cebolinha, antes das histórias começarem, explicando um pouco de como essas personagens se apresentariam na versão adolescente e do que os antigos e novos leitores poderiam esperar desse novo contexto no qual as histórias seriam contadas.

Isto é, os cartões antecipavam o que havia permanecido de característica marcante e quais novos aspectos os leitores se deparariam e, talvez, até estranhariam nesses primeiros contatos, assim, buscando acostumá-los às possíveis mudanças. Em outros momentos, cada apresentação será explicada neste trabalho. Agora, nos ateremos a uma parte específica da apresentação de Magali, que traz o seguinte texto: “[...] mas uma coisa mudou: a sua forma de comer. Gulosinha? Sim, mas agora ela cuida bem do corpo, preocupando-se com a alimentação, praticando esportes e dando graças por não engordar facilmente” (ELES CRESCERAM!, 2008, p. 5).

O trecho adianta e já busca normalizar o que talvez seja a mudança mais significativa na narrativa da Magali, conhecida por não limitar os desejos alimentícios, bem como mostrar a introdução de uma questão importante no universo da TMJ: as constantes referências aos cuidados com o corpo para manter a imagem como o padrão dita. E tal assunto marca presença desde a primeira edição, como se pode ver na figura 5.

Como o título sugere (Eles cresceram!), a primeira edição da Turma da Mônica Jovem apresenta esse novo mundo, a conjuntura da transição da vida infantil para a vida adulta, mostra os, agora, adolescentes nos ambientes que lhes são permitidos ocupar e que lhes são comuns, discutindo e debatendo questões ditas como próprias à idade. É logo nesse primeiro número que o leitor se defonta com os quartos dos quatro protagonistas, com a escola do bairro, o

*shopping*, o parque, locais que, posteriormente, se confirmam como o pano de fundo de boa parte das histórias aqui desenvolvidas.

**FIGURA 5 – A nova Magali**



Página 23 – Edição nº 1 (Série 1) – Agosto 2008 – Eles cresceram!

Fonte: *Printscreen* retirado da revista digitalizada.

É com esse clima de estréia construída pelo desenhista e pelo roteirista que quase tudo é apresentado como uma novidade, seja pela surpresa dos próprios personagens, como quando, na página 12, Mônica conta a seu pai, Seu Maurício, que Cascão passou a tomar banho, seja pelas comparações com a infância, quando a mãe de Cebola – sim, o próprio garoto pede reiteradamente que o diminutivo seja esquecido, mas isso será tratado depois -, dona Cebola, o zoa para dizer que ele agora não troca mais o “r” pelo “l”. Tudo é feito de forma a permitir a interpretação de que ali está se iniciando uma nova fase, mas do zero, cujas referências ao

passado são quase uma tentativa de apagá-lo e colocar em evidência apenas o que está por vir, desde em relação às novas histórias e enredos até as “novas” personagens.

Assim é o que acontece na situação retratada na figura 5, que se trata da primeira aparição de Magali como adolescente. A jovem logo refuta o passado “comilão”, no qual não havia uma sombra de preocupação com o corpo, apesar dos julgamentos feitos à melhor amiga, para mostrar que o presente é marcado pelo cuidado com a imagem por meio de dietas balanceadas, com a aprovação e legitimação do pai de que isso é um bom caminho.

Subentende-se, em um primeiro momento, que essa precaução pode ser em decorrência da busca por uma vida saudável. Entretanto, ao analisar todo o escopo, percebe-se que essa atenção e mudança na forma de lidar com alimentação de Magali é muito mais motivada pelo desejo – socializado – de estar dentro dos padrões estéticos estabelecidos para o corpo feminino.

Isso porque as dietas e o cuidado com a imagem são pautas recorrentes em vários momentos nas edições analisadas – às vezes, até em situações deslocadas, como na edição nº 25, série 2, de dezembro de 2018, *Odisseia Infinita*, que trata de um *crossover* com os heróis da DC Comics, no qual eles têm que ajudar a Liga da Justiça a salvar a Terra do domínio dos vilões, e Magali fala em manter o corpo perfeito.

Evitar uma alimentação mais calórica, com sorvetes, hambúrgueres, carboidratos, doces, não é em função da saúde, mas sim de manter um corpo esbelto, magro e isso é repetido incansavelmente. É fato que se está falando de uma nova fase para todas as personagens, no qual questões como essa ganham mais importância e se tornam centrais no desenvolvimentos delas e de pessoas reais também.

Porém, as mulheres e toda a sociedade são socializadas a acreditar que essa preocupação é normal para a idade – assim como, é normalizado para a infância também – e deve existir pela forma como o sexismo as reduz a sua imagem. Assim, até Magali é impelida a seguir essa norma social pela pressão sutil de não corresponder às expectativas e de ficar de fora daquilo que é determinado como padrão. E quando ela se rende aos desejos, quase sempre está associado a um descontrole emocional e, portanto, um descuido, como a TPM, momentos de grande tensão, nervosismo.

Justamente por isso que Mônica se esforçou para emagrecer e entrar na puberdade com o corpo tido como ideal, além do fato de ter sofrido frequentes humilhações e julgamentos perante a sua estética. E como supramencionado, de certa forma, continuar sendo julgada por sua imagem da infância porque é constantemente lembrada de seu sobrepeso quando criança,

especialmente quando ela quer comer algo “fora” da dieta e quando querem apenas zoá-la mesmo.

Conforme Connell e Pearse (2018), há uma busca incessante por reafirmar o padrão dito “natural”, o modelo sexista dos corpos sexuados por meio de práticas nocivas e até patológicas, como os distúrbios alimentares entre as mulheres, principalmente adolescentes, que não conseguem se sentir satisfeitas com o que vêem no espelho por não conseguirem se enxergar ; o uso de anabolizantes especialmente entre os homens que também não conseguem chegar ao ideal difundido de corpo masculino – o musculoso; o aumento expressivo de procedimentos estéticos de rejuvenescimento, porque o envelhecimento das mulheres é visto como desleixo, de emagrecimento (lipoaspirações, retirada de costelas), de profundas alterações corporais (próteses de silicone, mudanças nos órgãos genitais), entre outros.

E por mais que assim possa transparecer, essas opressões não se restringem a apenas um dos polos, às mulheres, mas também aos homens. É óbvio que, por se tratar de um sistema que privilegia o masculino em quase todos os sentidos e âmbitos, os resquícios que atingem as mulheres são mais nocivos, mas também representam prejuízos aos homens. Não apenas no modo como a sociedade é educada a reproduzir e lutar para manter a inferiorização do feminino e poder para os homens, mas também na condução, mesmo que recente, do corpo masculino em direção a padrões de imagem.

Em especial na Turma da Mônica Jovem, vislumbra-se, ainda que com pouquíssimos exemplos, principalmente em comparação às personagens femininas, a forma como a pressão estética é direcionada aos corpos masculinos, bem como as consequências para a atuação e posicionamento dos homens em sociedade. Isso ganha mais destaque na fase adolescentes das personagens, assim como com as meninas, tal qual se pode ver na figura 6.

Para o leitor que tem contato com a turma desde a infância ou acompanha assiduamente a TMJ, não é novidade que a personagem Titi é, talvez, o que demonstre mais ego elevado disfarçado de vaidade em relação a sua beleza “descomunal”, fazendo com que as garotas não resistam a ele desde criança. Um pouco mais velho que os protagonista e ainda com um status de personagem secundária, o rapaz, como exposto na imagem, continua motivado em busca do ideal de perfeição e, assim, se constrói o enredo da história.

FIGURA 6 – Padrão masculino



Páginas 12/13 - Edição nº 30 (Série 2) – Maio 2019 – Além de Jurerê

Fonte: Fotografia da versão impressa.

Prestes a viajar para uma badalada cidade do litoral do sul do Brasil, Jurerê, Titi intensifica os treinos e restringe ainda mais as dietas para alcançar o corpo perfeito a ser exibido na praia e tenta forçar Jeremias, seu companheiro de viagem, a fazer o mesmo. Embora, como alertado por seu amigo, já esteja com um modelo corporal satisfatório, o jovem deseja conquistar mais músculos, conforme os padrões impõem cada vez mais. E tudo isso à procura não de uma vida saudável ou até uma satisfação pessoal com a imagem, mas sim de despertar o interesse das garotas porque, como reiterado, a estética é construída no sentido de reforçar os papéis clássicos dos sexos biológicos e, assim, limitar as possibilidades de expressão imagética e corporal.

O ponto aqui é, da mesma forma que acontece com as personagens femininas, em alguns momentos da história, essa busca se torna quase paranóica e até, possivelmente, patológica por incentivar a prática de exercícios físicos em excesso e a restrição alimentar sem acompanhamento profissional. É verdade que a forma como a história se desenvolve tenta colocar essa postura de Titi como um pouco negativa, mas não pelos prejuízos à saúde ou pelo

reforço de estereótipos de corpos perfeitos inantigíveis. E sim porque a paranóia estaria prejudicando as relações sociais do rapaz, que estava deixando de aproveitar a juventude em nome de um corpo perfeito.

Outra questão a se levantar é que, ao contrário das meninas, tal apreensão não é para resolver o problema de ser diminuído e julgado apenas por sua imagem cumprir ou não expectativas sociais. Ou seja, mesmo que Titi ou algum dos outros garotos não estejam com o corpo dentro dos padrões, eles não têm suas habilidades, potencialidades e sua posição social questionadas, como acontece com as meninas, especialmente com Mônica. A única exceção é uma fala de Aninha, agora ex-namorada desde criança de Titi, na página 106 da mesma edição, que contrapõe a preocupação estética do garoto a um vazio intelectual, que teria motivado o término da relação.

E é essa a diferença. Segundo o retratado no mundo juvenil da revista e como já demonstrado neste trabalho, o corpo “perfeito” é uma preocupação constante e presente no discurso de todas as garotas, inclusive desde a infância, enquanto que entre os garotos, apenas por meio de Titi, que já apresentava sinais de vaidade desde criança. Além do fato de que não é algo que persegue a ala masculina desde a infância.

É evidente que não se reduz os impactos negativos do patriarcado e da cultura sexista também para os homens e para a forma como eles vão se construir e serem construídos por tudo o que os cercam a fim de manter as bases dessa rígida estrutura que distribui poder e oportunidade de forma desigual baseado em um regime hierárquico forjado socialmente. No entanto, é ainda mais óbvio que os efeitos são mais prejudiciais às mulheres por influenciarem não só modo como elas serão vistas em sociedade, mas como serão postas à prova frequentemente, quase sempre seguindo um caminho de negativização e julgamentos pejorativos.

E isso ainda se vê refletido na revista na falta de representatividade de corpos naturais e reais, de naturalização das diferenças, de expansão da representação da realidade, que demonstre a diversidade e que deixe de promover a exaltação apenas ao padrão em voga estabelecido pela hegemonia, pressionando indivíduos em formação a se encaixarem nos formatos engessados a qualquer custo. A rara exceção se vê abaixo (figura 7).

**FIGURA 7 – “Fora” dos padrões**



Página 76 – Edição nº 22 (Série 2) – Setembro 2018 – No controle

Fonte: Fotografia da versão impressa.

Dentro do recorte temporal estabelecido para esta dissertação, essa é a primeira edição na qual a personagem Isadora aparece. No universo jovem da turma, a garota, que na imagem acima está entre Mônica e Cebolinha, é a única fora do padrão de corpo perfeito, especialmente entre as outras meninas. As aparições de Isa nas edições analisadas acabam não sendo tão marcantes e reveladoras para a análise, dado que ela é personagem secundária e aparece poucas vezes.

Ainda assim é importante perceber a relevância apenas da presença de uma imagem que fuja do ideal de beleza imposto às mulheres, que possibilite a normalização da diversidade de corpos, que consiga criar uma relação de identificação com as leitoras e que possa contribuir para a construção de realidades que rompam com estereótipos e expectativas de padrões reducionistas e simplistas. Em especial porque, pelo menos nas participações dentro do escopo analisado, o peso de Isa não é tratado como uma questão problemática ou pejorativa, nem como definidora de sua trajetória dentro das histórias.

Isto é, a personagem não é reduzida a sua imagem, não é intrinsecamente atrelamente ao seu corpo dito fora do padrão, como é com Pipa, por exemplo, a melhor amiga de Tina, que estão no núcleo juvenil da Turma da Mônica tradicional. As narrativas na qual ela está envolvida não são limitadoras das suas potencialidades, demonstrando as variedades de possibilidades de construção de uma história própria, sem que o peso seja um empecilho, como o era e o é com Mônica e com as outras garotas que se preocupam incessantemente com a imagem e sofrem com a associação negativa aos seus corpos.

Apesar de não aparecer nas 24 revistas da TMJ do *corpus*, há uma questão a ser considerada envolvendo essa única personagem fora do padrão e que está presente apenas na Turma da Mônica Jovem. Segundo o *site* oficial da Maurício de Sousa Produções, Isadora tem sua primeira aparição na edição número 33, da série 1, em abril de 2011. Dentre as informações sobre a garota, há algo que pode ser usado para explicar o sobrepeso: o hipotireoidismo, doença que causa disfunção hormonal. Embora não saibamos como e se isso é trabalhado dentro das histórias que a envolvam, pode abrir margem para, mais uma vez, atrelar a imagem feminina a uma patologia, a um desvio, e não como algo normal.

É óbvio que, dentre todas as opressões e violências a que os corpos femininos são submetidos diuturnamente, as pressões estéticas e as questões de imagem não são o principal quando se pensa em coletivo, em mudança real da sociedade. Mas não se pode deixar de compreender que é a forma como as diferenças entre os corpos são significadas socialmente que determinam quase como se fosse o início de como homens e mulheres são posicionados para ocupar lugares distintos e desiguais.

O sexismo é, pois, o regime que, autorizado pelo patriarcado, aplica as sanções mais tangíveis às mulheres – em maior intensidade – e aos homens que não se encaixam nas adequações determinadas socialmente a partir dos significados impressos às diferenças biológicas: a mulher só o é se cumprir com o ideal de feminilidade, construído em relação ao modelo de masculinidade também imposto ao homem, que também sofre com violências, desde simbólicas a físicas, caso desvie desse padrão.

Em resumo, é o que legitima e efetua a opressão contra as mulheres estabelecida pela hegemonia patriarcal em decorrência do que Saffioti (2004) chama de pacto masculino, como um contrato, para manutenção do seu poder por meio das instituições sociais que os homens comandam como o Estado, a religião, a família, a mídia de massa. que conservam as bases para a repressão, para a inclusão e exclusão expostas pelas desigualdades sociais, econômicas,



culturais. Mas essas distinções biológicas dos corpos são interpretadas e significadas no âmbito social sob que ponto de vista? É a fim de tentar responder esse questionamento que propomos a discussão no próximo capítulo. Não como um fator separado ou isolado, mas sim como uma relação de causa-consequência tal qual tudo que envolve e está intrinsecamente envolvido ao gênero.

### 3. A NORMA HETEROSSEXUAL E A IMPOSIÇÃO DO BINARISMO

Ao se pensar e se falar em gênero, o mais comum é a associação a uma identidade referente ao sexo e, portanto, condicionada a aspectos físicos do sistema de reprodução sexuada característico do reino animal, em específico entre os mamíferos – classe da qual a espécie humana faz parte. Em decorrência disso, os humanos são classificados – e divididos – socialmente com base na perspectiva biológica do que é ser fêmea e macho e, conseqüentemente, mulher e homem.

Essas duas categorias de classificação, alegadamente, sexual presumem o estabelecimento de relações sociais e, principalmente, também sexuais, que são a garantia da perpetuação da espécie. Assim, todo o sistema de diferenças presumidas entre homens e mulheres existiria naturalmente como consequência das distinções biológicas. No entanto, o que, de fato, conseguiria explicar a instituição desse sistema e o porquê dela? Quais as implicações sociais com a determinação do referido sistema?

É isso que buscamos desnudar nas próximas unidades de sentido que compõem parte da análise desse trabalho. Como o discurso dominante da heteronormatividade, isto é, das relações amorosas e sexuais serem estabelecidas apenas em função da presumida naturalidade biológica e, portanto, entre os polos opostos da composição humana, dita o desequilíbrio das diferenças – também naturais e normais – existentes entre esses polos e no interior dos mesmos. Mas também como ele é reverberado e mantido em sociedade pelas diversas instituições de controle, nesse caso a mídia.

Assim, desemboca-se na outra unidade de análise, que busca demonstrar como essa oposição polar leva aos binarismos que constituem a organização social na qual o Ocidente está inserido. O *status quo* binário, por sua vez, contribui para manter a desigualdade de poder e a concepção de que o gênero é, pois, imutável e a causa da forma como a sociedade se estrutura e não uma consequência de discursos anteriores a ele.

#### 3.1. Relacionamentos amorosos: o discurso heteronormativo

Conforme o já exposto, o patriarcado é o modelo de organização social predominante nas sociedades ditas ocidentais – aquelas as quais muitos de nós vimos toda sua história nos livros,

seu protagonismo nos meios de comunicação. Tal modelo impõe a dominação masculina (e manutenção desta) em boa parte dos âmbitos constituintes de uma sociedade, inclusive no campo do conhecimento, dado que o sexismo, além de ter proibido durante bastante tempo o acesso das mulheres à educação formal de base e superior, foi uma barreira para que estas se tornassem referência na produção de conhecimento.

Desse modo, algumas das primeiras tentativas de compreensão da estruturação da sociedade são produzidas por homens notórios da época e acontecem mais em direção de justificar os pilares sob os quais a sociedade foi e estava sendo construída do que de realmente explicar qualquer que fosse o fenômeno, como Aristóteles e a mulher conjecturada como ser incompleto pela ausência do falo, órgão visível e completamente desenvolvido (BEAUVOIR, 1970).

O que se vê nas teorias subsequentes não é tão diferente dessa demonstração aristotélica que data do período antes de Cristo e até pouco tempo atrás era o que ainda predominava no meio acadêmico e, por conseguinte, no ambiente civil. É primordial ressaltar que não há aqui qualquer tentativa de invalidar os esforços teóricos complexos de nomes importantes para a ciência, para o desenvolvimento e o avanço da sociedade, mas sim de, de certo modo, refutar e apresentar a sequência dos fatos que possam auxiliar na compreensão do que se vê e se percebe hoje como sociedade.

Judith Butler, em *Problemas de Gênero* (2003), se empenha em procurar justamente esses caminhos que levaram a essa construção equivocada em torno do que se compreende como gênero e do que se entende como mulher e homem. Para isso, a filósofa apresenta a psicanálise como um desses meios explicativos, com as teorias de formação da identidade desenvolvidas por Freud e continuadas por seu discípulo, Lacan.

Freud demonstra que essa formação acontece ainda na infância com a ruptura provocada pelo que ele denominou de Complexo de Édipo – em referência ao mito grego no qual o filho assassina o pai porque se apaixona pela própria mãe –, ou tabu do incesto, que se configura com a perda do objeto de amor, representado pela mãe, no caso do filho homem, e pelo pai, no caso da filha mulher. O que, geralmente, acontece é transformar essa perda em desejo, então o homem se atrai por figuras semelhantes a da mãe, isto é, mulheres, e a mulher por homens.

Mais do que determinar uma naturalização de uma forma única de expressão do desejo sexual e de configuração do amor romântico, condiciona-os à ideia de ser um processo que inicia sua concretização ainda nos primeiros momentos da infância. O que resulta no

enraizamento do mesmo na sociedade, engessando e praticamente eliminando outros modos de organização da sexualidade, tratando-a como algo singular e não plural, como o é, de fato. É importante ressaltar que não colocamos em questão o fato das sexualidades serem uma condição, não uma opção e, portanto, já estarem pré-determinadas desde o início da existência psíquica e social de um indivíduo.

No entanto, pretendemos debater como a referida possibilidade única de identidade sexual foi e é construída em sociedade, por meio de operações discursivas que contribuem para manter a norma e o controle da expressão sexual na direção de também prosseguir com a organização social desigual e em desequilíbrio. Isto é, os dois polos de um relacionamento só podem ser constituídos por opostos anatômicos, corpos ditos complementares, o homem e a mulher biológicos. Assim, é um movimento que acontece e é incentivado, quase empurrado, desde a infância.

Não é objetivo desse trabalho aprofundar a discussão sobre sexualidade, porém não conseguimos debater gênero sem falar de um dos seus principais atravessadores. Por isso, também não negamos que as descobertas e os interesses sexuais vão se conformando e desabrochando ainda quando criança. O ponto central aqui é entender como o discurso hegemônico, na verdade, controla o domínio dos corpos desde muito cedo.

Há um estímulo a busca pelo enquadramento na norma e por tornar a possibilidade de constituir relacionamentos amorosos quase como uma prioridade para um determinado período do desenvolvimento humano e social tão peculiar, que é a infância. Isso é ainda mais visível quando percebemos que, com relativa recorrência nas histórias da Turma da Mônica infantil, as referências a esses momentos de demonstração de possíveis desejos amorosos não se restringem aos núcleos juvenil e adulto, mas, na verdade, acontecem com maior frequência entre as crianças mesmo, que têm entre 7 e 11 anos.

Para além da presença de alguns casais formados entre eles, evidente que mantendo um “namoro” dentro dos termos do que pode ser um relacionamento na infância, como Magali e Quinzinho – da padaria -, Cascão e Cascuda, Chico Bento e Rosinha e Titi e Aninha, é comum a exteriorização, em especial por parte das personagens femininas, das vontades amorosas, a busca mais incisiva por fazer jogos de paquera e, assim, conseguir estabelecer uma relação, exatamente como Mônica na figura 8 abaixo.

FIGURA 8 – O início na infância



Página 58 – História: Mônica em Pronta pra sair de casa, se não fosse o Monicão

Edição nº 31 – Julho 2009 – Uma aventura no Parque da Mônica: Os eleitos!

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada da revista.

A garotinha, cuja uma das principais características é a vestimenta, abandona o vestido vermelho e tem um cuidado especial com a arrumação e a imagem para se mostrar diferente ao garoto Fabinho, personagem secundário, a quem considera o menino mais interessante dentre todos do bairro do Limoeiro. Mônica, inclusive, performa quase outra Mônica – ou seja, diferente daquela mais conhecida no imaginário e até entre os leitores mesmo - para se tornar ou apresentar uma identidade mais maleável às expectativas direcionadas às mulheres para que consigam estar “aptas” a um relacionamento dentro dos padrões dominantes (discussão que será detalhada um pouco mais a frente).

A menina busca se tornar mais interessante e atraente aos olhos do seu “alvo”. Mônica afasta-se de sua personalidade mais forte, de presença, para assumir uma postura, transmitida imediatamente por meio da imagem que ela deseja passar com roupas e acessórios, certamente, ditos bem mais femininos, mais acanhada, mais meiga, mais adequada ao que é tido e sutilmente imposto como ideal para uma garota, especialmente se ela quer estabelecer uma relação amorosa com alguém do sexo oposto.

Mais uma vez, a questão imagética atravessa o universo da turminha, agora justificada pelos também padrões determinados para a configuração de relações de interesse amoroso, como Titi, na história da TMJ explicitada na seção anterior, que almejava “melhorar” o seu corpo para despertar os olhares e a disputa das garotas. Nesse exemplo da TM, não é muito diferente, mas há um detalhe a mais, que não se configura necessariamente como uma novidade.

Na história, da qual a figura 8 foi retirada, Mônica tenta a todo custo se produzir de um jeito diferente e mais chamativo do que o seu natural devido a um acontecimento especial: uma festa na casa do garoto mais bonito do Limoeiro, Fabinho. O fato é que ela tenta sair de casa, mas Monicão, seu cachorro de estimação que é um pouco agitado, não deixa e sempre a ataca, fazendo com que ela tenha que se arrumar diversas vezes. Isso porque ela necessita estar com a imagem impecável, como é evidenciado pela mesma no quadro seguinte da página 59.

O desejo de estar mais bem vestida não é apenas para chamar a atenção do garoto e ser sua possível escolhida, mas também para se sobressair frente as demais garotas, que também estarão lá disputando Fabinho e julgando a forma como cada menina estará na festa. O que reforça a explicação de Hooks (2018) de que, não importa em que situação, as mulheres são impelidas a rivalizar pelos mais diversos motivos e não a se unir e perceber as opressões a que são submetidas.

No caso da história exemplificada, além de entrarem em embate pela imagem, elas tendem a competir pelo desejo de um garoto, que é alvo comum de todas por também estar dentro de certos padrões de beleza e comportamento celebrados. Na verdade, é um círculo vicioso: elas usam dessa imagem como elemento central para a definição dessa disputa, alimentando uma rivalidade em ambos aspectos: na questão imagética e nos relacionamentos. Tanto que, como Mônica não consegue, de fato, chegar ao que ele considera apresentável à festa e já imaginando que estaria fora da “competição”, leva Monicão para que ele ataque as outras meninas e elas fiquem em pé de igualdade.

Tudo isso ambientado em uma revista infantil e envolvendo personagens infantis. Reiteramos que não pretendemos negar nem discutir a existência de performances das sexualidades que se manifestem ainda na infância. Mas sim questionar a forma como os discursos constroem como deve ser essa sexualidade ainda quando crianças, na tentativa de manter a estruturação hegemônica de uma sociedade pautada no patriarcado.

Assim, já impondo a heterossexualidade como a régua moral e determinando o necessário para o cumprimento dessa norma hetero, que reafirma as posições de poder. Nesse caso, em especial, é perceptível a condução de mulheres com identidades distintas que entram em coalizão para criar uma unicidade – quase impossível –, ou seja, Mônica se esforçando para se encaixar no padrão desejado para um relacionamento.

Segundo Butler (2003, p. 57), “[...] a ‘unicidade’ do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória”. Seria por meio desse processo, como será explorado mais adiante, que se cria as noções de identidade de mulher e homem e todos os encargos que as acompanham pautados no que a autora chama de conceitos estabilizadores do que seja sexo, gênero e sexualidade.

Uma mulher o é mulher porque possuiria a anatomia dita feminina e porque seu desejo está direcionado ao seu oposto, o homem. E como isso é fruto, na verdade, de discursos anteriores até mesmo a nossa existência, está encrustado na sociedade e se sobrepõe aos indivíduos, inclusive durante a infância, como se pode ver nos exemplos da Turma da Mônica, tanto em relação aos personagens infantis quanto em relação aos leitores, que também podem ser crianças, e são influenciados e constituídos por essa realidade construída nos quadrinhos.

E se a sexualidade já se faz tão mais presente do que o que pode ser considerado ideal para narrativas cujo público-alvo são crianças, na Turma da Mônica Jovem, os relacionamentos amorosos entre as personagens são parte quase sempre centrais das histórias e da jornada individual de cada personagem. O que é compreensível, dado que no período de desenvolvimento pelo qual eles estão atravessando, os interesses sexuais, o amadurecimento das relações e a incorporação de uma nova perspectiva quanto ao amor e ao desejo estão se afluando, sendo descobertas e em plena formação e tentativa de consolidação.

Em decorrência dessa obviedade, nossa intenção não é a de questionar o aparecimento desse novo aspecto que envolve a Turma da Mônica, inclusive porque, de acordo com Maurício de Sousa (2019), na entrevista concedida a nós, a proposta da TMJ é se conectar com o público de sempre, que cresceu e possui outros interesses no consumo de mídias, por meio da

abordagem de questões próprias a adolescência que possam gerar identificação. Assim, pretendemos analisar o modo como essa sexualidade e relacionamentos são colocados dentro das histórias e como elas podem influenciar os leitores, por ser um elemento que aparece desde o início de tudo, em especial envolvendo dois das personagens mais populares: Mônica e Cebolinha (figura 9).

**FIGURA 9 – O amor**



Página 7 – Edição nº 2 (Série 1) – Setembro 2008 – A aventura continua

Fonte: *Printscreen* retirado da revista digitalizada.

Como já mencionado, a TMJ traz, nas primeiras páginas, uma apresentação dos protagonistas porque, apesar de partir do pressuposto de que são personagens cujas principais características já são conhecidas dos leitores em geral, determinadas novas tramas podem causar, à priori, certa surpresa em quem estava acostumado aos enredos do universo infantil, como um trecho relacionado a Mônica: “Romântica incorrigível, ainda tem, desde a infância, uma quedinha por um amigo que costumava trocar uma letra”.

A introdução a esse novo componente da história, talvez, se faça realmente mais do que necessária devido ao fato de que as insinuações de um futuro romance e de que as investidas de ambas as partes, mas principalmente de Mônica (figura 10), aparecem desde as primeiras páginas da primeira edição e vão conduzindo a trajetória dos dois adolescentes e as narrativas que os envolvem até o número em que concretizam o namoro<sup>11</sup>. Caso o leitor não fosse

<sup>11</sup> Segundo o que conseguimos apurar com informações no site oficial da MSP e em páginas desenvolvidas por fãs, após muitas idas e vindas e desencontros, é somente na edição de número 100 – Eles voltaram! -, lançada em novembro de 2016, que Mônica e Cebolinha iniciam um relacionamento.



preparado para se deparar com essa nova circunstância, o estranhamento poderia ser muito maior porque, como vemos na figura acima, há uma transformação, de certa forma, até brusca na relação deles: da “guerra” ao amor.

**FIGURA 10 – Mônica e Cebolinha**



Página 60 – Edição nº 2 (Série 1) – Setembro 2008 – A aventura continua

Fonte: *Printscreen* retirado da revista digitalizada.

E o início desse relacionamento é considerado uma reviravolta na narrativa da TMJ, como se fosse o gancho de encerramento entre as temporadas de séries ou minisséries audiovisuais, que aguçam a curiosidade e vontade do espectador – leitor, nesse caso -, para continuar acompanhando o desenrolar das tramas. Tal fato pode nos indicar o peso da inclusão de enredos envolvendo relacionamentos amorosos.

Nesse trabalho, não conseguiríamos afirmar com certa precisão a forma como a construção desse relacionamento foi feita até chegar ao namoro, de fato, porque o *corpus* abrange apenas o primeiro ano de existência da revista e após o intervalo temporal de 10 anos, na outra parte do que compõe o material de análise, o namoro dos dois já está consolidado. No entanto, e aqui reside nosso objetivo, podemos analisar como a incorporação dessa trama interfere na concepção de gênero que o universo da revista constroi e se ela atua no sentido de reforçar ou refutar os estereótipos que cercam as representações usadas para demonstrar e caracterizar as questões de gênero de forma mais palpável em sociedade.

Isso porque, mais uma vez, a sexualidade é uma parte constituinte crucial dessa nova fase na vida das personagens da Turma da Mônica, aparecendo, ainda que sutilmente, nos pequenos

---

Com esse ponto de virada, a revista encerra a primeira fase, ou série, para começar a outra logo no mês seguinte, zerando a numeração das edições, como já explicado na introdução.

detalhes e gestos, como nas situações das figuras 9 e 10, que aconteceram na segunda edição<sup>12</sup> e que, apenas, exemplificam duas das muitas situações envolvendo os adolescentes, não apenas Mônica e Cebolinha. Porém, como o nascimento dessa relação de amor e desejo entre os dois, antes arqui-inimigos, pode ser um tanto quanto inusitado vê-los acanhados apenas por estarem próximos demais ou Mônica incentivando o rapaz, assumindo uma postura mais carinhosa e amável em relação a ele.

É interessante perceber como essa nova configuração de relação entre os dois lança uma nova perspectiva sobre a postura que eles passam a adotar agora adolescentes – e que o contexto da revista quer fazer parecer como características que estariam apenas adormecidas ou escondidas, segundo a própria apresentação deles e a forma como as personagens vão ganhando corpo e personalidade nas primeiras edições.

Ao mesmo tempo em que os discursos difundidos na TMJ acabam por, majoritariamente, reforçar as posições determinadas aos gêneros conduzidas pela concepção de que o mesmo é fixo, imutável e, portanto, aquilo que é feminino e masculino, incluindo os “papeis” que eles devem performar em sociedade, são biológicos, naturais e tudo o que desvie desse padrão deve ser condenado, excluído, como a imagem da mulher que não corresponde às expectativas é pejorativizada, tal qual discutido anteriormente. Ou seja, por estarem em um sistema hierarquizado, cujo desequilíbrio é o fio condutor, mulheres, por exemplo, devem aceitar o lugar de inferioridade, submissão, de incapacidade (figura 11).

Se o que poderia estar construído no imaginário social dos leitores – e até de quem não acompanha tão assiduamente – era a imagem de uma Mônica resolutiva, protagonista, dona de si, líder, capaz de resolver e enfrentar quase todos os percalços que as historinhas com toques aventurecos colocavam em seu caminho, na versão Jovem, situações como a da figura acima são recorrentes. O que não significa que ela perde o protagonismo, perde a força física e força de vontade, e sua liderança, mas sim que esses elementos são um pouco apagados e até transformados quase no oposto para que ela seja encaixada na narrativa do relacionamento com o, agora, Cebola.

---

<sup>12</sup> Como já explicado na introdução, optamos por apresentar os dados dando oportunidade para que todas as edições que formam o *corpus* deste trabalho pudessem ser trazidas de modo mais concreto. Há, de fato, situações que retratam essa relação de Mônica e Cebolinha a partir da primeira edição, mas como ela já foi usada como exemplo na unidade de análise anterior, trouxemos aqui a segunda edição, sem prejuízo de sentido algum ao trabalho e ao cumprimento dos objetivos do mesmo.

FIGURA 11 – Mônica diferente?



Página 105 – Edição nº 2 (Série 1) – Setembro 2008 – A aventura continua

Fonte: *Printscreen* retirado da revista digitalizada.

Por diversas vezes, a moça se coloca ou é colocada nesse lugar de fragilidade e de se inferiorizar em nome de buscar construir uma relação saudável com ele, quando eles sequer firmaram qualquer compromisso e após constituírem o namoro. Isso para não fazer com que ele se sinta mal ou diminuído, como ele próprio diz ter sido na infância. É como se ela abrisse mão de ser quem é apenas para corroborar com o ideal de desigualdades que a sociedade impõe aos indivíduos, fortalecendo a construção de realidades que incentivam e normalizam esses posicionamentos e comportamentos frente ao público-alvo, que está em plena formação e firmamento de si enquanto sujeitos.

É importante reiterar que não há julgamentos quanto ao fato de uma mulher pedir ou precisar de ajuda. O problema pode surgir quando, colocado da forma como está nas narrativas da revista, isso é recorrente e quando essa inferiorização acontece na direção de substanciar o que Butler (2003) chama de discurso falocentrista, que reitera os tais posicionamentos hierarquizados, que fazem com que os homens, por exemplo, não aceitem não estar no

comando, não ocupar posições superiores ou se sentirem derrotados por mulheres, como Cebolinha bem representa na figura 12 abaixo.

**FIGURA 12 – A guerra**



Página 37 – História: Cebolinha em Derrotando a Mônica

Edição nº 25 – Janeiro 2009 – Uma aventura no Parque da Mônica: Achados e Perdidos

Fonte: Fotografia da versão impressa.

Butler (2003) explica que, ainda que estudiosos como Freud e Lacan tenham desenvolvido teorias consistentes no sentido de explicar a formação da expressão do desejo sexual e até da noção de ser homem e mulher, de fato, o falocentrismo é um discurso, ou seja, construído socialmente para atender aos anseios de um domínio patriarcal que, de tão arraigado, o coloca como natural, como o destino. Tal como se pode vê, simploriamente, na resumida explicação sobre um dos pontos centrais do pensamento de Lacan que a autora traz para embasar seus pensamentos.

Lacan desenvolve a teoria de Freud, transferindo a causa da quebra mencionada no início dessa seção, que seria o momento crucial para a constituição dessa identidade sexual do gênero, ao falo, não somente como um órgão genital que caracterize o macho, mas como toda a significação social de poder que ele carrega. Ao se olhar no espelho, o garoto se vê representando diferente da mãe, por quem nutria certa libido, mas se reconhece à semelhança do pai e incorpora o que o falo determina para que não apenas o tenha, mas o seja. A menina, por sua vez, se identifica pela ausência deste, frustrando-se, mas se “contentando” em ocupar o lugar de inferioridade da mãe.

É evidente que a exposição feita é apenas um resumo bastante simplório e curto frente à complexidade dos estudos desses cientistas e até da forma como Butler as explorou em sua obra<sup>13</sup>. A proposição não é nos estender nessas teorias já tão comentadas, mas sim demonstrar o quão claro fica exposto, nos pontos citados, a importância dada ao desejo sexual e, em consequência, à sexualidade na formação do que se considera como homem e mulher.

E é exatamente o contrário do que acontece não só na situação da figura acima, mas em quase todas as tramas envolvendo Mônica e os demais garotos. A menina não ocupa o lugar de inferioridade que a ela seria naturalmente destinado, sendo inclusive a dona da rua. Tal fato desagrada Cebolinha, que cria os frequentes embates e planos mirabolantes para conseguir retirar o poder e influência dela porque ao não estar na posição de destino, que é superior a das meninas, ele se sente derrotado, como expressa para a mãe na imagem.

A diferença é que, dessa vez, estimulado por sua mãe, que possui autoridade frente as demais personagens por serem infantis, Cebolinha busca outro modo de “derrotar” a garota. E para isso usa do artifício de um possível interesse romântico ou apenas presume que, por ser menina, ainda que não demonstre tanto, ela vá gostar de um gesto mais romântico e carinhoso, que a faria amolecer e perdoar todos os insultos e tentativas de diminuí-la que ele tinha feito

---

<sup>13</sup> Reiteramos que não temos a pretensão de invalidar os esforços de anos, muito menos reduzir a complexidade dos estudos de Freud e Lacan no campo da psicanálise ao ponto específico e extremamente simplificado apresentado aqui e que não se constitui como aporte teórico por não se encaixar para o cumprimento dos objetivos deste trabalho. Recorremos a trazer o que foi exposto por ser exaustivamente discutido e debatido – assim como outros estudiosos de sexualidade - por uma das estudiosas bases da pesquisa, Judith Butler (2003), para apresentar seus pensamentos e defender suas teses, as quais usamos como condutores em partes da discussão teórica e para reforçar a parte empírica. Mais uma vez, reforçamos que a referência aos dois acontece apenas para comprovarmos nossa ideia do peso que os discursos hegemônicos dão a relação direta e causal entre sexualidade e gênero, porém entendemos serem pesquisas construídas em épocas e contextos diferentes e, assim, também endossamos o fato do apagamento e exclusão das mulheres da história e como o patriarcado e sexismo ainda atuam para excluir e silenciá-las.



somente na história da qual a imagem foi retirada. E, nesse caso, ele foi bem sucedido<sup>14</sup> em virtude da expressão de contentamento e “derretimento”, denotando o fato de que não importa como a garota seja, ela sempre terá as mesmas características esperadas e idealizadas dentro do que desenha o patriarcado.

Além do fato de fazer Mônica aceitar os desmandos de Cebolinha contra ela e corroborar com a ideia de Moreira de que o interesse do homem pela mulher é, boa parte, fruto da necessidade de afirmação da masculinidade, que necessita ser mantida também dentro dos termos e padrões aceitáveis no estabelecimento das relações heterossexuais, como demonstrado na figura 13.

FIGURA 13 – A norma



Páginas 34/35 – História: Titi em Esse menino é uma figura

Edição nº 47 – Março 2019 – Cuidado com o Turbanado!

Fonte: Fotografia da versão impressa.

<sup>14</sup> Vale ressaltar que essa é a primeira e uma das raras menções a um possível interesse de amor romântico entre Mônica e Cebolinha ainda na infância que justifique todo o enredo de relacionamento criado na Turma da Mônica Jovem, como já previamente mencionado.

Da mesma forma que as mulheres são convocadas a assumir uma identidade fixa, os homens também são impelidos a performar uma identidade que reforça um ideal de masculinidade – tóxica -, que, ao passo que também é acometida com imposições, sustenta a estrutura que privilegia desigualdades. Se o homem não incorpora essa masculinidade una, imutável, natural, ele não conseguiria manter a sua posição de domínio do poder, de superioridade, de privilegiado, seja em lugares mais coletivos socialmente, seja em um relacionamento, como o representado na situação acima.

Como já relatado, Titi é uma personagem secundária, um pouco mais velho que a média de idade dos demais e que mantém um namoro com Aninha. E nessa história, ele luta para manter a pose de “homem”, do macho protetor, cuidador, frente a namorada para não ser considerado imaturo e, portanto, indigno de estar em um relacionamento amoroso, incapaz de ser o homem da relação que ela, enquanto mulher, necessitaria. E apenas porque ainda gosta de colecionar figurinhas de álbuns de um personagem de desenho animado, o ursinho Bilu, que poria em questão essa masculinidade ideal por ser alvo de interesse majoritário de meninas, inclusive da própria Aninha.

No decorrer de toda a história, Titi tenta esconder esse lado “proibido” da namorada para não ser descriminalizado dentro do próprio relacionamento – mesmo que no final, ao disputar a figurinha com Aninha, ele assuma o gosto pelo personagem – corroborando com a manutenção de um sistema de privilégios, cujo objetivo é fazê-los perdurar por meio de práticas que regulam, controlam os indivíduos.

O que contribui mais ainda para enrijecer a ideia de uniformização do gênero, resultando em feminilidade e masculinidade – no singular mesmo – que são associados culturalmente a aspectos biológicos e, portanto, rígidos da vivência em sociedade (BEAUVOIR, 1970; BUTLER, 2003). Em especial porque, inserido nessa compreensão, o gênero seria apenas um efeito do sexo biologizado, que determinaria o desejo sexual (LOURO, 1997).

E um dessas práticas – ou instituições – seria o casamento, ou colocando dentro de um espectro maior, o amor romântico, também fruto de uma construção social que acaba por, muitas vezes e consideradas as devidas proporções, fortalecer ainda mais as bases dessa sociedade patriarcal, desequilibrada. Porque, na verdade, foi construído e difundido justamente com esse objetivo de demarcar com mais evidência os lugares destinados aos indivíduos devido ao sexo, como é reproduzido na figura 14.

**FIGURA 14 – O amor romântico**



Páginas 20 – História: Bolota em Casar, não!

Edição nº 31 – Julho 2009 – Uma aventura no parque da Mônica: Os eleitos!

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada.

Não é possível precisar a idade que Thuga e Bolota, as personagens que aparecem nessa história, têm. O mais provável é que eles estejam na transição entre o período adolescente e a vida adulta, sendo mais velhos que Tina, Rolo e Pipa, por exemplo, e mais novos que os pais das crianças. E até por fazerem parte da Turma do Piteco, cujas histórias retratam e contam causos do contexto dos homens primitivos, das “cavernas”, o modo como o tempo é visto é bem diferente do que interpretamos hoje.

No entanto, embora a configuração social dessa época da humanidade seja bastante distinta da forma como se apresenta hoje – e mesmo que Saffioti (2004) já fale que os possíveis primeiros registros e indícios de uma organização patriarcal datem desse momento da história



-, o que seria “normal” uma situação como a retratada na imagem acima, é importante ressaltar que ainda se trata de uma história representada em um meio de comunicação de massa, que possui relevante ressonância social. Isto é, que consegue influenciar na construção e manutenção de determinados discursos, como esse que envolve o casamento heterossexual e as posições que cada parte do casal ocuparão bastante delimitadas.

Thuga, com tristeza visível na fala e postura, não consegue entender a resistência de Piteco, com quem, somos levados a entender, mantém um relacionamento amoroso, a se casar com ela. Óbvio que essa ideia de casar como colocada na história está muito mais relacionada ao que se compreende como a instituição casamento existente nas sociedades ocidentais e não levando em conta as regras de conduta e convivência que ditavam a organização social dos povos da época.

O que, por si só, já nos conduz a entender o reforço do discurso hegemônico da heterossexualidade por meio dessa instituição que ajuda a manter a estrutura patriarcal, construindo um ideal de amor romântico que apenas substancia as desigualdades entre homens e mulheres. Para Hooks (2018), o amor e o desejo por tê-lo, que também é ensinado, funciona muito mais para satisfazer grupos de domínio na manutenção do poder com eles do que para satisfação pessoal, de fato.

O amor em culturas patriarcais estava ligado a noções de paixão, a paradigmas de dominação e submissão, em que o pressuposto era de que uma pessoa daria amor e a outra o receberia. Dentro do patriarcado, laços heterossexuais eram formados baseados na ideia de que as mulheres, por serem do gênero em contato com sentimentos de cuidado, dariam amor aos homens, e como recompensa, os homens, por estarem em contato com poder e agressão, seriam provedores e protetores (HOOKS, 2018, p. 108).

Seria justamente por isso que Thuga não conseguiria entender o motivo de Piteco sempre enrolar quando o assunto é casamento porque, segundo o que está posto em sociedade, ela cumpre os requisitos necessários para ocupar o posto de esposa, destinada ao espaço social privado, a performar apenas papéis que a colocam e são construídos, socialmente, em posição de subordinação, submissão, dependência, como ela começa listando na imagem acima e continua na página seguinte: cozinhar, cuidar, lavar, costurar. É evidente que em todo esse debate sobre opressões e violências devem ser consideradas as formas como cada uma é direcionada com pesos diferentes aos grupos dependendo dos recortes de classe, raça, etnia, região, mas isso será discutido com profundidade adiante.

O fato é que aqui temos mais uma situação que contribui para fortalecer as bases dessa sociedade pautada no patriarcado, que se utiliza de manifestações sociais, de certa forma, sutis, como o amor, o casamento, para justificar as desigualdades impressas entre os dois polos componentes de uma relação heterossexual, que, segundo o *status quo*, deve ser a norma, o padrão. Ainda que, nessa história, Thuga tenha um respiro de liberdade de escolha porque recusa a proposta de casamento que Bolota faz ao saber de todos os atributos dela, a conjuntura criada no universo da Turma da Mônica mostra o uso, por grupos hegemônicos, do “poder injustamente para coagir e controlar” (HOOKS, 2018, p. 108), como na figura 15.

**FIGURA 15 – O controle no relacionamento**



Página 70 – Edição nº 12 (Série 1) – Julho 2009 – Ser ou não ser? (Parte final)

Fonte: *Printscreen* retirado da revista digitalizada.

Até aqui, o que vemos é que todos essas operações discursivas atuam no sentido de controlar os corpos em função de manter o poder desse mesmo controle nas mãos dos mesmos grupos hegemônicos, seja numa perspectiva macro, seja em um ambiente micro – se influenciando mutuamente –, como é perceptível na situação acima que envolve o relacionamento amoroso de Aninha e Titi e em vários outros momentos na TMJ, tanto no contexto de relacionamentos quanto em relação ao cerceamento de liberdades.

Na história acima, o que se percebe é uma reação em cadeia de uso de influência de poder por Titi, existente dentro do relacionamento, para controlar não só o corpo, mas a postura de Aninha, coagindo à prisão inserida nas regras do namoro. A história nos indica que ela já havia desistido de estar na equipe de líderes de torcida da escola por pedido do namorado, que não se sente confortável ao vê-la usufruindo da sua liberdade de ser e estar onde quiser e fazendo o que puder.

Discurso ainda reforçado pela própria Mônica por meio de uma expressão bastante recorrente no senso comum dita no último quadro da página. Por mais que a revista date de 2009, quando, talvez, os discursos feministas não encontravam ressonância social como hoje, é um pouco contraditório essa frase partir de uma personagem como Mônica, construída para ser – comercialmente – empoderada.

Nessa situação em específico, apesar do casal ter discutido ainda por alguns quadros, ela conseguiu reverter a situação a seu favor, participando da animação das torcidas, mas não em nome do direito de exercer suas vontades e desejos e sim justificando apenas uma ajuda às amigas, que estavam precisando do seu talento. O que é ainda mais flagrante é a alta frequência de momentos que normalizam casos como esse apenas como ciúmes “bobos e desnecessários”, envolvendo quase todos os casais, incluindo Mônica e Cebolinha, quando eles ainda nem constituem um casal. E ciúmes pelos mais diversos motivos, mas todos no sentido de controlar, em especial, a parceira: roupas, estabelecimento de relações amigáveis com pessoas do sexo oposto, entre outros.

A revista acabando propagando representações que impelem a um aprisionamento das mulheres dentro dos padrões e expectativas, mas também à falta de liberdade sexual, tanto no que diz respeito ao cumprimento de suas vontades quanto no que se relaciona ao controle do corpo, unicamente para beneficiar um sistema em completo desequilíbrio. Sistema esse que, como diz Beauvoir (1970) e Louro (1997), coloca a maternidade como o destino inevitável da

mulher e posiciona a sexualidade como reprodutiva, apenas e que, portanto, renegam o direito feminino de ser livre para se expressar sexualmente como desejar.

Como já vimos, as meninas exercem esse controle entre si, podendo os próprios desejos. Na mesma edição da figura acima, é possível ver um julgamento das garotas direcionado à personagem Denise, que tomou a iniciativa de chamar um garoto para sair porque despertou um interesse por ele, dado que a mesma não poderia ser tão desinibida assim. E como o encontro não terminou como o esperado pela garota, ela foi ainda mais julgada porque se tivesse sido feito como manda o figurino (o garoto chamando para o encontro), não acabaria mal. Quando, na verdade, o encontro não deu certo por motivos alheios a essa questão.

E, segundo Davis (2015), a emancipação das mulheres, independente de raça e classe, só será possível quando esse controle realmente deixar de se impor em direção às mulheres porque envolve também controle de natalidade e esse papel materno construído socialmente como biológico e políticas que permitam a libertação sexual, como o direito ao aborto. Tudo isso porque a sexualidade é regulada pelo policiamento do gênero, que estaria atrelado ao sexo e determinaria o desejo sexual, resultando na heteronormatividade, que condena a diversidade de expressões sexuais, também representado na TMJ pela falta de representatividade (figura 16).

**FIGURA 16 – Falta de diversidade**



Página 13 – Edição nº 9 (Série 1) – Abril 2009 – O príncipe perfeito

Fonte: *Printscreen* retirado da revista digitalizada.

Assim como falamos no tópico anterior da ausência de corpos diversos que pudessem, de fato, representar a realidade e mostrar as diferenças mais do que reais entre homens e mulheres e entre cada “categoria” dessas, também vemos a flagrante falta de outras formas de condições

sexuais, que não a heterossexual tão e somente só. Em especial, quando considera-se o contexto da Turma da Mônica Jovem, que busca trazer à tona questões próprias à adolescência. E o que talvez mais próprio a esse período que as “descobertas” sexuais?

As raríssimas referências a uma modalidade de organização social que não a heterossexualidade se resumem a situações como a da figura acima, que não citam diretamente, por exemplo, a homossexualidade<sup>15</sup> e apenas deixam no ar, por meio de humor e até certo deboche, para que o leitor tire suas próprias conclusões e consiga entender do que se está falando. Além disso, essas citações partem justamente da personagem Denise que, como já explanado, apresenta o comportamento mais liberal dentre os demais.

As narrativas presentes na revista, portanto, celebram a heterossexualidade como a norma, a única forma possível de expressar os desejos, excluindo e negando as outras muitas possibilidades existentes porque, como defendem Connel e Pearse (2018), a sexualidade sempre romperá com os padrões tradicionais por não se restringir a forma como o gênero está posto nessa lógica patriarcal. E tal lógica é tão enraizada que se coloca, inclusive, entre as relações homossexuais, imprimindo domínio e opressão também. Porém é uma questão que fica fora do alcance de discussão desse trabalho, dado que não há qualquer representação discutível, senão a plena ausência<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Ao anunciar, em junho de 2019, a gestação do primeiro personagem fixo LGBTQIA+ da Turma da Mônica, Mauro Sousa, filho de Maurício de Sousa e diretor e produtor geral da MSP, causou polêmica entre o público, dado que uma parte festejou e outra foi veementemente contra. Na época, Mauro, que, como todos os filhos de Maurício, inspirou o personagem Nimbus – o garotinho que gosta de mágica não deu mais informações sobre quando o personagem apareceria, em qual versão ou como ele seria construído, nem confirmou se seria inspirado nele próprio, que há pouco tempo tinha se declarado homossexual perante ao público. Ele informou somente que seria um personagem para celebrar a diversidade (RODRIGUES, 2019; DIAS, 2020a). No entanto, em 2020, o próprio Maurício de Sousa, que, apesar de não criar mais personagens ativamente, participa de todas as decisões da MSP, suspendeu a criação dessa personagem, explicando que a sociedade não estaria preparada ainda para aceitar uma mudança ou inserção tão significativa como essas nas suas histórias (DIAS, 2020b; RODRIGUES, 2020; SANTANA, 2020). É importante citar que, em 2020, na *graphic novel* Tina – Respeito, há, de fato, a primeira personagem declarada e abertamente lésbica, Cátia, amiga de Tina, em todo o universo da Turma da Mônica. No entanto, as *graphics* fazem parte de um grupo bastante específico de publicações da MSP, dado que são edições únicas cuja tônica é a releitura de personagens e narrativas feitas por quadrinhistas convidados.

<sup>16</sup> Em outubro de 2009, na edição número 6 da revista da Tina – personagem do núcleo adolescente que ganhou um gibi próprio à época, mas que foi descontinuado algum tempo depois -, há o registro de um possível primeiro personagem homossexual, que repercutiu entre os leitores e a sociedade civil. Assim como nos casos que estamos analisando, não há uma citação direta e mais evidente à homossexualidade, o que há é uma situação que deixa no ar e depende da inferência do leitor. Tina se defende das acusações de estar traindo o namorado Rolo com o amigo Caio por estar sempre o abraçando dizendo que ele é como um irmão para ela, ao que Caio também reitera não haver motivos para preocupações porque ele é comprometido. O rapaz pede que um amigo que também está na roda confirme a informação,

O fato é que se a menina e o menino só podem despertar sua libido em contato com o seu diferente – e se esse processo não acontece assim, é visto como anormal -, o discurso difundido é o heterossexual. Segundo Butler (2003, p. 44), há a heterossexualização do desejo, que se torna a norma, isto é, a heterossexualidade compulsória, a régua definidora do sexo e, portanto, do gênero, assim, “uma pessoa é um gênero e o é em virtude do seu sexo, de seu sentimento psíquico do eu, e das diferentes expressões desse eu psíquico, a mais notável delas sendo a do desejo sexual”.

E como essa relação sexual é estabelecida em torno do falo, conforme o determinado e legitimado pelo patriarcado, o que se gera é, instantaneamente, um desequilíbrio de poder entre os “gêneros”, as mulheres e os homens. Sendo a heterossexualidade o normal e esta se firmando com o sexo masculino como central, o homem é a norma, é o modelo a ser seguido e por meio do qual toda a sociedade será medida e construída. Por isso, como Beauvoir (1970) afirmou, dentro dessa lógica, o homem é o universal, o enaltecido; a mulher, o Outro, construída com base nele e em função dele.

É, então, sob as bases dessa heterossexualidade institucionalizada que as desigualdades hierárquicas entre mulheres e homens são legitimadas, criando os binarismos, que norteiam a concepção do que se é interpretado como gênero. Dentro dessa perspectiva, mulher e homem são vistos cada um como uma unidade do gênero, postas em lados contrários de uma linha imaginária e desempenhando performances diametralmente opostas, em que uma se sobressai sobre a outra, ou melhor, uma é sobreposta à outra, uma vez que se trata de uma construção imposta socialmente por esse discurso da heteronormatividade reproduzido no sistema patriarcal.

### **3.2. Feminilidades x Masculinidades: o binarismo em vigência**

Temos visto até então a forma como esse conceito de gênero fixo, engessado se sedimentou e continua, de certo modo, sendo perpetuado nas sociedades de influência ocidental, bem como a maneira como os discursos dominantes constroem os aspectos que tornam e até

---

insinuando que ele seria seu parceiro. À época, com a repercussão, a MSP, em comunicado à imprensa, não negou nem confirmou a suposta homossexualidade de Caio. Apenas justificou se tratar de uma publicação para o público adulto jovem e que as histórias também dependem da interpretação do leitor. (Ver mais em: <https://www.omelete.com.br/quadrinhos/cena-em-turma-da-monica-sugere-primeiro-personagem-gay-de-mauricio-de-sousa>).

reduzem esse gênero a algo estritamente palpável ou mais perceptível, como as marcas que delimitam os indivíduos socialmente de acordo com o sexo, reverberado equivocadamente como gênero, como explicitados nas duas unidades de análise anteriores.

É nesse ponto que chegamos aos demarcadores sociais mais significativos ou representativos desse modelo ou conceituação de gênero que atende aos interesses de manutenção de um regime patriarcal: as marcas comportamentais que, segundo essa mesma ideia de gênero completamente atrelado ao sexo biológico, são ou devem ser pré-determinadas por condições biológicas distintas atinentes a esse sexo.

A primeira questão surge quando, como já relatado, prega-se a existência de apenas duas formas de representação sexual, homem e a mulher, que são posicionados em pontos contrários de um ringue imaginário separados por uma linha. De um lado, permanece quem apresenta determinadas características; do outro, quem tem exatamente as características opostas, como um yin e yang que se complementam perfeitamente, mas se repelem na mesma intensidade, simultaneamente.

Se ao homem pertence a força, à mulher, a fraqueza; se o homem necessita demonstrar virilidade para se afirmar, a mulher deve mostrar a virilidade por meio da leveza e delicadeza; se o homem é associado à razão, a mulher é a emoção; se ao homem compete o ambiente público e, portanto, o mercado de trabalho e a política, à mulher se reserva ao espaço privado, ou doméstico, e todas as responsabilidades que ele traz – mas não com o mesmo valor dado às atividades realizadas na esfera pública.

E, mais uma vez, voltamos a afirmar: o problema não está na existência de diferenças. Elas existem e, como defendem Connel e Pearse (2018), também são determinadas por questões físicas e por elementos biológicos. Mas sim na forma como os discursos que se pretendem hegemônicos significam tais distinções e como elas são interpretadas e utilizadas na configuração da estrutura social e na construção das relações.

Na forma como persiste tal entendimento, essas relações só poderiam ser estabelecidas para manter o *status quo* de centralidade e, portanto, superioridade do lado masculino e inferioridade do lado feminino, como bem afirma Beauvoir (1970). Essa ordem é mantida por toda uma estruturação discursiva que facilita o caminho para a hegemonia. E tal estruturação é sustentada por uma série de instâncias sociais que nos educam segundo os padrões e expectativas direcionados para cada sexo.

Louro (2013) conceitua a expressão “pedagogias culturais” para incluir a mídia nessas instâncias educadoras e reprodutoras de normas que demarcam aquela linha divisória entre o que define e separa homem e mulher em lados diametralmente opostos, determinando comportamentos, escolhendo corpos e performances tidas como ideais e modelares e classificando gestos e atitudes. Para a autora,

[...] gênero continua sendo uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas das formas de organização social vigentes quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes (LOURO, 2013, p. 12-13).

É aqui que entra o exemplo mais recorrente presente nas histórias da *Turma da Mônica* tradicional: a suposta ruptura com os estereótipos direcionados à feminilidade (que é pressuposta apenas no singular mesmo) por meio da figura de Mônica e sua não aceitação aos lugares de submissão em que é posicionada. Para isso, a garotinha usa o artifício que a popularizou: a força sobrecomum combinada à pelúcia de estimação, Sansão (figura 17).

**FIGURA 17 – A ruptura de Mônica**



Páginas 5 – História: A mangueira do Limoeiro

Edição nº 42 – Outubro 2018 – A mangueira do Limoeiro

Fonte: Fotografia retirada da versão impressa.



O exemplo trago na figura acima, retirado da história principal “A mangueira do Limoeiro”, que também nomeia a edição número 42, publicada em outubro de 2018, está presente em todos os números selecionados para análise neste trabalho. E poderia facilmente estar em todas as publicações, já que desde a primeira aparição de Mônica, em 1963, essa imagem é clássica: a garotinha de vestido vermelho correndo atrás dos garotos com o coelhinho azul para revidar, usando a sua força, algum ato ofensivo.

Imagem essa tão clássica e, provavelmente, bem vívida no imaginário dos leitores assíduos, dos menos frequentes e até no de quem conhece a Turma apenas por outras mídias, que não as revistas, que não pretendemos focar, nem analisar essa “guerra dos sexos” representada pelos personagens. Mas sim em como a Mônica, personagem central, é posicionada no enfrentamento a essa “guerra”.

De início, já ressaltamos que não pretendemos diminuir ou questionar a representação, representatividade e importância que as histórias protagonizadas por meninas, em especial Mônica, tiveram e têm na formação identitária e social de gerações de leitores, assim como a pesquisadora aqui em questão, que puderam crescer com a imagem ou a sensação de uma figura que busca romper com o que está dado e imposto em sociedade. Mas apenas estamos buscando analisar e perceber as minúncias, principalmente o que não está dito, o que é, calculadamente, oculto e, ainda assim, vigia, cerceia, “educa” (FOUCAULT, 1999; VERÓN, 2004; LOURO, 2013).

O fato de Mônica reagir e não aceitar os insultos que descaracterizam e pejorativizam seu corpo já é algo a ser conquistado e celebrado. No entanto, como já vimos, essa reação não significa a total aceitação por parte dela e por parte das outras personagens. Assim como o uso da força física, que, de acordo com a lógica binarista, seria característica intrínseca e exclusiva da masculinidade e não poderia ser associada a um corpo feminino. Portanto, Mônica possuir força sobrenatural conseguindo enfrentar e se equiparar ou até superar seus opostos seria um representativo de quebra com a ordem desigual.

A questão que queremos levantar aqui é que, inclusive, o fato de ela se superar pela força física é usado como fator de pejorativação e de diluição das conquistas femininas. Como já relatamos previamente no capítulo anterior, o entorno à personagem não vê com bons olhos essas características que tanto a marcam e sempre a incentiva a adotar outra postura, com comportamentos que se aproximem mais desse ideal de feminilidade, uno.

A força dela não é colocada a prova porque é incontestável, como vemos na figura 17 acima. Porém, ela acaba sendo questionada sobre o uso dessa força, que a masculiniza, uma vez que habilidades físicas não fazem parte do padrão feminino. Então, seguindo esse pensamento retrógrado, se ela não é feminina, caminha em direção ao masculino. No entanto, por estar tão presente e incrustado no imaginário, a força da garota acaba por ser aceita, mas não como um aspecto essencialmente positivo, senão como algo que a posiciona na inferioridade da feminilidade, tal qual discutiremos por meio da figura 18.

**FIGURA 18 – Irrracionalidade**



Página 24 – História: Mônica e Marina em Aquele medão de cachorros

Edição nº 24 – Dezembro 2008 – Uma aventura no parque da Mônica: Uma noite no parque

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada.

A história acima ilustra perfeitamente o que Beauvoir (1970), Saffioti (2004) e Louro (2013) discutem ser o ponto central do binarismo que pauta as relações generificadas: natureza x cultura, sendo natureza inferior à cultura, pois o que o ser humano consegue controlar e produzir seria digno de mais valor. Tal binário é, digamos, aproveitado no par mulher-homem, no qual a primeira estaria associada à natureza e o segundo à cultura.

Na história “Mônica e Marina: Aquele medão de cachorros”, Marina aparenta ter medo dos cachorros da vizinhança que latem intensamente enquanto as garotas passeiam pelo bairro, mesmo “presos” aos limites das residências. E cabe a Mônica acalmar os animais, acariciando-os, e tranquilizar Marina. Na última página, a virada da história e que pode carregar certa comicidade é o fato de os papéis se invertermem, ao que parece, apenas poucos minutos após os acontecimentos iniciais.

Quer dizer, Marina flagra Cebolinha fazendo o que mais irrita Mônica: dando nós nas orelhas do coelho de pelúcia Sansão. Pouco depois, vê o garoto correndo e já imaginando o que aconteceria, procura ajudar os amigos. No próximo quadro, a cena é dela acalmando os ânimos de Mônica e de Cebolinha acuado. O interessante é perceber que o garoto está fazendo o papel de Marina, quando esta estava com medo dos cachorros; Marina fazendo o papel conciliatório de Mônica; e Mônica representando a irracionalidade dos cachorros, dado que ela apresenta as mesmas feições dos animais que apareceram anteriormente.

É como se sua força estivesse atrelada a um instinto animal e, portanto, incontrolável. Se incontrolável, não seria saudável. A força da Mônica não aparece como algo exatamente positivo ou que ela possa realmente usar como um ponto a favor, mas sim como algo a ser domado, a ser controlado e que não deveria fazer parte de sua natureza feminina. E não é como se nós estivéssemos defendendo ou incentivando atos de violência entre personagens infantis, entretanto essa força “pouco” característica de Mônica já é abordada há muito tempo.

Por que não naturalizar e buscar outras formas de representação que não seja negativa nem inferiorizante? É uma tentativa incessante de, ainda que transgrida o considerado “normal”, encaixar no “lugar da natureza em oposição ao da cultura; o local do primitivo em oposição ao do civilizado; o lado animal e instintivo em oposição ao racional ou ao humano” (LOURO, 2013, p. 9).

Porque apesar da garota se dotar de características consideradas masculinas, o uso de sua extrema força física, por exemplo, é tida como irracional e desmedida, especialmente pelas demais meninas. E a Cebolinha, embora seus planos mirabolantes sempre falhem, associa-se sempre a inteligência e criatividade por conseguir elaborar tantas situações visando ser o dono da rua.

Além dos julgamentos quanto às suas condutas – força física, liderança, insubmissão – tidas como masculinizadas apenas por não corresponderem às expectativas do que é feminilidade. representado por Sansão, dado que a crença que cerca as histórias é de que era ele

e apenas ele quem conferia à garota todo o seu poder demonstrado, principalmente, por sua força física.

Mesmo que todas as características que qualifiquem o gênero sejam construídas no interior de cada cultura, este acaba por ser tão invariável quanto aquilo que se considera como dado biologicamente, natural. O que se cria, portanto, é uma norma de feminilidade relativa não só a exigências estéticas, mas também a expectativas comportamentais, ao mesmo tempo em que também se forma, ainda que quase imperceptivelmente, um padrão de masculinidade, tão rígido e tão passível de sanções quanto o feminino. Porém, o que, além do falocentrismo, autoriza a superioridade de um sobre o outro?

A relação binária entre cultura e natureza promove uma relação de hierarquia em que a cultura impõe significado livremente à natureza, transformando-a, conseqüentemente num Outro a ser apropriado para seu uso ilimitado, salvaguardando a idealidade do significante e a estrutura de significação conforme o modelo de dominação (BUTLER, 2003, p. 66).

Essa relação de opostos binários é ainda mais visível na trama infanto-juvenil, dado que Mônica é dominada pela emoção e pelos sentimentos que nasceram da guerra dos sexos na infância por Cebolinha e se transformaram na adolescência. As complicações em torno do relacionamento amoroso entre os dois são o que dão a tônica das narrativas da *Turma da Mônica Jovem*, conjecturando uma Mônica quase que completamente subordinada a essa relação e aos desmandos de questões internas de Cebolinha, que não quer se sentir rebaixado à garota, como o fazia na infância.

Tanto que, como já demonstramos em exemplos anteriores, a adolescente perde um pouco de seu protagonismo, não narrativamente falando, mas historicamente falando. É como se ela se apagasse e assumisse, em boa parte das situações, a personalidade que tanto almejavam e desejaram enquadrá-la na infância. Segundo a própria descrição da revista, Mônica deixa aflorar o lado meigo e abandona o uso da força para se concentrar em outras questões.

Na prática, segundo o que analisamos, são poucas as vezes em que ela de fato recorre à força nas histórias, como na versão infantil – falaremos disso um pouco mais adiante -, mas a raiva e as emoções ditas incontroláveis ainda são frequentes, principalmente direcionadas ao seu agora objeto de interesse maior, Cebolinha. O que também é natural, visto que a adolescência é uma fase de novas descobertas e de lidar com novos traços de personalidade. O cerne, nesse caso, é o reforço constante do binômio feminino x masculino, cada um

performando características vistas como opostas e, assim, repelentes entre si, tal qual é exposto na figura 19 a seguir.

**FIGURA 19 – Feminilidade x Masculinidade**



Página 91 – Edição nº 4 (Série 1) – Novembro 2008 – Fortes emoções

Fonte: *Printscreen* retirado da revista digitalizada.

A edição número 4, intitulada Fortes Emoções, da qual foi retirada a situação acima, é a última de uma série que retrata os quatro protagonistas – Mônica, Cebolinha, Cascão e Magali – em busca de jóias perdidas para restaurar a ordem natural em todos os universos. São nesses quatro primeiros números que as personagens e suas nuances vão sendo apresentadas aos poucos e podemos identificar o que há de diferente e de semelhança com as personalidades infantis. Em especial porque a revista se preocupa, ao menos, nas primeiras edições, em retomar

os elementos mais marcantes da *Turma da Mônica* tradicional, como se para lembrar os leitores de que ponto eles devem partir na leitura e na identificação dos personagens.

Por isso mesmo, a *TMJ* parece não só continuar com a lógica binarista, como também intensificar, traçando comportamentos e gestos que colocam ainda mais homens e mulheres em lados opostos, como vemos no exemplo acima: um Cebolinha que não demonstra emoções e sentimentos por meio da tristeza ou choro porque ainda assume a postura de que não pode mostrar fraqueza, senão não alcançará suas metas (que, agora, adolescente passaram de ser o dono da “Lua” a conquistar o mundo).

E uma Mônica que continua associada a episódios de descontrole, de raiva excessiva, do instinto supostamente natural das mulheres ao reagir às situações. Ainda que essa situação represente uma ofensa a ela e a sua antiga forma física, que a incomodava (ponto que já discutimos no capítulo anterior).

Na página 90, anterior a da figura 19, Dona Morte, personagem cujos enredos se centram em buscar as pessoas e fazer a passagem para o além e característica das histórias da Turma do Penadinho, ambientadas em um cemitério, brinca sobre ser a hora de Mônica, dado que nesse intervalo temporal, a turma está justamente no cemitério e Mônica acaba desmaiando por ter um pequeno mal-estar. Ainda nessa mesma página, Cebolinha aparenta preocupação e tristeza por imaginar que esse fato acontecesse, mas a personagem acorda e é quando Cascão, o mais bem humorado dos protagonistas, tenta zoar Cebola por sua reação chorosa.

Como temos discutido reiteradamente, mais uma vez, a revista opta por endossar a associação de características como se fossem exclusivas ao sexo, contribuindo para reforçar a criação e recriação de uma feminilidade padronizada, mas também de uma masculinidade que não pode ser atrelada a suposta fraqueza, demonstrações sentimentais em público. Além de continuar trabalhando a problemática da questão corporal que envolve Mônica desde a revista infantil.

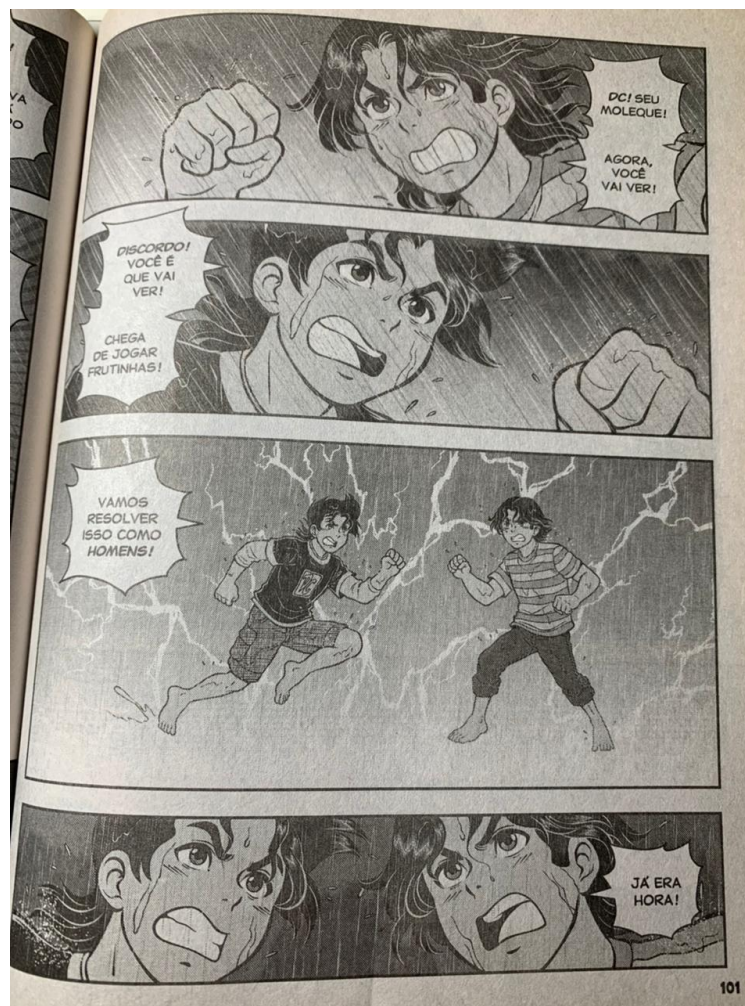
Para Louro (1997, p. 32), pensar, pois, o gênero sob esse ponto de vista “‘nos amarra’ numa posição que é, aparentemente, conseqüente e inexorável. Uma lógica que parece apontar para um lugar ‘natural’ e fixo para cada gênero”. Se o sexo é biológico e, portanto, imutável, o gênero é visto como um efeito deste, determinado, principalmente, a partir do desejo sexual (que o padrão institui como única possibilidade aceitável a relação estabelecida entre mulheres e homens).



Os enredos construídos para a Turma da Mônica Jovem parecem demarcar ainda mais e com mais firmeza esse binarismo que temos trabalhado, apresentando também o que, recentemente, muitos estudiosos de gênero conceituam como masculinidade frágil ou masculinidade tóxica, que, em termos simples, seria a reprodução de comportamentos que pregam uma postura de macheza e reafirmam a estrutura machista e misógina, cuja culpabilização desse sistema fechado recairia sobre o gênero e a uma “impossibilidade” de se lutar contra a ordem natural das coisas.

Não vamos aqui nesse trabalho trabalhar sob essa concepção de masculinidade tóxica porque acreditamos, dentro do *status quo* ocidental, colonizado e capitalista no qual nos encontramos, ser uma expressão redundante. O padrão de masculinidade que se reproduz é usado para alimentar as posições de poder e de desequilíbrio social por consequência dos discursos produzidos acerca do gênero até hoje.

**FIGURA 20 – Masculinidade**



Página 101 – Edição nº 23 (Série 2) – Outubro 2018 – Briga entre irmãos

Fonte: Fotografia retirada da revista impressa.

Mas queremos mostrar que a construção de uma feminilidade ideal não está separada da formação de uma masculinidade que centraliza os tentáculos sustentadores do discurso hegemônico de diferenças que são hierarquizadas. E esse processo encontra eco justamente na creditação de que por pertencer a determinada classe, nesse caso por ter certo sexo biológico, há características que são intrínsecas, como a força para os homens e a ideia de que para se validar como realmente pertencente ao gênero homem é necessário provar essa força a todo momento, como vemos na figura 20 acima.

Como é a primeira vez que os personagens em questão aparecem nesse texto, é preciso falar que se tratar do Nimbus (o rapaz que gosta de mágica) e do Do Contra, irmãos, que na história da qual foi retirada esse exemplo, estão involucrados pelas discussões ditas normais que envolvem uma relação de irmandade sanguínea. Entretanto, as brigas se acirram até chegar ao ponto retratado na figura: demonstração de força por meio de violência física a fim de resolver uma situação.

O interessante a se perceber é que, também como personagens secundários, nas edições infantis aqui analisadas, os dois garotos vão de encontro ao modelo de masculinidade perpetrado pelos outros garotos, que sonham e desejam o poder. Na verdade, eles performam quase o contrário e não costumam estar envolvidos nas narrativas que representam a busca pela submissão das mulheres. O que não é o que acontece no enredo da edição da imagem 20, cujo título é, inclusive, Briga entre irmãos.

Além desse ápice da discussão culminar em uma briga que envolve a violência, toda a narrativa dessa edição é construída em torno de buscar a invalidação de qualquer elemento que descaracterize essa noção engessada do que é o masculino dominante, como emoções afloradas, sentimentalismo, medo (ou falta de coragem). Esses são alguns pontos usados no discurso dos personagens como atos ofensivos para demonstrarem força e superioridade.

A inexorabilidade da masculinidade, como defendem Connel e Pearse (2018), também chega a ser violenta porque aprisionada os nascidos no sexo masculino em uma gama de caracteres que devem ser cumpridos à risca com o objetivo final de se manter a ordem superior e a ideia hegemônica de que o homem deve usufruir de todas as condições sociais supostamente lhe concedidas naturalmente apenas pela forma como certas características físicas são interpretadas.



No entanto, aqui entendemos que por posicionar os homens em locais de dominação, essa violência da padronização do que é masculinidade não se reflete com tanta intensidade e veracidade quanto em relação às mulheres. Não queremos minimizar as punições sofridas pelos corpos masculinos que não condizem com esse ideal criado no imaginário social, como os homossexuais, mas os efeitos são mais sentidos e mais severos no que diz respeito à mulher. As revistas e, em especial, a TMJ apresenta a predominância de relações de gênero que excluem a ideia de feminilidades e masculinidades que não estejam intactas porque

[...] são os modos pelos quais características femininas e masculinas são representadas como mais ou menos valorizadas, as formas pelas quais se reconhece e se distingue feminino de masculino, aquilo que se torna possível pensar e dizer sobre mulheres e homens que vai constituir, efetivamente, o que passa a ser definido e vivido como masculinidade e feminilidade, em uma dada cultura, em um determinado momento histórico” (p. 16).

A feminilidade, no contexto ocidental, é, pois, atrelada à natureza, associada ao caminho natural da maternidade, de reprodutora da espécie, mas sem controle sobre si própria. A masculinidade, por sua vez, remete à cultura, ao domínio e ao poder de transformação da natureza. A mulher seria, então, um corpo e uma essência à espera de significação feita pelo homem e sua mente, capazes de reger essa natureza passiva e esse sujeito feminino que necessita de subordinação. Então, se a cultura se sobrepõe ao natural, o masculino é louvado em detrimento do feminino, seu oposto, exatamente como retratado na figura 21, na página seguinte.

Ao aludir o fato de Denise e Carmem estarem comentando sobre elementos figurativos que contribuem para caracterizar mulheres dentro desse padrão já discutido, as bolsas, como futilidade, o vilão da aventura que as personagens estão vivenciando nessa edição exclui a possibilidade de que a feminilidade que elas performam pode abranger também o sucesso e a vitória. O enredo nem trata de uma guerra dos sexos no seu sentido mais amplo, muito menos do quão relevante seria uma vitória das personagens femininas sobre as masculinas, mas isso é trazido à tona na situação abaixo.

Novamente, cria-se o panorama para a não aceitação das mulheres ocuparem lugares de igualdade com os homens e, menos ainda, de superioridade, ainda que não seja esse o cerne da questão. Assim como também não é nosso propósito reiterar que mulheres não podem assumir a feminilidade, mas sim discutir e demonstrar como não é pavimentado a pluralidade de movimentos que promovam a equidade de gênero, dado que essas representações imprimem consequências diretas nas relações sociais, econômicas, raciais.

FIGURA 21 – Invalidação do feminino



Página 97 – Edição nº 4 (Série 1) – Novembro 2008 – Fortes emoções

Fonte: *Printscreen* retirado da revista digitalizada.

Implicações essas que interferem na organização social e promovem as disputas pelo poder. Não se trata apenas de atrelar as mulheres à inferioridade, mas sim nos impactos reais e diários que esse desequilíbrio possui na estrutura social: violências, desigualdades, dificuldades. A mídia e os produtos midiáticos, detentoras de uma parte dos discursos reverberados socialmente, são primordiais na manutenção desse estilo de sociedade ou não. Por isso, a necessidade de se discutir incessantemente o que se consome e como esse consumo pode interferir no dia a dia.

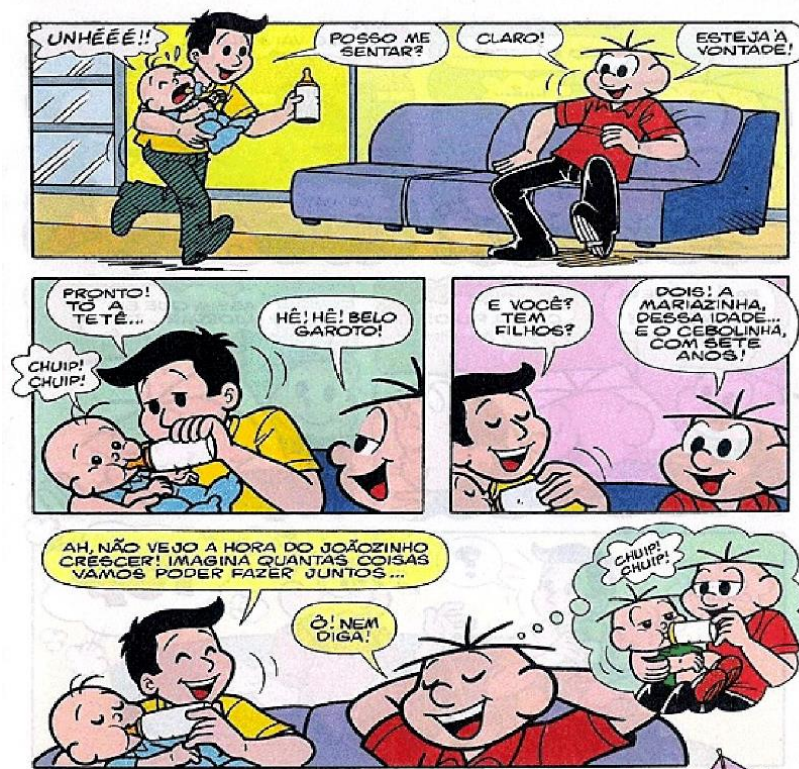
É continuando a ecoar as associações binaristas ao gênero que a TMJ corrobora com a concepção equivocada de que o gênero é o sexo e, portanto, inalterável, já que é natural. E esse natural seria entender que ao homem se associa a inteligência, força, destreza, capacidade de

transformação e, assim, se explica os papéis de dominação. E às mulheres resta o contrário, que é significado como negativo e ineficaz. (BEAUVOIR, 1970; BUTLER, 2003; LOURO, 2013). Reflete-se, pois, em toda e qualquer relação estabelecida na sociedade, inclusive entre Mônica e Cebolinha, que são exatamente a representação dessas características, tanto na infância, quanto na adolescência.

Um dos maiores reflexos e mostras dessa relação está no binarismo público x privado, que também é atravessado e atravessa o gênero, dado que, como defende Hooks (2018, p. 76), “homens são socializados por grupos de homens de classe dominante a aceitar a dominação no mundo público do trabalho e a acreditar que o mundo privado da casa e dos relacionamentos íntimos vai restaurar neles o senso de poder, que eles equiparam à masculinidade”.

Embora a revista, no geral, aborde e retrate a instituição casamento como Hooks (2018) explanou, resolvemos trazer aqui um dos poucos exemplos que prezam por imprimir algo que foge aos padrões, em especial, inserido em uma das estruturas e instituições mais enraizadas e perpetradoras do binarismo (figura 22), tal qual defendem Beauvoir (1970), Butler (2003) e a própria Hooks (2018).

FIGURA 22 – Paternidade



Páginas 54 – História: Cebolinha em Nós no Sansão

Edição nº 22 – Outubro 2008 – Uma aventura no parque da Mônica: Acorda, meu!

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada.

É válido ressaltar que uma discussão um pouco mais aprofundada sobre os casamentos e própria maternidade será feita no capítulo seguinte. Nesse momento, queremos apenas demonstrar como é possível assumir comportamentos que não obedecem à normatividade imposta, como é o caso retratado acima, cuja história gira em torno de um pai, o seu Cebola, exercendo a paternidade ao levar Cebolinha para passear no parque de diversões.

Tal paternidade é representada por elementos que também reforçam a masculinidade, como diversão, brincadeiras, parceria, nada que seja tão alusivo a cuidado, carinho, emoção, como se pensa a maternidade. O que não deixa de ser representativo do que é cuidar dentro dos termos para os homens porque, corroborando com Connel e Pearse (2018), a diferença não deve ser condenada, mas sim vista como tal.

A reviravolta da história e do modo como se retrata a figura de pai fica para essa última página, na qual um pai, provavelmente de primeira viagem, aparece amamentando o filho sozinho, sem a presença de uma figura materna ou feminina. A situação faz o seu Cebola relembrar de que essa foi uma situação corriqueira na vida de pai.

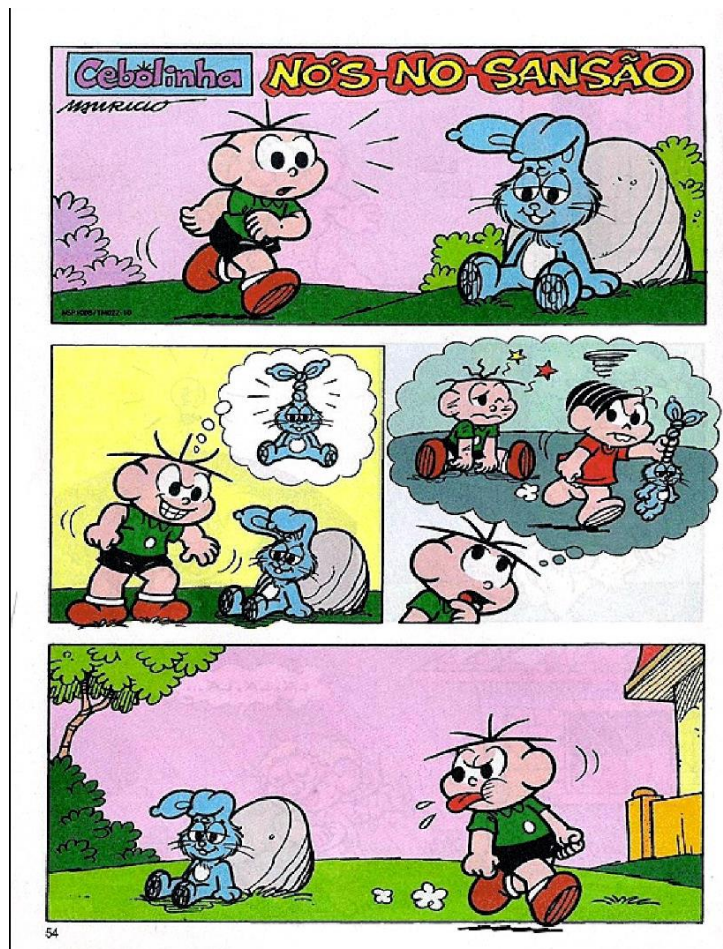
O primeiro ponto a se destacar é a retirada estratégica de uma imagem feminina em um momento que facilmente seria atrelado a uma mulher. Não podemos precisar a motivação por trás dessa escolha discursiva, mas é fato que ajuda na normalização tão necessária no caminho à paridade de direitos, deveres e oportunidades. O segundo é a naturalização de que paternidade e maternidade devem ir além do que está relacionado a gênero.

[...] se dispensarmos a prioridade de “homem” e “mulher” como substâncias permanentes, não será mais possível subordinar traços dissonantes do gênero como características secundárias ou acidentais de uma ontologia do gênero que permanece fundamentalmente intata” (BUTLER, 2003, p. 47).

Posicionar a maternidade como natural do sexo feminino não é o erro, mas sim discursá-la como o único caminho possível para as mulheres, colocando-as no interior, no privado e deixando o público para o homem, bem como todos os louros de dominar esse espaço público, ponto fundamental para validar a masculinidade. Por isso, Cebolinha deseja tanto a liderança da turma. Não para comandar, mas para saber que ele é a imagem do poder. Imagem que, para ele, seria conquistada com a derrota de Mônica, que, por sua vez, só seria possível com a conquista de Sansão.

Assim, dedicamos uma pequena parte do trabalho a analisar o Sansão e como ele é colocado como um símbolo de poder para a masculinidade e para a feminilidade, visto que é em torno dele que boa parte dos enredos se constroem, principalmente nas edições infantis, como na figura 23.

FIGURA 23 – Sansão e o poder adquirido



Páginas 54 – História: Cebolinha em Nós no Sansão

Edição nº 22 – Outubro 2008 – Uma aventura no parque da Mônica: Acorda, meu!

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada.

Nas histórias infantis, é por meio de Sansão que Mônica demonstra sua – ambigualmente celebrada e estranhada - força desde a primeira aparição<sup>17</sup>. Em decorrência disso, torna-se o objeto de desejo e obsessão de Cebolinha pela crença de que a garota só tem força quando em

<sup>17</sup> Para fins de explicação, Maurício de Sousa não conta o motivo de ter escolhido o nome do coelhinho de Mônica de Sansão, que também dá nome à figura bíblica que também é extremamente forte, mas cuja força é atrelada aos cabelos grandes. O que pode ser uma referência direta a essa história. Ele também fala que a Mônica real que serviu de inspiração para a personagem tinha um coelho de pelúcia amarelo, mas não o usava como instrumento de força.



posse do coelhinho. Ou seja, sua força não seria de sua natureza, mas sim concedida por meio de Sansão.

Se Cebolinha conquistasse o coelho, ele retiraria a força de Mônica, seu maior trunfo nas reações aos planos de tentativa de conquista, ao mesmo tempo em que usufruiria dessa força para si. Ou seja, Sansão, além de símbolo, é canal. O que pode levar a uma dúvida é o fato de que, por muitas vezes, o garoto tem a oportunidade de tomar a pelúcia para si, mas não o faz, como na figura acima, porque ele só funciona com Mônica. E nem quando tenta minar o suposto poder que ele tem, dando os famosos nós, ele obtém sucesso na empreitada.

É óbvio que a repetição desse enredo é um recurso narrativo para manter o público interessado na história: “será que agora o Cebolinha consegue?”. E não pretendemos debater esse aspecto nessa pesquisa. Mas sim o fato de que o Sansão se torna um símbolo de poder que reforçaria a dominação masculina e é um símbolo de poder para a feminilidade performada por Mônica, inclusive na Turma da Mônica Jovem, onde o coelhinho deixa de ser um elemento central (figura 24).

**FIGURA 24 – Sansão e o símbolo do poder**



Páginas 100/101 – Edição nº 26 (Série 2) – Abril 2019 – Os mais jovens heróis da Terra

Fonte: Fotografia retirada da revista impressa.

Logo na primeira edição da TMJ, somos apresentados à nova realidade que envolve a relação de Sansão e Mônica: ele não estará em público com ela e ficará restrito ao ambiente privado de sua casa, preferencialmente o quarto. Assim como, por não recorrer mais com tanta frequência ao uso da força, ela não o usará com essa finalidade, mas sim como um objeto afetivo e de rememoração da infância.

Entretanto, como no caso da figura acima, em que as personagens, em uma parceria com o estúdio *DC Comics*, se uniram à Liga da Justiça para salvar a Terra, Mônica é solicitada para ajudar com a sua força e mesmo que o coelhinho não esteja presente na situação, ele é usado como recurso para lembrar ao leitor que ele confere o poder à moça e que ele é o símbolo de sua força. É ele quem permite que Mônica performe uma feminilidade que foge aos padrões.

E ainda que mais “apagado” na TMJ - o que é compreensível pelo contexto juvenil que não vê com bons olhos a presença de elementos associáveis à infância -, Sansão é o que representa o poder que pauta as relações generificadas. Nesse caso, ele é responsável por colocar a balança em nível mais próximo de igualdade, mas é desejado justamente para que volte ao desequilíbrio que baseia o gênero. Toda essa discussão é, como já vimos, provocada pela heteronormatividade, que cria e reforça os binarismos.

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a ‘identidade’ como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2003, p. 21).

Há a refutação de que, na linha imaginária que liga os polos compostos por homens e mulher, existe um sem número de outras categorias do gênero. O binarismo despreza a diversidade entre as culturas, entre as sociedades. Mas também rejeita as diferenças e os desequilíbrios de poder que existem no interior das próprias categorias, sejam estas distinções referentes a aspectos físicos, sejam em relação às condições socioeconômicas a que estão submetidas, uma vez que as considera unidas, completamente entrelaçadas.

#### 4. AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, CLASSE E RAÇA

A que mulheres estão direcionadas o rígido padrão de feminilidade imaginado no contexto do patriarcado ocidental? Quais mulheres realmente deveriam cumpri-lo? Falar em uma norma de condutas e comportamentos sociais significa o mesmo para todas as culturas e para todas as conjunturas socioeconômicas? Todas as mulheres – e homens também – possuem os mesmos anseios e os mesmos desejos de conquistas na sociedade?

É evidente, como supramencionado, que a lógica binarista não consegue contemplar a enorme complexidade dos seres humanos e sua organização, tampouco a heterogeneidade de cada sociedade. Especialmente, após o advento do novo sistema econômico: o capitalismo, que acentua as diferenças, não só econômicas, como também sociais, étnicas, culturais, por meio dos conflitos de interesses de cada povo e dentro de cada um deles.

O próprio patriarcado se julga universal e acredita que a dominação masculina também o é. Assim sendo, todas as mulheres poderiam ser submetidas ao mesmo regime de repressão e opressão ao passo que todos os homens deveriam seguir o mesmo – e único – modelo de masculinidade possível, o que não deixa de se conjecturar como repressivo também.

E por essa presunção, tenta, realmente, se estabelecer universalmente por meio dos movimentos colonialistas e imperialistas, que, à priori, tiveram motivações econômicas. No entanto, para conquistar o êxito na instauração do sistema capitalista por meio da exploração econômica da mão-de-obra nativa e das terras, os colonizadores necessitaram implantar a mesma organização social a qual estavam subjugados. É nesse momento que as colossais distinções entre a dita sociedade ocidental e os povos nativos se sobressaem.

Tal fato é demonstrado por Connell e Pearse (2018) com os inúmeros exemplos de formações sociais nativas antes de contato com o ocidentalismo, dado que as australianas partem de uma abordagem em que buscam se apropriar das perspectivas do chamado Sul Global, ou periferias, ou povos colonizados (marginalizados), para compreenderem o gênero.

Ilustrações de povos indígenas que não limitam o gênero a ser homem ou mulher, de povos – hoje nomeados como asiáticos – que possuíam o que pode ser considerado como um terceiro gênero, de comunidades, também indígenas, em que homens e mulheres tinham equivalência social, de populações africanas em que as relações homoafetivas entre homens são



comuns e até incentivadas, seja como rito de passagem ou apenas como expressão sexual do desejo e da necessidade de formação de vínculos afetivos.

Para além do que esses exemplos podem revelar, as autoras entendem, então, que há pontos cruciais incrustados na sociedade que determinam como o gênero será construído. Ao contrário do que o prisma do binarismo propõe de que o gênero é uma questão psíquica, de identidade, biológica e natural, este se apresenta ainda mais distante disso quando as inúmeras desigualdades entre as sociedades e no interior de cada uma delas são desveladas porque a etnia, a raça, a classe são alguns determinantes na trajetória de formação do gênero e na condução do mesmo no seio social. Então, por que isso não é tratado com mais evidência ou, melhor, por que começa a ganhar algum espaço há pouco tempo?

Evidentemente, estas duas categorias têm histórias distintas, datando o gênero do início da humanidade, há cerca de 250-300 mil anos, e sendo as classes sociais propriamente ditas um fenômeno inextricavelmente ligado ao capitalismo e, mais propriamente, à constituição da determinação industrial deste modo de produção, ou seja, à Revolução Industrial (SAFFIOTI, 2004, p. 114-115).

Saffioti (2004) põe em xeque que as classes sociais são uma categoria engatinhando em comparação ao gênero, portanto, são um fenômeno generificado – assim como, o processo inverso também acontece -, mas, ainda assim, o segundo foi marginalizado nas tentativas de explicar as relações de poder, as configurações das relações sociais e a estruturação social. Corroborando com a socióloga brasileira, Beauvoir (1970) chega a citar que quando o movimento feminista se associa ao socialismo na França, as lutas dos trabalhadores – homens – são colocadas em primeiro plano em detrimento dos pontos de anseio das mulheres.

É seguindo essa lógica que o contexto mais amplo das revistas é organizado, em especial porque a Turma da Mônica é criada em pleno enervar das ondas feministas. No entanto em arraigado sob uma conjuntura maior de um país vivendo o regime militar ditatorial, com uma economia até então agrária, pouco modernizada, cidades ainda em crescimento, êxodo rural, etc. Tudo isso ainda inserido no universo maior: o do criador, Maurício de Sousa, que se inspirava na família e na vizinhança onde cresceu no interior de São Paulo.

Quando colocamos esse pequeno pano de fundo em xeque, é fácil compreender, por exemplo, porque em um suposto bairro de classe média e mais afastado do centro de, provavelmente, uma cidade como São Paulo, a estrutura familiar que ainda se apresenta nas

edições infantis é: o pai, o homem da casa, o provedor financeiro; a mãe, a mulher da casa, a provedora de cuidados, a figura materna sempre em ambientes privados ou atrelados a tarefas ditas femininas.

Essa é a imagem clássica das histórias em quadrinhos da *Turma da Mônica*. Como boa parte das narrativas acontecem apenas no bairro do Limoeiro, os ambientes que prevalecem são os residenciais. Desse modo, as personagens femininas que são mães aparecem mais do que os pais, que quase sempre estão com roupas formais saindo ou chegando do trabalho, reforçando o imaginário de que eles estão ali apenas para sustentar a família financeiramente.

Ao contrário dos pais, as mães estão sempre com roupas simples e em locais como a cozinha ou sala de jantar, representando o papel da mãe que cuida e se preocupa com os filhos e o marido e com os cuidados com a casa. O legítimo papel direcionado ao privado e à maternidade, como já abordamos. Esse é o enredo que prevalece em quase todas as edições analisadas. É uma estrutura narrativa que não se altera e, embora, a realidade e o contexto social seja bem diferente com a pregação pela independência feminina, é o panorama que se mantém.

Devido a isso, optamos por não trazer um exemplo que representasse tão bem mais esse elemento caracterizador do regime de gênero das revistas em quadrinhos. O ponto que trazemos é, além da possibilidade de mudar um pouco essa conjuntura para acompanhar a realidade que a cerca, por que a TMJ também não altera isso, aproveitando a oportunidade de ter feito bastantes mudanças? E não só não altera, como, mais uma vez, reforça o imaginário de que a mulher deve se reservar pontos que a colocam em uma posição inferior, como na figura 25 da página seguinte.

O cerne não é a representação de mulheres que são essencialmente donas de casa, inclusive desvalorizando um trabalho que demanda tanto ou mais tempo e energia do que estando no mercado de trabalho, mas sim deixar essa realidade como a única opção e a única saída porque é o natural. E é óbvio que, até o momento, estamos tratando de uma realidade de classe média branca. A mesma classe média que foi às ruas em busca de uma igualdade de gênero por meio da conquista de liberdade individual e independência (BEAUVOIR, 1970; DAVIS, 2015; HOOKS, 2018; SAFFIOTI, 2004).

Não deixa de ser um privilégio não precisar trabalhar e conseguir o sustento em meio ao regime capitalista apenas com o trabalho do marido. Mas essa é a norma ou é apenas uma das opções? No caso da TMJ, como se trata de uma “sequência” do universo da TM, subentende-

se ser a normativa: a dependência financeira e os cuidados considerados maternos destinados às mulheres, como a mãe de Mônica.

**FIGURA 25 – Dependência**



Página 44 – Edição nº 05 (Série 1) – Dezembro de 2018 – As aventuras do dia-a-dia

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada.

A edição do exemplo acima é a primeira da TMJ que realmente retrata o novo cotidiano que cercará as novas histórias com as personagens adolescentes. Isto é, nessa história, há a apresentação das narrativas centrais e uma delas é atrelar o universo feminino aos estereótipos que já o caracterizam, como a submissão financeira das esposas aos maridos, tal qual retratado na figura 25.

Toda essa edição busca ensinar como as meninas devem se comportar para superar uma desilusão amorosa (no caso, Mônica havia se decepcionado com uma atitude de Cebola, que deu a entender que ele também interessado em outra garota) por meio da intervenção da mãe de Mônica, que é quem dá os ensinamentos. E um dos passos para essa superação seriam as compras em um *shopping*, contexto temporal e situacional do qual foi retirado o exemplo.

É ela quem toma a iniciativa de oferecer esse momento de distração à filha e às amigas, mas ela necessita solicitar ao marido dinheiro para poder disfrutar da ocasião. Esse pedido remete à dependência financeira e reforça o papel de submissão destinado aos corpos femininos, seja na conjuntura íntima, seja na sociedade. A ausência de independência pode ser explicada pela ausência no mercado de trabalho.

Dessa forma, tal representação dominante na TMJ vai de encontro ao contexto mais abrangente que cerca a estrutura social, não apenas em 2008, data da revista acima, mas também na década de 1960, quando a *Turma da Mônica* é criada. Se a Maurício de Sousa Produções opta por seguir com uma narrativa muito semelhante, imprimindo pequenas alterações, no decorrer de todos esses anos na versão infantil, a edição adolescente, que, aparentemente, traz tantas mudanças, seria a oportunidade ideal para retratar as mães em um contexto que não envolvesse apenas a maternidade, que, como defende Beauvoir (1970), é usada como um significante pejorativizado pela sociedade.

Apesar de diversificar os ambientes e de permitir que as mulheres sejam vistas e colocadas em outros espaços que não apenas o doméstico, elas ainda são posicionadas em níveis essencialmente inferiores e que conflitam com os ideais da luta feminista branca na *Turma da Mônica Jovem*. São poucos os momentos de exceção a essa regra que reforça o ideal de feminilidade binarista e que mantém a relação classista pautada pelo gênero de forma desigual.

Quando as mulheres brancas e de classe média se organizam, então, politicamente em prol do movimento racial e da libertação dos negros, para, em seguida da conquista, perceber os movimentos de opressão que sofriam na esfera privada e pública, nos momentos em que tentavam ter algum momento de destaque, as desigualdades são evidenciadas como nunca antes.

Para essas mulheres líderes da resistência sexista, a garantia do sufrágio era o principal meio para a conquista da igualdade entre homens e mulheres e para por fim a opressão direcionada às mulheres. Mas seria o direito ao voto político prioridade para as mulheres negras, condicionadas a séculos de trabalho escravo e que mesmo após a “liberdade” do povo negro, não conseguiam se inserir como cidadãs na sociedade estadunidense, jogadas à revelia da

economia e dos direitos sociais? Se elas queriam, como relata Davis (2016), se livrar das marcas da dominação masculina – principalmente, branca, mas também negra -, também desejavam o fim da opressão racista, que vinha de todos os lados.

E apenas o fato de que o feminismo que se populariza se organiza em torno da e pela branquitude de classe média, quem possuía tempo para provocar essa mobilização, uma vez que não trabalhavam fora de casa, e voz nos encontros que definiam os pontos de luta nos quais se centrar, é suficiente para demarcar a marginalização das mulheres negras e das brancas trabalhadoras, além das imigrantes.

A primeira questão a se considerar é que é a implantação do capitalismo impõe e contribui para o desenvolvimento de uma divisão sexual do trabalho, em casa ou no mercado, desigual. Ainda no século XIX, o que predominava era uma economia doméstica de subsistência em que homens e mulheres eram igualmente importantes para o funcionamento familiar (DAVIS, 2016; HOOKS, 2018; LOURO, 1997; SAFFIOTI, 2004). As mulheres eram valorizadas e enaltecidas pelas atividades domésticas que desenvolviam.

Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina. De fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que “o lugar da mulher é em casa” (DAVIS, 2016, p. 49).

Esse capitalismo industrial transfere todas essas responsabilidades para as fábricas e obriga que as mulheres brancas das classes mais baixas também se insiram no mercado de trabalho em nome da sobrevivência no seio desse novo sistema econômico. De certo modo, como trabalhadoras, essas mulheres conquistam protagonismo e relativa igualdade econômica, que não garantem a manutenção dos preceitos patriarcais. Assim, se acentuam as figuras da feminilidade padrão: as esposas que devem ser submissas aos maridos e as mães, mecanismos passivos de reprodução.

Como dito, são poucas as situações na *TMJ* que não corroboram com essa visão descrita acima e que demonstrem a mulher ocupando um lugar que não seja o determinado para essa feminilidade padrão e até que variem os espaços nos quais elas aparecem nessas posições ou que diversifiquem ambientes ditos de trabalho com a presença feminina. A escola, por exemplo, que é inserida no universo juvenil – ao contrário do infantil -, só possui, dentre as edições

analisadas professores do sexo masculino, mesmo que a única mulher seja a diretora e faça uma pequenínssima aparição em uma página de uma edição de 2018.

Em outras ocasiões, as próprias personagens adolescentes mulheres também são conduzidas a buscar opções de inferioridade na economia, como Magali se tornando cuidadora de crianças. Uma das poucas exceções acontece na figura 26 abaixo. E aqui usamos a palavra exceção porque a própria narrativa exemplifica o caso como sendo um ponto fora da curva e cuja possibilidade não é para todos.

**FIGURA 26 – Exceção**



Página 59 – Edição nº 06 (Série 1) – Janeiro 2009 – O Brilho de um Pulsar

Fonte: Fotografia retirada da revista impressa

Mesmo que a história já deixe subentendido se tratar de uma exceção, não deixa de ser uma representação diferenciada de onde uma mulher pode chegar caso tenha as condições necessárias para tal: cargo de comando em uma estação espacial, executando a função de

astronauta, uma profissão que, certamente, não está associada à feminilidade una e singular. E a própria personagem explica que só chegou a esse posto por meio de muito esforço e dedicação.

A história narra o passeio das personagens a uma estação espacial em Marte comandada pelo Astronauta, personagem que também já existia na versão infantil. Ao chegarem lá, deparam-se com Xabéu, irmã mais velha de Xaveco e que era babá da Maria Cebola em algumas ocasiões, executando um cargo de chefia e estando em um trabalho bem distinto do que já havia sido retratado nas narrativas da *TMJ*.

A fala de Cebolinha significa exatamente como o fato de ela ser tripulante de uma nave espacial é visto como inédito, quase impossível, ao mesmo em que a resposta de Xabéu também reafirma que não foi um caminho fácil porque aquele não é o lugar natural de ocupação das mulheres, tanto que se trata de um dos três exemplos de uma mulher inserida no mercado de trabalho.

Entretanto, um ponto a se observar nesse tópico quando falamos das relações generificadas é o de que, segundo defende Hooks (2018) e Davis (2015), a luta pelo mercado de trabalho faz/fez parte do movimento feminista branco e de classe média, o que, obviamente, não invalida as conquistas, mas expõe a problemática de que o gênero é muito mais complexo do que o conceito que predomina e inclui tantas variáveis que interferem na forma como ele será construído e interpretado socialmente.

Essas diferenças desiguais, não apenas entre mulheres e homens, mas entre as mulheres (e os homens) no interior de alguma sociedade específica, emergem, principalmente, com a organização do movimento feminista em nações completamente desiguais e com formação social dos povos extremamente complexa.

O feminismo, que inicia seu desenvolvimento enquanto movimento organizado e nomeado de forma mais ostensiva a partir da segunda metade do século XIX – o que não significa que, em momentos anteriores da história, não houve resistência por parte das mulheres. Muito pelo contrário, a história delas é marcada por lutas em prol de seus direitos -, não consegue abarcar a multiplicidade de trajetórias da mulher e acaba por reproduzir, de certa forma, a mesma opressão e repressão incentivadas pelo modelo patriarcal e, agora, pelo capitalismo. O mesmo patriarcado que prega reciprocidade, solidariedade entre homens, não entre homens e mulheres e não entre mulheres.

Em “Mulheres, raça e classe”, a estadunidense Angela Davis (2016), em um estudo minucioso e detalhado da sociedade escravocrata e dos movimentos raciais e feministas do final

do século XIX e início do século XX, desvela como as experiências sociais bastante distintas dos homens brancos e negros e, principalmente, das mulheres brancas e negras influenciam na forma como as questões de gênero aparecem para cada grupo e como as opressões de gênero, classe e raça se entrelaçam. E se o gênero é posto em escanteio em relação à classe, a raça sofre ainda mais com a opressão patriarcal, sexista e capitalista.

“A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias” (DAVIS, 2016, p. 23). Apenas para iniciar, as mulheres negras, escravizadas e quando postas em liberdade, vítimas do subemprego, da marginalização e do racismo de uma sociedade capitalista em franca ascensão, não correspondiam, de modo algum, às expectativas normativas da feminilidade.

Submetidas a um regime de escravidão cruel, as mulheres negras eram vistas até, de certa forma, como desprovidas de gênero, especialmente quando, economicamente, era mais interessante e lucrativo que fossem tratadas e exploradas como os homens, embora a imagem que se constituía socialmente, na época e até hoje em virtude do imaginário midiático presente em livros, filmes, na arte, da mulher negra escravizada como uma típica trabalhadora doméstica.

Boa parte delas, entretanto, estava na lavoura, realizando o mesmo trabalho dos homens e sofrendo com os mesmos mecanismos repressivos, por vezes mais violentos ao se considerar os momentos de gravidez. Ainda assim, estas mulheres eram sujeitadas a castigos conduzidos exclusivamente por seu gênero, como os abusos sexuais e estupros. Além disso, elas não eram vistas como mães, esposas, donas de casa – e nem poderiam cumprir com esses papéis porque sempre trabalharam compulsoriamente fora de casa - mas sim como mercadorias.

Desse modo, Davis (2016) relata que a organização familiar e que a divisão sexual do trabalho doméstico são produzidas distintamente do que na parte branca da sociedade. Por trabalharem igual aos homens, seus parceiros, as mulheres não conseguiam se dedicar integralmente ao ambiente doméstico, cujas atividades são divididas por igual com os homens. Assim, os homens também não possuíam o poder de serem chefes da família, provedores “afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente ‘provedores’ para a classe proprietária de mão de obra escrava” (DAVIS, 2016, p. 25).

Sob essas bases que uma sociedade como a brasileira, também construída sob raízes escravagistas, é forjada e reverbera até hoje, refletindo, por exemplo, na ausência de diversidade racial na *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*. Ausência essa que conduz a nossa



análise nesse aspecto, dado que não há realmente a construção de um universo que não seja o branco e de classe média, como já afirmamos anteriormente.

Ao mesmo tempo, tal “falta” não deixa de representar a configuração familiar e social exatamente destrinchada por Davis (2015) e Hooks (2018), como vemos na figura 27, que apresenta a nova personagem da *Turma da Mônica* infantil e já mostra um contexto diferenciado do qual o leitor está acostumado. Primeiro, por ser a primeira personagem feminina negra. Segundo pela organização da família da garotinha.

**FIGURA 27 – Interseccionalidade**



Páginas 06/07 – História: Turma da Mônica em Uma Nova Amiguinha

Edição nº 45 – Janeiro 2019 – Uma Nova Amiguinha

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada.

É importante ressaltar que ao se destacar a criação de uma nova personagem como “a primeira personagem negra” não desmerece a presença da personagem Jeremias, que foi criado ainda nos anos 1960 e também é negro, com algumas pequenas aparições de sua família. O ponto é a demora para existir outro personagem negro no universo da *Turma da Mônica* e a

forma como essa primeira aparição já anuncia o tratamento de questões raciais com mais profundidade.

Nessa primeira história com a Milena, logo nas primeiras páginas, o leitor é apresentado ao entorno que rodeará a personagem, cuja realidade já se mostra bem distinta do que existe no universo da *Turma da Mônica* infantil: 1) a entrada da família é justificada pela mudança ao bairro do Limoeiro; 2) a estrutura familiar é mais condizente com o contexto mais atual de organização da sociedade brasileira.

O primeiro ponto, dependendo da forma como será interpretado, pode gerar controvérsias porque a realidade é muito mais complexa do que se pode mensurar. Além de Jeremias, essa é a única família negra em todo o Limoeiro, bairro de classe média da cidade de São Paulo, e cuja origem/chegada ao local é explicada: a família de Milena se muda para o bairro para que a mãe da garota fique mais próxima ao empreendimento que ela inaugura.

A mudança, por sua vez, pode ter acontecido por uma evolução econômica da família, permitida, óbvio, pelas condições sociais mais favoráveis – ainda que não as ideais – ao desenvolvimento da população negra, mas, nesse caso, também se pode inferir que tal situação só foi alcançada justamente pela configuração familiar deles, o que nos leva ao ponto de número dois supramencionado.

Ao contrário de todas as outras famílias, os dois pais de Milena trabalham fora de casa, ou seja, a mãe da garota é a única que, além de estar no mercado de trabalho e possuir uma profissão – como veterinária –, contribui de forma econômica mais direta a sua família e, assim, pode ser uma das justificativas para essa subida no degrau da economia social. Soma-se a esse fator a confirmação do que Hooks (2018) e Davis (2015) descrevem tão bem: as mulheres negras e de classes mais baixas sempre estiveram na base da economia – e aqui não estamos desconsiderando o fato de que aquelas que são donas de casa também fazem parte da economia.

Ou seja, ao mesmo tempo em que o trabalho pode ser sinônimo de liberdade para as mulheres brancas de classes mais abastadas que se sentem presas na vida doméstica – e o feminismo liberal também se propõe a lutar por isso –, ele representa a dominação masculina e de classe para as mulheres que compõem a base da economia, como reitera Hooks (2018, p. 62), “mais importante, aprendi com minha própria experiência que trabalhar por salários baixos não libertava mulheres pobres da classe trabalhadora da dominação masculina”.

As trabalhadoras eram submetidas aos cargos mais baixos, sem quaisquer condições mínimas de trabalho e com salários infimamente inferiores ao dos homens – seria por isso que,

de acordo com Beauvoir (1970), os homens não queriam as mulheres no mercado porque, por configurarem mão-de-obra barata aos capitalistas, eram uma concorrência direta a eles.

A que mulheres poderiam interessar, então, a luta por libertação diretamente atrelada ao acesso ao mercado de trabalho se uma parcela significativa já era explorada pelo sistema capitalista e oprimida pelo patriarcado? Como convencê-las de que estar em casa seria um desprestígio quando era o único momento onde, possivelmente, conseguiam se esquecer da exploração trabalhista e do regime de escravidão, ainda que em casa também sofressem com desigualdade imposta ao gênero?

Para Davis (2016), ser “dona de casa” era um mecanismo de inferiorização para as mulheres brancas de classe média, isto é, um privilégio de classe e raça, ao qual mulheres negras e de classes mais baixas não tiveram acesso porque sempre foram submetidas às repressões do sistema econômico vigente.

Privilégios que podem ser vistos até hoje, inclusive no Brasil, quando mulheres brancas dedicam, semanalmente, 18,1 horas ao trabalho doméstico não remunerado, enquanto as mulheres negras dedicam 18,6 horas (IBGE, 2018). Ou ainda quando 31,3% das mulheres negras estão em trabalhos em tempo parcial – que pode ser um dos indicadores para a baixa remuneração feminina – em comparação a 25% das mulheres brancas (IBGE, 2018)<sup>18</sup>.

Nesse caso da mãe de Milena, há a ruptura com alguns desses estereótipos, dado que ela não executa um trabalho pouco valorizado socialmente – o que não seria demérito -, mas sim tem uma formação técnico-científica, significando que teve acesso ao ensino superior. Além disso, ela possui um negócio próprio, ocupando uma posição de dominação. E apesar do cansaço aparente, que é característico de mães e poderia facilmente ser atribuído à rotina doméstica, nesse contexto, essa é uma mulher apresentada sob uma ótica diferenciada em comparação às demais mulheres da mesma geração da revista.

Assim como podemos ver na outra história na qual a família é retratada e que corrobora com a hipótese levantada anteriormente de que eles só chegaram ao bairro do Limoeiro fruto de uma mobilidade social pavimentada por oportunidades oferecidas às mulheres negras. Tal

---

<sup>18</sup> Apesar de apresentar uma composição social semelhante a dos EUA por ter também marcas da escravidão negra na história, o Brasil tem uma formação muito particular, especialmente pela variada presença de povos, como os indígenas que também ocupam espaços relevantes na sociedade. Além disso, há uma divisão por regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) que potencializa as discriminações de gênero, raça e classe. No entanto, o fato não será abordado com mais profundidade neste trabalho porque não se configura essencial para o cerne da questão.



qual retratado na figura 28 abaixo, há uma estrutura familiar negra que permanece com as bases fortes, unidas e ancestrais, como é explicitado por Hooks (2018) e Davis (2015), mas, ao mesmo tempo, distinta porque há uma evolução e melhoria nas condições de vida e sociais.

**FIGURA 28 – Família Negra**



Páginas 26/27 – História: Milena em A Coleção do Papai

Edição nº 50 – Junho 2019 – Dicas Supimpas

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada.

Ao relatar o apego afetivo a um objeto material desejado em sua infância, o pai de Milena mostra que, como se imaginou, diferente das outras famílias da *TM*, a dele progrediu econômica e socialmente, haja vista que ele não tinha condições financeiras de comprar o boneco da moda quando criança, mas o fez assim que adquiriu possibilidade econômica.

Outro ponto a se destacar é o da união e da presença intensa dos pais de Milena na vida e em quase todos os momentos em que ela aparece, distinguindo a estrutura familiar na qual ela está envolta da dos amigos pela demonstração de união e dos momentos que ela compartilha mais estando com os irmãos e com os pais do que com os demais personagens.

E ainda que tenhamos a dificuldade de analisar a dinâmica gênero-raça pela presença visível de elementos que a caracterizem e pela predominância da ausência e do apagamento da diversidade racial que compõe o Brasil e que não é refletido no regime das revistas, nos poucos exemplos em que podemos observar essa relação e que trazemos aqui, há uma fuga ao que é hegemônico na sociedade, prevalecendo imagens positivas e mais direcionadas a não associar a negritude a estereótipos e figuras engessadas (figura 29).

**FIGURA 29 – Negritude na *TMJ***



Páginas 72/73 – Edição nº 27 (Série 2) – Fevereiro 2019 – Melodia Perfeita

Fonte: Fotografia retirada da revista impressa

No caso da imagem, embora apenas uma das duas aparições de personagens negros na *TMJ*, já que até o período escolhido para análise, apenas Jeremias era personagem negro e Milena ainda não havia ganho sua versão juvenil, trata-se de um enredo mais dramático e denso, que mostra outra faceta do próprio Jeremias, que não esteja atrelada ao Titi, seu melhor amigo, ou que não ponha em discussão, por exemplo, questões exclusivas aos negros, como o racismo. E não seria condenável abordar um tema tão presente na estrutura de sociedade sob a qual



estabelecemos nossas relações, mas também não se promove o reducionismo e se apresenta outros caminhos para a naturalização de assuntos e de situações “comuns”.

O impacto dos problemas familiares no desempenho em convívio social, a união familiar em momentos sensíveis, o desenvolvimento de talentos, a descoberta de fraquezas, os interesses amorosos são alguns dos temas retratados com profundidade na edição da qual foi retirada a imagem acima. No entanto, ao mesmo tempo que não se privilegia o tratamento de questões muito comuns e associáveis aos negros, há uma afirmação sutil do orgulho da cultura negra, tanto na parte visual (cabelos, vestimenta, acessórios), quanto na ancestralidade generosa que conduz a história por meio da influência do avô, mesmo debilitado por um Mal de Alzheimer, na descoberta do talento do neto, Jeremias. Orgulho esse também presente na figura 30.

**FIGURA 30 – Valorização da cultura negra**



Páginas 48 – História: A Turma em Trancinhas

Edição nº 29 – Maio 2009 – Uma aventura no parque da Mônica: Técnica Cascão de Memorização

Fonte: *Printscreen* retirado da versão digitalizada.

Também uma das poucas histórias na qual Jeremias aparece, o enredo acima acaba sendo uma ode a um traço identitário muito forte da negritude: as tranças afro, que o personagem aparece usando e logo gera o interesse em todos os demais colegas. Assim, fazendo-os adotar o mesmo penteado feito pela tia de Jeremias, que tem um salão específico para esse atendimento. Não vamos nos atentar ao fato de uma possível apropriação cultural e dos efeitos que têm em sociedade porque à época do lançamento dessa edição não era uma questão latente nas discussões acadêmicas.

Mas é interessante perceber o cuidado no detalhe ao retratar a maior de nossa população, mas que ainda é pejorativizada e sofre reiteradamente com o preconceito no âmbito social, econômico, acadêmico. Há uma preocupação em buscar os elementos que normalizem os elementos culturais que a identificam e, portanto, a valorizem, além de representar da forma mais adequada e que não contribua com essa pejorativização.

Entretanto, tem-se um problema na última página, pois quando Cebolinha é obrigado por Mônica a fazer tranças nos seus característicos cinco fios de cabelo, após tê-lo flagrado dando nós na orelha de Sansão, o garoto é ridicularizado pelos outros colegas. Não se sabe se por ter sido obrigado, se por ser interessante ver as trancinhas nos cinco fios ou se movido por algum preconceito.

O que nos revela a incessante ambiguidade quando se considera um formador social tão complexo e profundo, como gênero e raça e nos leva a discutir como a relação entre esses dois formadores sociais é pautada por fatores que, às vezes, fogem às regras e que as consequências dela ainda caminham para a discriminação em sua maioria.

Como demonstra Hooks (2018), ainda há muitas mais discriminações de gênero acentuadas pelo racismo e pelo classismo são a liberdade sexual e, conseqüentemente, os direitos reprodutivos, como a legalização do aborto, que deve ser seguro e público para a garantia da vida das mulheres. O aborto enquanto técnica, procedimento existe a mais tempo do que se pensa como relata Beauvoir (1970) e os inúmeros exemplos de métodos contraceptivos e abortivos ao longo da história humanidade.

A luta em prol da legalização do aborto provém dos setores entre as mulheres que mais sofriam com a ilegalidade e a ausência de um sistema de saúde responsável que as resguardassem porque “[...] mulheres de todas as raças que têm privilégios de classe continuam a ter acesso a abortos seguros – continuam tendo o direito de escolher –, enquanto as mulheres em desvantagem material sofrem” (HOOKS, 2018, p. 42).

No Brasil, apesar da lei ainda criminalizar o aborto, com exceção de gravidez resultante de estupro, feto anencéfalo e risco de vida para a mulher, não impede que uma em cada cinco mulheres até os 40 anos o realize, isto é, pelo menos, meio milhão de brasileiras fazem aborto a cada ano (DIP, 2018) – considerando que são dados subnotificados, dado que se trata de um crime para a constituição brasileira e não há como levantar estatísticas oficiais da saúde.

Segundo a pesquisadora Débora Diniz, referência na luta pela descriminalização, o problema maior reside em quem realmente vai ser punida, seja com a vida, seja com a liberdade, por se submeter ao procedimento em um país que o tipifica como crime. Mulheres de classes mais altas, com maior escolaridade, residentes nas áreas mais urbanas buscam, ainda que clandestinamente, por meios mais seguros, enquanto que mulheres pretas e pardas, indígenas da periferia, com menor nível de escolaridade, e mais pobres ficam à mercê do sistema, que as mata e as pune (DIP, 2018).

Com tudo o que foi demonstrado, não há uma tentativa de invalidar o que os movimentos feministas foram e ainda são, o que fizeram e ainda fazem para a conquista da equidade de gênero, mas sim de, corroborando com Davis (2016), Hooks (2018), Connell e Pearse (2018), Saffioti (2004), defender que para a igualdade entre os gêneros, é necessária a paridade no gênero, é dever ser antirracista e anti-classista.

E mais do que refutar a ideia de que o gênero está única e intrinsecamente relacionado ao corpo, à formação de uma identidade psíquica, sexual, a performances estéticas e corporais, o que foi relatado tenta demonstrar a generificação de toda a sociedade e como ele também está completamente atravessado pelas outras marcações sociais, aqui preferencialmente exemplificadas na raça e na classe.

Fato visível, inclusive, na *Turma da Mônica*, cujo Jeremias, único personagem negro até pouco tempo, mesmo criado na década de 70, é completamente secundarizado, sem narrativa própria e familiar. E é ainda mais flagrante quando se nota que a primeira personagem negra, Milena, foi criada apenas em 2019 e que, dentre todas as outras mães do bairro Limoeiro, a sua mãe é a única que trabalha fora de casa.

Essa configuração familiar é crucial para entender que a narrativa vivenciada pela garota na trama só é possível a partir do momento que sua família se muda ao bairro - de classe média em uma cidade em franco desenvolvimento – pela possibilidade de mobilidade social que só foi concretizada porque os dois pais de Milena trabalham. Evidenciando o enlace entre gênero,



classe e raça – e outros marcadores sociais – e a quase impossibilidade de se analisar e entender as questões próprias de cada um desses marcadores sem considerar os demais.

#### 4.1. O tectonismo do gênero

Até aqui, o que fizemos, ou, pelo menos, tentamos, foi traçar um caminho que nos ajudasse a compreender em que estágio das discussões acerca do gênero estamos, sob que entendimento de gênero nos constituímos – e quando falamos em nós, nos referimos ao mundo dito ocidental, cuja influência é hegemonicamente ditada a todo o planeta e cujos referenciais de sociedade, de cultura e de produção de conhecimento são encapsulados e distribuídos compulsoriamente para a maioria das nações ao redor do globo – e para onde deveríamos seguir a fim de avançar.

Entender o que é o patriarcado, sistema sob o qual se fincam as pilastras que sustentam a configuração das relações sociais, e quais os efeitos ele deseja conquistar para manter a ordem que garante sua hegemonia é primordial para compreender como o gênero, enquanto categoria histórica devido a sua existência desde o início da humanidade, é visto e constituído até hoje em boa parte das sociedades.

É, inclusive, quando alguma vertente do feminismo se coloca em bases mais firmes que passa a questionar, não apenas enquanto movimento social, mas também enquanto crítica teórica, produtor de conhecimento, que o modelo patriarcal passa a ter sua validade questionada e sua hegemonia contestada.

O feminismo introduz o gênero e a constituição de sujeitos generificados nas discussões acadêmicas e na esfera pública porque defende ferrenhamente que todos os aspectos considerados da vida privada, como a divisão sexual do trabalho e do trabalho doméstico, as relações sexuais, as formações familiares, entre outros, são, na verdade, pertencentes à esfera pública (HALL, 2003)<sup>19</sup> porque, como representa o talvez mais conhecido *slogan* que sintetiza esse pensamento feminista, “o pessoal é político”.

---

<sup>19</sup> Nessa obra, “A identidade cultural na pós-modernidade”, o jamaicano Stuart Hall debate sobre quais os rompimentos na produção do conhecimento que provocaram o deslocamento, o descentramento, a fragmentação do sujeito moderno, quais sejam (além do feminismo já citado): Marx e o materialismo histórico; Freud e o inconsciente; Saussure e a linguagem; Foucault e o poder.

As lutas feministas, como já afirmado reiteradamente, conquistam avanços e provocam algumas cisões no campo social, político e acadêmico. Ao questionar o sistema sob o qual se vive e buscar a introdução do gênero, não apenas como categoria de análise ou categoria histórica, mas como um marcador social, o movimento feminista enfraquece a principal característica que vinha sendo atribuída ao gênero, ao que é ser mulher e ser homem: a natureza, a essência.

Se o binarismo impõe que se é um gênero, que tudo o que supostamente decorre dele, é natural, é o destino, se o faz compreender ser algo tão rígido, fixo, imóvel, por que, então, a necessidade de reafirmar essa naturalidade e de manter constante, de lembrar as desigualdades instituídas? Se a heterossexualidade é tão natural, o que explicaria a existência ainda hoje, em algumas nações, de leis que proíbam relacionamentos homoafetivos? Por que há leis, especialmente em países muçulmanos, que criminalizam o adultério feminino se a essência da mulher é a não traição, a servidão?

“Esses esforços para manter ideias essencialistas sobre a inflexibilidade do ser mulher e do ser homem são uma evidência forte de que suas fronteiras não são lá muito estáveis” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 41). De acordo com o pensamento das autoras, o exemplo das tipificações em leis jurídicas demonstra exatamente o contrário do que a lógica binarista quer demonstrar: se estivesse realmente relacionado à natureza, não poderia ser colocado sob o regime das leis humanas.

Hoje, talvez, o maior exemplo dessa imprescindibilidade de manutenção do status quo se revele no movimento de combate ao que alguns grupos, religiosos ou laicos, denominam de “ideologia de gênero” e definem como um mecanismo político-discursivo que alteraria profundamente as bases da sociedade em que se vive, implantando coercitivamente uma nova ordem social, pautada no que consideram como retrocessos advindos com a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, da educação sexual e da ruptura com a norma heterossexual (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

O pensamento hegemônico, então, determina que a definição de gênero esteja intrinsecamente atrelada ao natural, ao biológico, ao sexo e à forma como as relações sexuais são organizadas socialmente – também naturais. Desse modo, o gênero, resultante do sexo e de relações heterossexuais – estabelecidas entre sexos biológicos diferentes em função da reprodução sexuada -, seria fixo, imóvel, imutável, apenas um efeito que essencializa as características atribuídas aos corpos sexuados e normatiza comportamentos sociais esperados

para cada gênero por meio dos aspectos biológicos presentes nesses mesmos corpos desde a concepção.

A visão dicotômica, portanto, limita, restringe porque não prevê a existência de diferenças entre mulheres e entre homens – como abordado no tópico anterior -, considera que o gênero só pode existir quando há diferença – onde não se vê diferença, não se vê gênero? -, e que ele está íntima e exclusivamente associado aos corpos, passivos e aprisionados pela normatização das condutas e expectativas sociais, por vezes, até hostis ao ditar o rígido cumprimento e enquadramento nos padrões determinados (CONNELL; PEARSE, 2018; LOURO, 1997; SAFFIOTI, 2004; SCOTT, 1995) sob pena de sanções sociais, que vão desde a exclusão social à submissão a processos de violência simbólica e física.

Tal perspectiva é usada apenas para justificar o patriarcado e preservar a ordem de dominação masculina e desequilíbrio de poder que coloca mulheres e homens em lados opostos, como em uma gangorra, mas com os homens sempre no controle, acima. No entanto, apresenta uma contradição em termos: se o corpo é passivo, apenas recebe e aceita o gênero, que lhe é anterior, não há como esse mesmo corpo essencializar por si só o que é feminino e masculino.

O gênero, de fato, é anterior ao corpo, mas por ser histórico (SCOTT, 1995) e por ser definido social e culturalmente. Os corpos existem nas práticas sociais, produzindo-as e recebendo-as simultaneamente, interconectando-se por meio delas. São essas práticas, que podem ser entendidas como as ações do cotidiano, que formatam os comportamentos em grupos, configuram as relações sociais, isto é, que estruturam a sociedade e, portanto, como cada corpo e, conseqüentemente, sujeito traçam as experiências na sociedade.

Portanto, não podemos deduzir que as disposições sociais de gênero emanem simplesmente das propriedades dos corpos, estas também precedem aos corpos, dando forma às condições em que estes se desenvolverão e viverão. Em última instância, o que se dá é uma coconstrução do biológico e do social, como explica Celia Roberts (2000) (CONNELL; PEARSE, 2018, n.p.; TRADUÇÃO NOSSA).

Esse processo é conhecido como corporificação social. Quer dizer, a inclusão do corpo na sociedade e, por isso, o gênero é apenas uma das especificidades desse transcurso. No entanto, não é como se o indivíduo fosse posto coercitivamente, ainda na infância, em uma caixa com convenções, definindo papéis – sociais -, que devem ser representados à risca. Não é apenas desempenhar feminilidade e masculinidade, incorporada passivamente.

O gênero, defende Louro (1997) e Connell e Pearse (2018), constitui o sujeito, se entranha no indivíduo, se entreteça a todos os âmbitos que o corpo social pode percorrer enquanto está inserido socialmente. Por isso, ele está embrenhado em todas as estruturas da sociedade, compõe todas as instituições e influencia todas as práticas sociais, assim como raça e classe, por exemplo. É por essa onipresença e onipotência que, talvez, pareça tão natural, nítido, visível e claro.

Desse modo, como lidar com os corpos, com os indivíduos frente a esse mundo extremamente generificado é o que, ainda que pareça estranho, define o que é o gênero. Os corpos, entretanto, não são inseridos nesse processo, mas sim se colocam ativamente dentro dessas práticas sociais, instituições, no estabelecimento das relações sociais. Os indivíduos aprendem, e aí sim, desde a infância sobre a organização social na qual estão subsumidos.

Essa aprendizagem, além de não ser completamente impositiva, é prazerosa. Não é como se os alunos – indivíduos – estivessem passando em uma esteira, como das fábricas dos filmes de Charles Chaplin, apenas esperando para serem modelados segundo os princípios do modelo hegemônico vigente difundidos pelas instituições sociais. Aprender o gênero e, portanto, pertencer a um, conforme Connell e Pearse (2018), é um processo ativo de aceitar o que está determinado socialmente, mas também de participar da construção da ordem em decorrência do

[...] prazer que, obviamente, produz a aprendizagem de gênero, a resistência com que os jovens enfrentam às definições hegemônicas de gênero e a dificuldade que se entranha ao construir identidades e estabelecer pautas de conduta em uma ordem de gênero marcada pelo poder, a violência e as sexualidades alienadas (CONNELL; PEARSE, 2018, TRADUÇÃO NOSSA).

No interior de uma organização, há estruturas que pressupõem ordens que, por sua vez, delimitam padrões amplos que perduram no tempo. O gênero é uma dessas estruturas, por conseguinte, possui sua ordem de gênero, que são os arranjos mais gerais de como ele pode ser percebido embrenhado na organização social (CONNELL; PEARSE, 2018). A maioria das ordens de gênero ao redor do mundo, então, colocam mulheres e homens como diametralmente opostos, por isso a percepção – equivocada – de naturalidade.

A ordem de gênero é o que desvela as categorias de gênero, se elas realmente existem, quais são elas, como elas se organizam, como elas se relacionam social e sexualmente, como será o seu processo de corporificação. A ordem estabelecida pelo patriarcado é a que se conhece

majoritariamente, o que não significa que não existam outras em outras sociedades e culturas que não vivam sob o guarda-chuva patriarcal. A prevalência de uma ordem de gênero também não quer dizer que não possam coexistir outros padrões em uma mesma sociedade, mesma cultura, mesmo grupo social.

Cada instituição social, seja a família, a escola, a religião, os produtos midiáticos ou o Estado, pressupõe um regime de gênero, que é a forma como as disposições, as divisões de gênero são organizadas no interior de cada uma delas. E esse regime pode ou não condizer com a ordem em vigor (CONNELL, PEARSE, 2018). São com esses regimes que os indivíduos têm mais clareza com o que se sugere pertencer a um gênero, se enquadrar ou não nos padrões determinados.

É por meio do regime de gênero das instituições com as quais os sujeitos mantêm algum contato que a aprendizagem de gênero acontece de forma mais efetiva. Na escola, por exemplo, a diferença – e a desigualdade de gênero – pode não ser tão demarcada quanto em outros momentos e em outros contextos. O regime difundido por um Estado mais igualitário, como o da região da Escandinávia, pode ser propulsor da luta em prol da equidade de gênero.

Ou o mundo das histórias em quadrinhos de Maurício de Sousa, no qual Mônica é a líder da Turma, mesmo com todas as tentativas de cavar o insucesso de sua liderança, em plena década de 1960. Ou o futuro distópico retratado no livro *O conto da aia*, de Margaret Atwood e que originou a série de TV *The Handmaid's Tale*, em que sob um regime teocrático e totalitário, as mulheres da república de Gilead não têm direitos e existem apenas para cumprir funções específicas para o Estado, como a de procriar.

As relações que se estabelecem entre os indivíduos e entre os indivíduos e essas instituições sociais, que, como vimos, são generificadas por imprimirem regimes de gênero, acontecem constantemente ao longo de toda a vida – e de toda a humanidade. Por isso, o processo de se inserir em um gênero, de aprender o gênero pode acontecer a qualquer momento, em qualquer conjuntura, basta nos depararmos com a possibilidade de firmar relações.

Tais relações de gênero são geradas no que Connell e Pearse (2018, n.p.) definem como arenas reprodutivas, “um lugar corporal onde acontece algo social. Entre as coisas que acontecem podemos encontrar a criação das categorias culturais de ‘mulher’ e ‘homem’ (e qualquer outra categoria de gênero que uma sociedade defina)” (TRADUÇÃO NOSSA). É como se fossem espaços destinados a fazer o corpo existir dentro das práticas sociais determinadas pela ordem de gênero e pelo regime de gênero.

De acordo com as autoras, o fato de existir uma série de arenas intrinsecamente generificadas que não possui qualquer relação com a reprodução sexuada – como o mundo da moda, a indústria da beleza, os esportes, a educação, o mercado de trabalho, o trabalho doméstico, entre muitos outros – se reflete na ideia de que o gênero não é restrito à sexualidade, nem ao sexo biológico, mas sim está presente em todos os âmbitos e processos constituintes de uma sociedade, para além do significado corporal do sujeito.

Cada arena define as possibilidades de ação e as consequências de agir conforme o determinado, como a moda que determina um código de vestimenta adequado para definir cada categoria de gênero, ou como a indústria da beleza que institui padrões estéticos ditos condizentes com cada disposição de gênero, ou ainda o mercado de trabalho que imprime a divisão sexual do trabalho em virtude de exploração lucrativa, ou o trabalho doméstico que também implementa essa divisão sexual do trabalho – no caso das sociedades patriarcais – para manter o padrão de desigualdade.

Como a aprendizagem de gênero depende das relações de gênero, que estão sendo constantemente estabelecidas no contato com os regimes de gênero no interior das arenas reprodutivas, o gênero não pode ser fixo, imutável, pré-determinado antes da existência material de um corpo. Ele está em constante construção, reformulação, reconfiguração, como o Planeta Terra.

Pensando o gênero como as grandes placas tectônicas, imensos blocos rochosos que compõem absolutamente toda a crosta terrestre e são tão rígidas que parecem incapazes de se mover, parecem estáticas há milênios – o que já sabemos não ser verdade pela forma como a disposição dos continentes foi mudando ao longo dos milhares de anos. Entretanto, o que existe abaixo delas não é uma estrutura sólida que garantiria a estabilidade, mas sim uma formação líquida, o manto, que provoca a movimentação dessas placas.

Essa movimentação pode ser divergente, isto é, em sentidos contrários; lateral, como se fosse um vai-vém; ou convergente, quando há o choque e uma precisa se sobressair sobre a outra. Independente do tipo, o que é importante compreender é que esses movimentos acontecem constantemente, a todo momento, acarretando em mudanças na estrutura da Terra, seja alterações mais abruptas, como as decorrentes de tsunamis, maremotos, terremotos, erupção de vulcões, seja aquelas mais lentas, quase imperceptíveis, como a movimentação dos continentes. Nesse transcurso, as placas também são modificadas, com o surgimento de falhas geográficas, de novas cadeias de montanhas.

O objetivo dessa simplória analogia é tentar demonstrar que com o gênero, o processo parece ser bem semelhante. Ao passo que há forças externas que pressionam a organização das relações sociais de gênero, como a colonização e a globalização neoliberal – porque o gênero existe em si mesmo e não na dependência de algo, mas as relações determinadas por ele estão sempre em interação com outras estruturas -, há “também certa propensão interna a mudança” (CONNELL; PEARSE, 2018, n.p., TRADUÇÃO NOSSA), dado que se trata de um processo ativo e, portanto, constantes mudanças, ainda que não visíveis de forma clara.

Em especial porque, confirmam Connell e Pearse (2018), as relações não se estabelecem ao acaso nem sob padrões (ou seja, regimes e ordens de gênero) que são efêmeros – se são padrões, é por perdurarem e se constituírem estruturas. Mas sim segundo quatro dimensões: o poder, central no patriarcado; a produção – ou o trabalho em termos mais diretos -, cuja divisão do trabalho, consumo e rendimento econômicos é generificado; a catexia, ou vínculos emocionais, como a sexualidade; e o simbolismo, isto é, a representação cultural de se pertencer a um gênero.

O gênero, então, é multidimensional porque se refere a todas essas dimensões supracitadas e simultaneamente. Assim, mais do que significar os corpos ou determinar padrões de indivíduos, o gênero diz respeito a como esses corpos e esses sujeitos se conduzirão em sociedade em interação com as outras estruturas sociais, a como as relações sociais serão erigidas e a como a sociedade lidará com tudo isso envolvido e emaranhosamente entrelaçado.

Ele está em todos os processos, quer sejam sociais, econômicos, ambientais ou políticos, generificando-os porque é um padrão que estrutura relações sociais, nas quais indivíduos, grupos, instituições atuarão cotidianamente se modificando mutuamente e provocando alterações no próprio gênero. Por isso, Connell e Pearse (2018) defendem que uma teoria do gênero deve fazer referência não apenas a sexualidade, identidade pessoal, representação, mas também ao Estado, a economia, a educação, a política, a raça, a etnia e qualquer outra dimensão que seja influenciada pelo gênero e o influencie também.

Diante de todo o exposto, não há nenhuma intenção nesse trabalho de formular uma teoria do gênero. Ao contrário disso, sabemos que há falhas, incompletudes, buracos, até por compreendermos a complexidade do gênero e as dificuldades de se realizar qualquer análise que o envolva, bem como de construir qualquer pensamento que o abranja em sua totalidade, com todas as suas consistências, fissuras, com seu epicentro e com suas ramificações. Ainda

assim, o que tentamos aqui é traçar um caminho que melhor satisfaça os objetivos da nossa pesquisa, cujo tempo e espaço são limitados.

Temos conhecimento que o gênero não se refere apenas às representações culturais de padrões de condutas e comportamentos, mas a tudo o que cerca esses padrões. Entretanto, o observável da pesquisa se trata de um produto midiático, cuja principal forma de se apresentar discursivamente é a representação da realidade. Ainda assim, nos empenhamos em conseguir compreender o gênero, a ordem de gênero na qual as histórias em quadrinhos se inserem e o regime de gênero que elas instituem em todas as suas dimensões e com toda a sua complexidade.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o principal propósito de uma pesquisa é compreender um fenômeno e/ou como ele se reverbera e é reverberado discursivamente no seio social por meio da inferência baseada em um estudo de caso, o resultado primordial ou o que se pode considerar, de um modo geral, a respeito do processo de análise e do que se encontra nesses movimentos analíticos é pautado em um caminho de prevalências e predominâncias.

Isto é, naquilo que prevalece não só por quantidade ou por estratégia discursiva adotada, mas também pelo eco que a forma como determinada questão é abordada terá em sociedade, combinada ao que já é hegemônico. Em especial quando se considera que os discursos não estão na sociedade, mas sim são sociais. A separação ou divisão discursiva é feita apenas por questões metodológicas e a fim de se buscar o entendimento das causas e efeitos que certos discursos apresentam.

O que seria mais fácil de se unir à legitimação social e encontrar receptividade mais calorosa nos discursos: aquilo que corrobora com o que está determinado hegemonicamente ou que vai de encontro aos grupos dominantes? Propor ruptura ao não se adequar aos padrões normativos presentes na sociedade ou manter a norma? Apresentar um regime de gênero que aponte para uma direção à equidade e uma nova organização social, mexendo nas estruturas, ou corroborar com um regime que firme as bases de um *status quo* do patriarcado, machismo, misoginia?

É nesse ponto que queríamos chegar para reiterar a análise feita sobre as revistas *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem* e a conclusão final para esse trabalho em específico, e se é que se pode realmente concluir uma pesquisa que determina outras direções: o regime de gênero apresentado e construído pelos universos desenvolvidos nas duas versões dos personagens atua no sentido de reafirmar essa ideia de gênero fixo, imutável, inerte, intrínseco ao sexo e cuja todas as consequências da significação impressa a ele é causa e não consequência.

O predominante é conformar mais ainda a desigualdade entre os gêneros – que aqui são determinados binariamente justamente pelo fato de se tratar de uma sociedade ocidental –, explicar o desequilíbrio de poder entre as duas pontas desse sistema, naturalizar as organizações generificadas como inatas e significar tudo que o interfere e é interferido pelo gênero de acordo com os interesses de manter a dominação masculina.

Para isso, não só estruturando o machismo, a misoginia e o patriarcado, mas também e, principalmente, o sexismo que provoca a desigualdade, a heteronormatividade que alicerça o binarismo e a discriminação que desconsidera e apaga categorias não dominantes, isto é, mulheres, mulheres negras, mulheres pertencentes a classes econômicas mais inferiores.

Na mesma intensidade que difunde discursos que auxiliam na manutenção dos poderes hegemônicos, as representações construídas nas revistas analisadas também são encorpadas e influenciadas por esses mesmos discursos, inclusive o midiático, em um ciclo que se retroalimenta continuamente e cuja divisão temporal, espacial e semântica é difícil de estabelecer, dado que um não anula o outro e um está intimamente conectado ao outro, sem a possibilidade de mensurar com plena definição o que é discurso produzido, o que é discurso recebido e o que é o discurso que retorna.

Ainda assim, para título de análise e por limitações de espaço e tempo, o trabalho em questão se atenta à etapa da enunciação responsável por conjecturar e produzir o que terá que captar o leitor, já que é um produto midiático comercializável. Por isso, consideramos ser interessante para a *Turma da Mônica* procurar reproduzir a representação de uma revista com enredo quase “feminista”, de empoderamento feminino por meio, em especial, da imagem de Mônica, que ultrapassa as barreiras da revista e da ficção e se torna um produto utilizado para vender esse suposto rompimento com as estereotipizações, ainda que não seja exatamente esse o discurso que domina o regime das revistas.

E afirmamos isso já considerando e ressaltando as enormes ambiguidades presentes nos enredos das duas revistas, que ora aparenta estar em busca de romper com essas bases discriminatórias fixas na sociedade, ora segue por um caminho completamente oposto, apenas reforçando o que já existe, como a Mônica que não segue os padrões, mas quer e é incentivada o tempo todo a se adequar a eles.

Inclusive porque não há interesse nativo do criador dos personagens, Maurício de Sousa, em provocar qualquer tipo de ruptura. O desenhista declara categoricamente preferir que as mudanças sejam solicitadas pela sociedade e não colocadas por ele e por suas criações, mesmo que os discursos produzidos nas revistas fossem validados, independente de quais fossem, dado a credibilidade e legitimidade.

Porém, como já defendemos acima, ainda que existam essas ambiguidades que podem gerar confusão na análise, elas acabam sendo engolidas pelo fato de que o que está vigente é

mais fácil de ser difundido. Assim, sem observar como esses discursos são absorvidos e enviados novamente ao início do ciclo enunciativo, especialmente por se tratar de um produto cíclico que existe há mais de 60 anos, seria mais fácil para a produção criar e alimentar o que já permeia o imaginário social.

O que nos faz pensar sobre o achismo acerca das supostas diferenças abissais que existiriam entre a *Turma da Mônica* e a *Turma da Mônica Jovem*, fazendo com que esta segunda receba uma série de questionamentos sobre as tantas mudanças que fez apenas para continuar os mesmos personagens em idades diferentes a fim de manter fiel o público-leitor que se distanciava das produções da MSP por não ter um produto destinado a ele.

Porque essa é a impressão inicial que se causa aos que pouco conhecem a versão juvenil, talvez regada por uma memória afetiva dos personagens que, em algum momento, fizeram parte do desenvolvimento na infância. Por isso, para se fazer essa análise, tanto a memória quanto o afeto tiveram de ser deixados um pouco de escanteio com o objetivo de perceber que há, na verdade, muito mais semelhanças que diferenças entre os dois produtos.

Quer dizer, não existe uma descontinuidade quando Mônica é encaixada na feminilidade padrão ao emagrecer porque, na versão infantil, ela sempre se incomodou com as ofensas, com o corpo e sempre teve o incentivo das amigas para realmente cuidar um pouco mais da imagem. Há mais similaridades do que distinções entre esse Cebolinha criança que não quer se sentir rebaixado por uma garota e o Cebola que também não deseja demonstrar fraquezas ou qualquer característica que não condiz com a masculinidade padrão, inclusive abrindo mão de um relacionamento amoroso com Mônica.

O que também não significa que tais diferenças não sejam consideráveis, especialmente porque, apesar de, tecnicamente, ser o mesmo público-alvo, ele será atingido em momentos distintos da vida, assim como as revistas possuem questões específicas ao momento de desenvolvimento no qual as personagens se encontram. A presença de distinções apenas reafirmam o quanto uma versão está atrelada a outra.

Ainda que promovendo discussões diferenciadas, os discursos reverberados têm o mesmo efeito e provêm da mesma origem. Por isso, após uma análise mais profunda, o questionamento que foi o pontapé inicial para o desenvolvimento deste trabalho do porquê a *TMJ*, mesmo com a fórmula de sucesso da *TM*, preferiu realizar tantas mudanças cai por terra ao confirmamos que uma revista continua a outra.

Essa consideração, por fim, é o que gera ainda mais questionamentos, não porque a pesquisa não tenha sido satisfatória em cumprir com os objetivos, mas sim porque esse texto é apenas um recorte do que ainda pode ser explorado a respeito desse tema. Tanto no que diz respeito ao que é produzido quanto a como é recebido. Especialmente quando tratamos de um formador social, cuja repercussão interfere em todos os âmbitos e no estabelecimento das mais diversas relações.

Uma pesquisa não se finda quando se quer, mas sim quando já se esgotou todo o possível sobre a mesma e suas ramificações. Iniciamos o processo desta em questão buscando respostas, que foram encontradas, mas geraram mais perguntas, tanto no que pode ser feito academicamente quanto no que pode contribuir para a promoção de equidade de gênero, começando das bases, movendo as estruturas.

## 6. REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOND, L. SP: Violência contra a mulher aumenta 44,9% durante pandemia. **Agência Brasil**, Brasília, abr. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contramulher-aumenta-449-durante-pandemia>. Acesso em: 02 mai 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CENTRO atende 24 novos casos de mulheres vítimas de violência durante isolamento. **Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SMPM)**, Teresina, abr. 2020. Disponível em: <https://smpm.pmt.pi.gov.br/centro-atende-24-novos-casos-de-mulheres-vitimas-de-violencia-durante-isolamento/>. Acesso em: 02 mai 2020.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CIRNE, M. **Para ler os quadrinhos: da narrativa cinematográfica à narrativa quadrinizada**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

CIRNE, M. **A explosão criativa dos quadrinhos**. São Paulo: Edições Emerita, 2005.

CONNEL, R. PEARSE, R. A questão do gênero. In: CONNELL, R. PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: InVerso, 2015. cap. 1, p. 29-50.

CONNELL, R. A colonialidade do gênero. *IN*: CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016. Capítulo 1: A colonialidade do gênero. p. 25-44.

CONNEL, R.; PEARSE, R. **Gênero: desde uma perspectiva global**. Valência: PUV, 2018. E-book.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, S. Mauro de Sousa dá novos detalhes sobre personagem LGBTQ+ na Turma da Mônica. **Observatório G**, São Paulo, 2020a. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/mauro-de-sousa-da-novos-detalhes-sobre-personagem-lgbt-na-turma-da-monica>. Acesso em: 19 mar 2021.

DIAS, S. Maurício de Sousa cancela projeto de personagem LGBTQ na Turma da Mônica. **Observatório G**, São Paulo, 2020b. Disponível em:

<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/mauricio-de-sousa-cancela-projeto-de-personagem-lgbt-na-turma-da-monica>. Acesso em: 19 mar 2021.

DIP, A. Débora Diniz: “Todas as mulheres fazem aborto, mas só em algumas a polícia bota a mão”. **EL PAÍS**, São Paulo, ago. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/02/politica/1533241424\\_946696.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/02/politica/1533241424_946696.html). Acesso em: 02 mai 2020.

DORFMAN, A. MATTELART, A. **Para ler o Pato Donald: Comunicação de massa e colonialismo**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

EISNER, W. **Quadrinhos e arte sequencial**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FAUSTO NETO, A. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. In: **Diálogos Possíveis**, n. 6, v.2, jul/dez, 2007. Salvador: FSBA.

FAUSTO NETO, A. As bordas da introdução... **Alceu**, v. 10, n. 20, Rio de Janeiro, jan./jun., 2010. p. 55-69.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GOELLNER, S. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. **Record: Revista de história do esporte**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun, 2008. Disponível: [revistas.ufrj.br/](http://revistas.ufrj.br/). Acesso em: 20 mai 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica)**. Rio de Janeiro, 2018, n. 38. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 02 mai 2020.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAURÍCIO DE SOUSA PRODUÇÕES. Versão em Português. 2020. Página oficial. Disponível em: <http://turmadamonica.uol.com.br/home/>. Acesso em: 18 jan 2020.

MCCLLOUD, S. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

MISKOLCI, R. CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, set./dez., 2017.

MLAMBO-NGKUCA, P. Violência contra mulheres e meninas é pandemia das sombras. **Organização das Nações Unidas Brasil (ONU)**, Brasília, abr. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-violencia-contra-mulheres-e-meninas-e-pandemia-das-sombras/>. Acesso em: 02 mai 2020.

MORAES, A. D. **Comunicação, discurso e identidade**: a construção da identidade capixaba nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*. 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, K. Mauro Sousa já se prepara para críticas a personagem gay na Turma da Mônica. **Marie Claire**, Rio de Janeiro, jun. 2019. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Cultura/noticia/2019/06/mauro-sousa-ja-se-prepara-para-criticas-personagem-gay-na-turma-da-monica.html>. Acesso em: 19 mar 2021.

RODRIGUES, M. F. Personagem gay da Turma da Mônica não é para agora, diz Maurício de Sousa. **Estadão**, São Paulo, mar. 2020. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,personagem-gay-da-turma-da-monica-nao-e-para-agora-diz-mauricio-de-sousa,70003223085>. Acesso em: 19 mar 2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, E. N. de. **Ideologia e poder nas histórias em quadrinhos: aspectos do micro-universo feminino na Turma da Mônica**. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA.

SANTANA, J. Maurício de Sousa abre o jogo sobre criação de personagem gay na Turma da Mônica. **Terra**, São Paulo, mar. 2020. Seção SpinOff. Disponível em: <https://spinoff.com.br/mauricio-de-sousa-abre-o-jogo-sobre-a-criacao-de-personagem-gay-na-turma-da-monica/>. Acesso em: 19 mar 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SOUSA, M. de. Mangá da Turma da Mônica Jovem vende mais que gibis (junho/2015). Mariana Godoy. **Rede TV**, São Paulo, 26 de junho de 2015. Programa de entrevistas televisionado. Disponível em: <https://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/marianagodoyentrevista/videos/ultimosprogramas/manga-da-turma-da-monica-jovem-vende-mais-que-gibis>. Acesso em: 13 ago 2018.

SOUSA, M. Mundo Geek: quadrinhos da Turma da Mônica Jovem completam 10 anos. Cadu Novaes. **Globo News**, São Paulo, 02 de junho de 2018. Jornal televisionado. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/videos/v/mundo-geek-quadrinhos-da-turma-da-monica-jovem-completam-10-anos/6783073/>. Acesso em: 13 ago 2018.

SOUSA, M. Entrevista gravada em áudio e concedida por telefone à autora do trabalho, em 14 dez 2019.

TURMA DA MÔNICA. 2008a. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. Uma aventura no Parque da Mônica: A volta da Bruxa Viviane!

TURMA DA MÔNICA. 2008b. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. Uma aventura no Parque da Mônica: Dud Van Winkle.

TURMA DA MÔNICA. 2008c. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. Uma aventura no Parque da Mônica: Acorda, meu!

TURMA DA MÔNICA. 2008d. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. Uma aventura no Parque da Mônica: Natal no parque!

TURMA DA MÔNICA. 2009a. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. Uma aventura no Parque da Mônica: Achados e Perdidos.

TURMA DA MÔNICA. 2009b. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. Uma aventura no Parque da Mônica: Os eleitos!

TURMA DA MÔNICA. 2009c. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. Uma aventura no Parque da Mônica: Técnica Cascão de Memorização.

TURMA DA MÔNICA. 2018a. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. A mangueira do Limoeiro.

TURMA DA MÔNICA. 2018b. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. A número um não pode faltar.

TURMA DA MÔNICA. 2019a. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. A Nova Amiguinha.

TURMA DA MÔNICA. 2019b. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. Cuidado com o Turbanado!



TURMA DA MÔNICA. 2019c. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 1970 -. Mensal. Dicas Supimpas.

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2008a. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. Eles cresceram!

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2008b. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. A aventura continua.

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2008d. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. Fortes emoções.

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2009a. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. O brilho de um pulsar.

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2009b. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. O príncipe perfeito.

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2009c. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. Ser ou não ser? (Parte final).

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2018b. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. No controle.

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2018c. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. Briga entre irmãos.

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2019a. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. A melodia perfeita.

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2019b. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. Os mais jovens heróis da Terra.

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2019c. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. O mundo de Maria Cebola.

TURMA DA MÔNICA JOVEM. 2019e. São Paulo: Maurício de Sousa Produções. 2008 -. Mensal. Além de Jurerê.

VERÓN, E. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

VERÓN, E. El Análises del “contrato de lectura”: un nuevo método para los estudios del posicionamiento de los soportes de los media. In: VERÓN, E. **Les Medias: Experiences, recherches actualles, applications**”. IREP: Paris, 1985.

VERÓN, E. **La semiosis social**: fragmentos de una teoria de la discursividad. Barcelona: Gedisa, 1993.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

## ANEXOS

### A) LISTA DE REVISTAS ANALISADAS

#### A.1) TURMA DA MÔNICA

- Edição número 20 – Agosto de 2008 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: A volta da Bruxa Viviane! – 57 páginas – 12 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/139-UuEzhWMI285k1wiUyHOYe5GAyKrJ9/view?usp=sharing>.
- Edição número 21 – Setembro de 2008 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: Dud Van Winkle – 66 páginas – 12 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nKkenaxanec7eMC4bH8Vxr3NDZaWYv1v/view?usp=sharing>.
- Edição número 22 – Outubro de 2008 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: Acorda, meu! – 66 páginas – 10 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fQcL-1UXDo3TJNl34KTNgXdjkhjIMOQW/view?usp=sharing>.
- Edição número 23 – Novembro de 2008 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: Natal no parque! – 66 páginas – 09 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1zuO3ZF8rpD\\_eV\\_yCzaflnak0Lj-kmmUw/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1zuO3ZF8rpD_eV_yCzaflnak0Lj-kmmUw/view?usp=sharing).
- Edição número 24 – Dezembro de 2008 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: Uma noite no parque – 66 páginas – 12 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/129ok8e0mQFnCODpUks856nHt\\_5R7DGrm/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/129ok8e0mQFnCODpUks856nHt_5R7DGrm/view?usp=sharing).
- Edição número 25 – Janeiro de 2009 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: Achados e Perdidos – 66 páginas – 12 histórias e tira final. Versão impressa.

- Edição número 26 – Fevereiro de 2009 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: Tarde de autógrafos – 66 páginas – 13 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1Rwm2ELo17j\\_\\_hDOkzpXmlkEgf0w0QVyJ/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1Rwm2ELo17j__hDOkzpXmlkEgf0w0QVyJ/view?usp=sharing).
- Edição número 27 – Março de 2009 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: Uma nova peça no parque – 66 páginas – 12 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1fuPjsoFg5vnbHQ7Apn6kdH3\\_5kwAQIg3/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1fuPjsoFg5vnbHQ7Apn6kdH3_5kwAQIg3/view?usp=sharing).
- Edição número 28 – Abril de 2009 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: De volta à infância! – 66 páginas – 08 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1cvXV6bGFSUMhQXyGsicfkWRX45hxU3yC/view?usp=sharing>.
- Edição número 29 – Maio de 2009 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: Técnica Cascão de memorização – 66 páginas – 07 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/19\\_LhiGtIhnyiZNV7H-MvWW\\_cDWaZLgeW/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/19_LhiGtIhnyiZNV7H-MvWW_cDWaZLgeW/view?usp=sharing).
- Edição número 30 – Junho de 2009 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: E tudo bem, mas se... – 66 páginas – 09 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1G\\_lg-QmF94mi8ucWxfLAmbbZVi\\_lk8Du/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1G_lg-QmF94mi8ucWxfLAmbbZVi_lk8Du/view?usp=sharing).
- Edição número 31 – Julho de 2009 – Maurício de Sousa Produções – Uma aventura no Parque da Mônica: Os eleitos! – 66 páginas – 12 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1yfYBH80cURDDpNg6VuoLKDNViMxhCKqi/view?usp=sharing>.
- Edição número 40 – Agosto de 2018 – Maurício de Sousa Produções – A liga dos pets – 65 páginas – 08 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1V1dNmKFIw7CmWndklvOot\\_\\_wDcI8Fgjq/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1V1dNmKFIw7CmWndklvOot__wDcI8Fgjq/view?usp=sharing).

- Edição número 41 – Setembro de 2018 – Maurício de Sousa Produções – Lembranças Profundas – 66 páginas – 09 histórias e tira final. Versão impressa.
- Edição número 42 – Outubro de 2018 – Maurício de Sousa Produções – A mangueira do Limoeiro – 66 páginas – 09 histórias e tira final. Versão impressa.
- Edição número 43 – Novembro de 2018 – Maurício de Sousa Produções – A número um não pode faltar – 66 páginas – 11 histórias e tira final. Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1oxGH4VMo3NmQJwLfajazIUiTbGL44\\_tJ/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1oxGH4VMo3NmQJwLfajazIUiTbGL44_tJ/view?usp=sharing).
- Edição número 44 – Dezembro de 2018 – Maurício de Sousa Produções – O níver – 66 páginas – 08 histórias e tira final. Versão impressa.
- Edição número 45 – Janeiro de 2019 – Maurício de Sousa Produções – A nova amiguinha – 66 páginas – 10 histórias e tira final. Versão impressa.
- Edição número 46 – Fevereiro de 2019 – Maurício de Sousa Produções – A grande gincana – 66 páginas – 09 histórias e tira final. Versão impressa.
- Edição número 47 – Março de 2019 – Maurício de Sousa Produções – Cuidado com o Turbanado – 66 páginas – 09 histórias e tira final. Versão impressa.
- Edição número 48 – Abril de 2019 – Maurício de Sousa Produções – Como se faz uma história de terror – 66 páginas – 08 histórias e tira final. Versão impressa.
- Edição número 49 – Maio de 2019 – Maurício de Sousa Produções – Última vaga para o planeta Vulkano – 66 páginas – 08 histórias e tira final. Versão impressa.
- Edição número 50 – Junho de 2019 – Maurício de Sousa Produções – Dicas supimpas – 66 páginas – 10 histórias e tira final. Versão impressa.
- Edição número 51 – Julho de 2019 – Maurício de Sousa Produções – Tem lugar pra todo mundo nessa turma – 66 páginas – 09 histórias e tira final. Versão impressa.

## **A.2) TURMA DA MÔNICA JOVEM**

- Edição número 1 – Agosto de 2008 – Maurício de Sousa Produções – Eles cresceram! - 132 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1F4FZYeemCPpdOIh71fN8gRIZMiaAxcUV/view?usp=sharing>.

- Edição número 2 – Setembro de 2008 – Maurício de Sousa Produções - A aventura continua - 132 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/17BiWYfW\\_0ZxDcmpYu6vPQ\\_-nA\\_rG5hHk/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/17BiWYfW_0ZxDcmpYu6vPQ_-nA_rG5hHk/view?usp=sharing).
- Edição número 3 – Outubro de 2008 – Maurício de Sousa Produções – Novos desafios - 130 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JXDfBn0dGKxQcEc4aRF5YVliaLeVua5A/view?usp=sharing>.
- Edição número 4 – Novembro de 2008 – Maurício de Sousa Produções - Fortes Emoções - 132 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1C7QTE1zxEzzYScbR2654IsUEXpRKPxpC/view?usp=sharing>.
- Edição número 5 – Dezembro de 2008 – Maurício de Sousa Produções - As aventuras do dia-a-dia - 132 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11lO2xnvAHIQbQWAENP7SHL6Whus5mEDF/view?usp=sharing>.
- Edição número 6 – Janeiro de 2009 – Maurício de Sousa Produções – O brilho de um pulsar! - 130 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FNIfIMghepygrKUDOXGrDL-gfjLK5TEr/view?usp=sharing>.
- Edição número 7 – Fevereiro de 2009 – Maurício de Sousa Produções – O brilho de um pulsar! (parte 2) - 132 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1j\\_Vq7ebHTv-Xk04EOJgjdqeeYLgfWI3T/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1j_Vq7ebHTv-Xk04EOJgjdqeeYLgfWI3T/view?usp=sharing).
- Edição número 8 – Março de 2009 – Maurício de Sousa Produções – O brilho de um pulsar! (Parte final) - 132 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZbOL1Z7eHuea8on9aQ3SoPPAs36rVcF0/view?usp=sharing>.
- Edição número 9 – Abril de 2009 – Maurício de Sousa Produções – O príncipe perfeito - 132 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12boslgGnCDjM9GGPjJyJr4tQM3kRDpN7/view?usp=sharing>.

- Edição número 10 – Maio de 2009 – Maurício de Sousa Produções – Conta comigo! - 132 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1dXqwx\\_IPNU2wHiVJNt9-UJgBipm8o34U/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1dXqwx_IPNU2wHiVJNt9-UJgBipm8o34U/view?usp=sharing).
- Edição número 11 – Junho de 2009 – Maurício de Sousa Produções – Ser ou não ser? - 132 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LHds48u3RjS-vL7xdR8gcYu6QHxM8RDA/view?usp=sharing>.
- Edição número 12 – Julho de 2009 – Maurício de Sousa Produções – Ser ou não ser? (Parte final) – 132 páginas – Versão digitalizada. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17U7mVdAEspcI95pPgqCs6Fa0xBMtnKaZ/view?usp=sharing>.
- Edição número 21 – Agosto de 2018 – Maurício de Sousa Produções – Perigo eletrônico - 129 páginas – Versão impressa.
- Edição número 22 – Setembro de 2018 – Maurício de Sousa Produções – No controle - 132 páginas – Versão impressa.
- Edição número 23 – Outubro de 2018 – Maurício de Sousa Produções – Briga entre irmãos - 130 páginas – Versão impressa.
- Edição número 24 – Novembro de 2018 – Maurício de Sousa Produções - A capitã Cascuda - 132 páginas – Versão impressa.
- Edição número 25 – Dezembro de 2018 – Maurício de Sousa Produções – Odisseia infinita - 130 páginas – Versão impressa.
- Edição número 26 – Janeiro de 2019 – Maurício de Sousa Produções – Os mais jovens heróis da Terra - 132 páginas – Versão impressa.
- Edição número 27 – Fevereiro de 2019 – Maurício de Sousa Produções – A melodia perfeita - 132 páginas – Versão impressa.
- Edição número 28 – Março de 2019 – Maurício de Sousa Produções – A sociedade dos ossos – 132 páginas – Versão impressa.
- Edição número 29 – Abril de 2019 – Maurício de Sousa Produções – O mundo de Maria Cebola - 132 páginas – Versão impressa.
- Edição número 30 – Maio de 2019 – Maurício de Sousa Produções – Além de Jurerê - 132 páginas – Versão impressa.

- Edição número 31 – Junho de 2019 – Maurício de Sousa Produções – O mestre dos vilões - 132 páginas – Versão impressa.
- Edição número 32 – Julho de 2019 – Maurício de Sousa Produções – Sujeira digital - 132 páginas – Versão impressa.